

Alexandra Maria de Oliveira

# A recriação camponesa em assentamentos rurais



**u**  
Imprensa  
Universitária  
UFC

**u**  
COLEÇÃO  
DE ESTUDOS DA  
PÓS-GRADUAÇÃO

**EDIÇÕES  
UFC**

# **A recreação camponesa em assentamentos rurais**

**Presidente da República**  
Michel Miguel Elias Temer Lulia

**Ministro da Educação**  
José Mendonça Bezerra Filho

**Universidade Federal do Ceará - UFC**  
**Reitor**  
Prof. Henry de Holanda Campos

**Vice-Reitor**  
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

**Pró-Reitor de Planejamento e Administração**  
Prof. Almir Bittencourt da Silva

**Imprensa Universitária**  
**Diretor**  
Joaquim Melo de Albuquerque

**Conselho Editorial**  
**Presidente**  
Prof. Antonio Cláudio Lima Guimarães

**Conselheiros**  
Prof.<sup>a</sup> Angela Maria R. Mota Gutiérrez  
Prof. Ítalo Gurgel  
Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

**Alexandra Maria de Oliveira**

# **A recriação camponesa em assentamentos rurais**



Fortaleza  
2017

**A recreação camponesa em assentamentos rurais.**

Copyright © 2017 by Alexandra Maria de Oliveira.

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

**Coordenação editorial**

Ivanaldo Maciel de Lima

**Revisão de texto**

Yvantelmack Dantas

**Normalização bibliográfica**

Marilzete Melo Nascimento

**Programação visual**

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

**Diagramação**

Thiago Nogueira

**Capa**

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Bibliotecária Marilzete Melo Nascimento CRB 3/1135

---

O482r Oliveira, Alexandra Maria de.

A recreação camponesa em assentamentos rurais / Alexandra Maria de Oliveira.  
- Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

192 p. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-302-4

1. Reforma agrária. 2. Assentamento. 3. Agricultura familiar. I. Título.

---

CDD 333.31

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A SOCIABILIDADE CAMPONESA</b> .....	33
A origem camponesa dos assentados .....	33
A seleção das famílias assentadas. ....	49
A formação dos assentamentos .....	57
O trabalho acessório camponês. ....	87
O trabalho assalariado na unidade camponesa.....	90
<b>A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE USO DA TERRA CAMPONESA</b> .....	97
O uso comum da terra.....	98
O uso coletivo da terra. ....	111
A prática de ajuda mútua.....	126
O uso individual (familiar) da terra .....	129
<b>A UNIDADE CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ</b> .....	145
A unidade de consumo e produção camponesa.....	145
Usos da terra litorâneo e sertanejo .....	149
<b>CAPÍTULO FINAL</b> .....	169
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	183
<b>A AUTORA</b> .....	191



## APRESENTAÇÃO

**E**ste livro revela parte das discussões realizadas na tese de doutorado intitulada: *A contrarreforma agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo em novembro de 2005.

A tese teve como proposta discutir os liames teóricos e práticos constitutivos da política de reforma agrária de mercado implementada pelos governos estadual e federal, em parceria com o Banco Mundial entre os anos de 1996 e 2004. O momento histórico vivenciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o governo Tasso Jereissati (1995-2002) apontou para o avanço dos movimentos sociais e da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e no Ceará.

A política de crédito fundiário ou reforma agrária de mercado do Banco Mundial teve como vetor inicial, no Brasil, a experiência piloto ocorrida no Estado do Ceará em 1996. A política sofreu duras críticas oriundas dos movimentos sociais e das entidades de representação dos camponeses, em especial a CPT e o MST. Isso porque a reforma agrária de mercado como uma política de contrarreforma agrária apareceu como condição e consequência da forma pela qual o estado foi

levado a recriar o mercado de terras para favorecer o desenvolvimento do capitalismo no Ceará. Nesse sentido, a análise da reforma agrária de mercado é também um modo de conhecer aspectos importantes que compõem a política agrária do Banco Mundial aplicada nos países em desenvolvimento e, em especial no Brasil, a partir de 1996.

O livro está dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo procurou revelar a organização territorial dos assentamentos rurais. Nele apareceram especificidades da agricultura camponesa. A origem das famílias assentadas, as formas de organização das unidades de produção e consumo e a importância do trabalho acessório na unidade camponesa.

O segundo capítulo explorou as diferentes formas de usos da terra nos assentamentos, o trabalho individual (familiar), o trabalho coletivo, o uso comum da terra e a prática de ajuda mútua e suas articulações no processo de constituição dos assentamentos.

O capítulo três adentrou a unidade de consumo e produção camponesa e os diferentes usos da terra: litorâneo e sertanejo. Elementos como a família, a casa de moradia, o roçado, a casa de farinha e a pecuária são considerados importantes na dinâmica camponesa.

O capítulo final revelou entre os assentados a formação de uma consciência política que oscila entre uma expectativa da ação paternalista do Estado e a emergência de uma consciência de classe. A expectativa da ação do Estado está centrada em políticas econômicas que possam vir a ser favoráveis aos camponeses. E, ao lado dessas expectativas de ação do Estado em seu favor, os camponeses da reforma agrária de mercado passaram a expressar o reconhecimento dos sindicatos rurais, das associações e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como instituições representantes de seus interesses, configurando uma alternativa ao isolamento que as condições de vida e produção no campo lhes impõem. As associações, o sindicato, a secretaria de agricultura e o Movimento dos Sem Terra foram os mediadores entre os camponeses e o Estado. Essa articulação revelou componentes de ação política nas regiões, cuja trajetória completa ainda está por ser estudada.

Mesmo assim, as situações apresentadas indicaram uma posição política construída pelos camponeses da reforma agrária de mercado. Eles passam a se identificar como participantes de uma situação social na qual seus interesses particulares passam a ser definidos como interesses específicos dos camponeses envolvidos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária. O desenrolar desse processo tem indicado a presença de novas frentes de luta pela terra e pela reforma agrária com participação política dos camponeses na sociedade capitalista.



## INTRODUÇÃO

O estado do Ceará era, no período colonial, densamente povoado por diferentes povos indígenas. No início do século XVII, o historiador Tomaz Pompeu Sobrinho (1995) estimava que havia pelo menos cento e cinquenta mil indígenas nesta província. Para Capistrano de Abreu (1976), a resistência indígena fez da conquista do Ceará talvez a mais árdua de toda a Colônia. Até o último quartel do século XVII, a ocupação portuguesa restringia-se ao litoral. Fortaleza e as vilas do Aracati e do Aquiraz surgiam como primeiros núcleos aglutinadores da Província.

No Nordeste açucareiro escravocrata, correspondente hoje à área que vai do estado de Pernambuco ao do Rio Grande do Norte, expandia-se a empresa colonial da cana-de-açúcar por toda a faixa litorânea. Com o aumento populacional desta região, cresciam a demanda por alimentos e a oferta de braços, fatores que conjugados estimularam a ocupação do sertão pela atividade pecuária. As terras de várzea ao longo dos rios, preferidas para a criação do gado, foram as principais vias colonizadoras do sertão nordestino. No Ceará, os rios Acaraú e Jaguaribe foram os que melhor serviram para este fim.

Mediante o sistema de sesmarias, formaram-se grandes latifúndios, voltados para a criação do gado no interior. Porções de

terras que restavam não apropriadas pelo processo de colonização eram ocupadas por sobreviventes de nações indígenas juntamente com descendentes caboclos, negros libertos e/ou fugidos e demais excluídos da sociedade que se formava na época.

A ocupação do sertão se deu à custa da expulsão dos indígenas de suas terras, exterminados ou escravizados nas grandes fazendas. Um dos marcos históricos da resistência indígena ficou conhecido como a “Guerra dos Bárbaros”, quando, por mais de 30 anos (entre o fim do século XVII e o início do século XVIII), várias nações indígenas lutaram e resistiram até serem exterminadas ou condenadas à aculturação.

De acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2004), a distribuição desigual da terra estruturou uma sociedade rural bem dividida. De um lado, estavam os grandes proprietários de terra, os fazendeiros, e, do outro lado, os trabalhadores rurais não proprietários e seus dependentes. A sociedade rural que teve na fazenda sua unidade social e econômica caracterizou-se pelo conservadorismo e patriarcalismo. Os grandes fazendeiros centralizavam o poder econômico, legal e político, enquanto os trabalhadores sem terra se submetiam ao mandonismo dos latifundiários.

Na segunda metade do século XVIII, surgiram as charqueadas e impulsionou-se o comércio de charque e couro, que possibilitou no Ceará o crescimento de centros urbanos nos vales do Acaraú (Acaraú e Sobral), Coreaú (Camocim e Granja) e Jaguaribe (Russas e Aracati). Conforme D’alva (2004), nestes centros, onde se encontravam os maiores carnaubais da Província, teve início o extrativismo da carnaúba, voltado à produção e comércio interno de velas de cera de carnaúba e posteriormente ao comércio exportador.

No final do século XVIII, a Revolução Industrial estava em pleno curso na Inglaterra, entretanto, a guerra de independência dos Estados Unidos desarticulou o comércio norte americano de algodão para o mercado têxtil inglês, que passou a buscar novos fornecedores, entre eles o Brasil. Nesse contexto, o algodão mocó, de

fibra longa, adaptado às condições ecológicas do Nordeste semiárido, transformou-se no principal produto agrícola de exportação. Isso consolidou a subordinação da região à divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias primas e provocou uma série de mudanças na sua estrutura de produção, comercialização e poder.

A acumulação de capital pelos grandes proprietários era mobilizada principalmente pela força de trabalho dos agricultores sem terra e minifundistas, cuja reprodução estava estreitamente vinculada a este consórcio. A reprodução dos moradores no latifúndio era garantida por meio da agricultura de autoconsumo praticada pelos camponeses. Nesse sistema, conhecido como “parceria”, parte da produção era destinada ao proprietário da terra como pagamento de renda em produto. Através da parceria, os proprietários de terras recriavam modalidades de apropriação do trabalho excedente dos camponeses e acumulavam riquezas.

A ocupação e o desenvolvimento da atividade agropecuária demarcaram as terras do Ceará. Foi assim que, por muito tempo, as zonas úmidas das serras, os vales úmidos, como também as zonas de litoral, exerceram atividades subsidiárias ao sistema produtivo dominante do sertão, que articulava a cultura do algodão, a exploração pecuária, o extrativismo da carnaúba e as culturas alimentares (ESPLAR, 1991).

O modelo agroexportador que se estabeleceu no Ceará a partir dos séculos XIX e XX estava baseado em uma estrutura fundiária altamente concentrada e em um circuito perverso de comercialização. Proprietários de terras, comerciantes, exportadores e empresas estrangeiras constituíam extensa rede de atravessadores entre o produtor direto e o mercado, que realizava seus lucros no movimento do capital comercial e reforçava as relações conservadoras de poder do latifúndio, como a extorsão da renda fundiária dos trabalhadores sem terra (CARVALHO, 1985).

Os problemas vinculados à estrutura fundiária e à comercialização apresentam-se como fundamentais para a compreensão das bases em que se construíram as relações sociais e econômicas no

espaço rural do Ceará. As desigualdades sociais e as condições de pobreza entre os camponeses são em grande medida explicadas na história da ocupação do espaço natural cearense.

O estado do Ceará se localiza na porção setentrional da região Nordeste do Brasil e tem como limites o oceano Atlântico, ao norte, o estado de Pernambuco, ao sul, o estado do Piauí, ao oeste e os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, ao leste. Conta com uma extensão de linha de costa do oceano Atlântico de 573km, equivalente a 2,48% da costa brasileira, e uma área territorial de 148.825,6 km<sup>2</sup> (14.882.560ha), equivalente a 1,7% do território nacional e 9,6% da região Nordeste.

Seu relevo tem predominância de terras situadas abaixo do nível de 400 metros, destacando-se três conjuntos principais: a planície litorânea, com altitudes inferiores a 100 metros e uma extensão de 15.000km<sup>2</sup>; as depressões sertanejas, com altitudes que variam entre 100 e 400 metros e uma extensão de 100.000km<sup>2</sup>; e os relevos serranos ou serras úmidas, com altitudes acima de 400 metros e uma extensão de 25.000 km<sup>2</sup>. As áreas acima de 800 metros têm extensões restritas (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2004).

O clima predominante é o semiárido, caracterizado por médias térmicas elevadas (acima de 26°C) e duas estações bem distintas uma seca, ou “verão”, e uma chuvosa, ou “inverno”, quando ocorrem precipitações irregulares que vão de um mínimo de 300mm a um máximo de 800mm. A irregularidade e má distribuição das precipitações pluviométricas na estação chuvosa, a intensa evaporação durante o período de estiagem e o elevado escoamento superficial das águas conjugam-se para conformar um déficit hídrico, agravado quando da ocorrência do fenômeno das secas (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2004).

Nesse cenário, a atuação do Estado no enfrentamento das secas sempre se restringiu a medidas de emergência e à execução de obras de combate às secas, principalmente a construção de açudes. Como resultado, atualmente, o Ceará é dotado de uma infraestrut-

tura de armazenamento de água formada por cerca de 8.000 açudes, com capacidade de 18 bilhões de m<sup>3</sup>. Em termos quantitativos o Estado é autossuficiente em recursos hídricos, entretanto, a falta de água, para consumo e produção, sofrida em especial por famílias camponesas, revela que o problema fundamental dos recursos hídricos no Estado não é a seca, é a cerca das grandes propriedades que sítiam as águas disponíveis.

Existem pelo menos doze tipos principais de solo no Estado do Ceará. Aproximadamente 42,76% da sua área é formada por solos adequados a algum tipo de exploração agrícola, pecuária ou extrativismo, e pelo menos 4%, por solos de alta fertilidade natural. Isso se opõe à ideia segundo a qual os solos do Nordeste brasileiro e, em especial da região semiárida, constituem fator limitante ao desenvolvimento da região. Conforme Ab'Saber (1999), o Nordeste semiárido possui um estoque global de solos muito mais rico em massa e em importância agropastoril do que a média das regiões semiáridas conhecidas no mundo.

Existem no Ceará onze tipos de vegetação ou unidades fitoecológicas, com predominância da caatinga, formada principalmente por espécies xerófilas adaptadas às especificidades do clima semiárido. Outras unidades importantes são o complexo vegetacional litorâneo e os manguezais, as matas úmidas e secas, o carrasco, o cerrado, as matas ciliares e os carnaubais.

O censo demográfico de 2000 registrou para o estado uma população de cerca de 7,4 milhões de pessoas: 5,3 milhões (71,53%) residentes em áreas urbanas e 2,1 milhões (28,46%) na zona rural. Entre o censo de 1991 e o de 2000, a população total cresceu a uma taxa de 1,73% ao ano. Enquanto a população urbana apresentou taxa de crescimento de 2,75% ao ano, a população rural decresceu a uma taxa negativa de 0,46% ao ano (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2004).

O decréscimo da população rural está relacionado à desarticulação das atividades agrícolas no Estado, principalmente em virtude da crise na cotonicultura, da carência de políticas públicas adequa-

das para o campo e do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado nas décadas de 1980 e 1990, que priorizou o desenvolvimento industrial, o turismo litorâneo e a agricultura irrigada empresarial em detrimento da agricultura camponesa.

O aumento da taxa de urbanização de 65,37%, em 1991, para 71,53%, em 2000, deve ser lido com cautela, uma vez que o próprio conceito de área urbana, quando aplicado aos municípios do interior do estado do Ceará, necessita ser relativizado. Isso porque são consideradas urbanas, por exemplo, as sedes distritais e municipais, mesmo quando a maioria da população se dedica a atividades agrícolas e possui um padrão de vida rural. De todo modo o crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza, a uma taxa de 3% ao ano, bem como o aumento populacional das sedes municipais de pequenas e médias cidades, são indicadores do agravamento do fluxo migratório rural-urbano.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (1999), 78,06% das pessoas diretamente envolvidas em atividades agrícolas no Ceará são pobres e, do total de pobres do Estado, 54,6% vivem na zona rural. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estreita correlação entre o rural e a pobreza pode ser em parte creditada ao declínio do setor agropecuário, cuja participação no Produto Interno Bruto do estado caiu de 12% em 1990 para 6,1% em 2000, enquanto as participações dos setores secundário e terciário subiram respectivamente de 33,8% para 38,1% e de 54,1% para 55,9%, no mesmo período.

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2004), a redução da participação do setor primário na economia também se refletiu na redução do percentual da população ocupada no setor, que caiu de 40% em 1992, para 30% em 2001. No mesmo período, a população ocupada no setor terciário cresceu de 42% para 50% e no setor secundário de 16% para 18%.

Em comparação com os demais estados da região Nordeste, o Ceará apresenta o terceiro maior Produto Interno Bruto (R\$ 20,8 bi), mas, com uma taxa de pobreza de 53,3%, ocupa ao mesmo tempo

a terceira posição entre os estados com maior nível de pobreza da região. Neste sentido, o índice de Gini (indicador de concentração e distribuição de renda), que em 2000 foi de 0,628, demonstra que a concentração de renda no Ceará está acima da média regional (0,617) e nacional (0,609). Esses dados levam à conclusão de que, apesar de o estado do Ceará ter apresentado na última década, vigoroso crescimento econômico, isso não se refletiu em melhorias significativas em termos de distribuição de renda e redução da pobreza. O resultado do modelo de desenvolvimento adotado, portanto, foi o crescimento econômico com concentração de renda em detrimento do desenvolvimento social distributivista.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo transversal realizado em oito assentamentos criados a partir dos programas de “reforma agrária solidária” – projeto *São José* e projeto piloto *Cédula da Terra*, partes constitutivas da denominada “reforma agrária de mercado” no Ceará. Os assentamentos encontram-se distribuídos em pontos distantes nos municípios de Acaraú, na zona costeira, e de Canindé no interior do estado.

A seleção desses assentamentos levou em consideração as áreas prioritárias para a instalação dos assentamentos mais antigos. Os assentamentos Almécegas (1997), Ana Veríssimo (1997), Campos do Jordão (1998), Cauassu (1997), Feijão (1998), Juá (1998), Santa Rita (1997) e São Felipe (1998) foram todos criados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado (SDR), atual Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRI), e pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). Eles abrigam famílias originárias, majoritariamente, de grupos de camponeses sem terra da própria região, que, organizados em associações, compraram, via financiamento do governo do Estado em parceria com o Banco Mundial, as propriedades rurais previamente negociadas com seus proprietários. Assim, organizados em associações, os camponeses tiveram que negociar diretamente com o proprietário da terra, que estipulava o preço da propriedade. Em seguida, o grupo encaminhava a proposta ao IDACE para avaliação. Avaliada e aprovada a

proposta, seguia-se a compra da terra. A SDR autorizava a liberação do dinheiro no Banco do Nordeste do Brasil ou no Banco do Brasil. O dinheiro referente ao pagamento da terra era diretamente depositado na conta do proprietário, ficando a dívida para as famílias pagarem no prazo de 20 anos, incluindo-se juros e correção.

As compras das terras foram feitas em momentos distintos. Algumas propriedades foram adquiridas em 1997, outras, em 1998. Após a liberação do dinheiro no banco e a emissão do contrato em nome da associação, as fazendas eram liberadas, os grupos se instalavam e, na maioria dos casos, recebiam do governo estadual o financiamento para construção da casa de moradia a fundo perdido e uma ajuda financeira, parcelada em dez meses. Ao longo do processo de constituição dos assentamentos, os camponeses sem terra, apresentaram traços que permitem caracterizá-los como camponeses assentados.

O trabalho de campo procurou caminhar pelo viés qualitativo, tendo por princípio ouvir os camponeses e, a partir daí, mobilizar recursos teóricos que permitissem decifrar suas falas. Para isso, foram priorizados a observação participante, a entrevista em profundidade, a participação da pesquisadora em reuniões e levantamento de documentos referentes à política estudada e aos assentamentos envolvidos. O processo de investigação foi desenvolvido de forma progressiva e regressiva, em momentos distintos, mas articulados. Cada etapa foi caracterizada por um trabalho de campo, com gravação de depoimentos e registro fotográfico, seguido da transcrição das fitas, sistematização e análise dos dados coletados.

Tal procedimento tornou possível um acompanhamento constante da realidade estudada, permitindo uma melhor apreensão e elaboração do problema, objeto da investigação. A observação participativa ocorreu no momento em que, ao buscar a inserção do trabalho nos grupos, procurei envolver o trabalho dos camponeses na produção do conhecimento da realidade. As entrevistas em profundidade foram iniciadas com o levantamento exploratório. A cada trabalho de campo realizado, algum tempo depois, retornava aos

assentamentos com alguns dos problemas levantados pelas comunidades, o que permitiu aprofundar as entrevistas em todas as etapas.

O levantamento documental foi iniciado no segundo semestre de 2001, antes do primeiro trabalho de campo, e teve continuidade nas demais fases de maneira complementar. Assim, continuaram sendo pesquisados artigos de jornais, revistas, livros, dissertações, teses e, também, documentos publicados por instituições ou movimentos de representação dos camponeses entre eles a CPT e o MST, e pelos órgãos governamentais responsáveis pela política agrária federal, como o INCRA, e estadual, como a SEAGRI e o IDACE.

Cinco foram os trabalhos de campo. Na primeira ida ao campo, de posse da relação dos assentamentos organizada pelo órgão de terras estadual, priorizei os assentamentos e fui direto aos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs). Essa etapa do trabalho de campo caracterizou-se como levantamento exploratório. Foram visitados os assentamentos, feito o reconhecimento da área e realizadas entrevistas e anotações de campo, com o objetivo de conhecer as histórias sobre o início da organização, a origem dos camponeses e como estariam vivendo no momento. A ideia era ir em busca dos assentamentos mais antigos, ir observando e conversando.

A etapa seguinte foi voltada para um primeiro contato com os ex-proprietários das terras. Procurei saber quem eram eles; como conseguiram as propriedades; por que haviam vendido as terras; o que haviam feito com o dinheiro; se tinham alguma relação com os assentamentos. O objetivo era conhecer outra visão do processo de compra e venda das terras.

Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas mais direcionadas com os assentados, gravadas com sua permissão. Retomaram-se e ampliaram-se questões sugeridas sobre a origem camponesa, a formação das associações, os tipos de cultivos, os sistemas de produção e as formas de trabalho na terra. Nesse momento, houve a revelação de conflitos pessoais, motivos de desistências e substituições nos assentamentos. Mas, também, houve a manifestação de afixo

nidades entre mim, enquanto pesquisadora, e os sujeitos sociais em foco; ocorreu o melhor esclarecimento da pesquisa e uma espécie de selagem, através da confiança mútua, entre as partes.

Na quarta ida ao campo, fiquei hospedada nas casas de duas famílias assentadas. Tive a oportunidade de conviver mais intimamente com a família. Nessa etapa, investi na organização territorial e nas formas de produção presentes nos assentamentos. Levei papel, caneta esferográfica, caneta hidrocor, lápis comum, lápis de cor, apontador, borracha, régua e pranchetas e dinamizei o grupo para produzir o croqui de seu assentamento, procurando os agricultores mais experientes, aqueles que demonstravam ser conhecedores das terras. Alguns croquis foram feitos no momento, outros posteriormente, tanto que só os recebi uma semana depois e, outros, meses depois. De todo modo foi desenvolvida uma sociabilidade com os grupos. Também, comecei a procurar entrevistar os ex-assentados, com o objetivo de ouvir suas versões sobre os motivos que os levaram a sair dos assentamentos.

A quinta volta ao campo foi mais complementar. Selecionei os assentamentos que ainda me colocavam dúvidas quanto à participação das mulheres e ao pagamento da terra. Procurei investir nessas questões e consegui descobrir o processo inicial da organização de manifestações a favor da prorrogação das parcelas de pagamento da terra.

De uma maneira geral, no início, como não houve um contato prévio para entrar nos assentamentos, o fato de ter ido sozinha causou estranhamento, e os agricultores ficaram desconfiados e intimidados. Mesmo assim, sempre fui muito bem recebida e recebi convite para voltar. Pude levar recados dos assentados para os técnicos dos órgãos públicos de assistência técnica e, também, ser álibi deles para pressionar os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) por mais atenção. Segundo os camponeses, quando eles falavam da ocorrência de uma pesquisa da universidade nos assentamentos, os técnicos se preocupavam em agilizar os trabalhos propostos.

## Assentamento Almécegas

O assentamento Almécegas está situado no município de Acaraú (250km de Fortaleza). O assentamento se localiza na margem direita da estrada que liga Acaraú a Itarema, distante cerca de 8km da cidade de Acaraú, e é servido por uma estrada de terra vicinal.

O assentamento foi resultado da organização de famílias de pequenos rendeiros, meeiros e diaristas, moradores da vila Almécegas Velha, que, motivados com o programa *Cédula da Terra*, solicitaram, por intermédio da Associação Comunitária dos Moradores da Almécegas, a compra da fazenda Almécegas. O imóvel foi considerado apto e disponível para a negociação em novembro de 1997, quando teve a celebração do contrato de compra em nome da Associação.

O assentamento possui 352,98ha, comprados através do programa *Cédula da Terra* em 1997, com capacidade para 18 famílias. Sua ocupação se deu pelo processo voluntário de compra e venda de terra.

Os solos apresentam fertilidade natural reduzida, ainda assim são propícios ao desenvolvimento de práticas agrícolas. O relevo suavemente ondulado facilita a ocorrência de práticas de conservação dos solos. Com relação aos recursos hídricos, há o córrego do Jatobá e a presença de poços profundos nos quintais das casas de moradia.

As atividades produtivas dividem-se em lavouras coletivas com o coco-da-baía e o caju, lavouras individuais (familiares) com a mandioca, o milho e o feijão. Há também fruteiras e legumes cultivados nos fundos de quintais. Nos quintais existem pequenos cercados, com criações de pequeno porte. Não há a presença de atividades ligadas à pecuária bovina. A prática de ajuda mútua ocorrida com a troca de dias de serviço na farinhada é bastante desenvolvida no assentamento.

## Assentamento Ana Veríssimo

O assentamento Ana Veríssimo localiza-se a 15km da cidade de Acaraú e está ligado a ela pela estrada do Córrego, que possui revestimento de piçarra em bom estado de conservação.

À exemplo do Almécegas, esse assentamento foi fruto da seleção e organização de famílias de parceiros, rendeiros e diaristas, moradores da localidade do Córrego Ana Veríssimo. Famílias, que, motivadas com o programa *São José*, solicitaram a compra através da Associação Comunitária do Córrego Ana Veríssimo da fazenda Córrego Manoel Luiz.

O imóvel foi considerado disponível para a negociação em maio de 1997, quando teve a emissão do contrato em nome da Associação Comunitária do Córrego Ana Veríssimo. A ocupação ocorreu de forma paulatina, pois boa parte dos assentados lá foi morar, enquanto a outra parte manteve moradia fora, trabalhando dentro e fora do assentamento.

A área é de, aproximadamente, 206,80ha, comprados através do Projeto São José, em 1997, e tem capacidade para assentar até 20 famílias, em 2002, havia cerca de 15 famílias. Os solos são profundos, com textura que varia de média à argilosa, podendo ser bem aproveitado para a lavoura. O assentamento é cortado pelo córrego Ana Veríssimo, o que permite que suas “terras de várzea” sejam sempre muito bem aproveitadas com o plantio de legumes, plantas de rama e hortaliças. O relevo é suavemente ondulado.

Atividades produtivas são variadas com o trabalho nas lavouras coletivas de coco-da-baía e caju, e nas lavouras individuais (familiares), de feijão, milho, mandioca. O trabalho com a prática de ajuda mútua ocorre também na farinhada. Nos quintais produtivos, há o predomínio de pequenos animais de criação, e, nas áreas cercadas para o plantio de pastagem no período seco, também conhecidas como “mangas”, algumas poucas cabeças de gado bovino.

## **Assentamento Cauassu**

O assentamento Cauassu se situa no município de Acaraú, a 250km de Fortaleza, no litoral oeste. Foi fruto da organização de famílias de pequenos proprietários, rendeiros, diaristas e pescadores, moradores da localidade do Cauassu, que, assim como as famílias

do Almécegas e do Ana Veríssimo, motivados com o programa *São José*, solicitaram por intermédio da Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu a compra da fazenda Sítio Curral Velho.

Localiza-se a 15km de Acaraú, em direção a Itarema pela estrada velha Acaraú-Itarema, que corta o assentamento e possui tráfego intenso durante todo ano.

Como os demais assentamentos, o imóvel foi declarado apto e disponível para a negociação em janeiro de 1997, quando teve a liberação do contrato em nome da Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu.

No início, o assentamento possuía 156,8 ha, comprados através o programa *São José* em 1997. Dois anos depois, com a renda do coco, os assentados compraram, à vista, mais duas parcelas de terras vizinhas. A primeira, com 12 hectares, e a segunda com 50 hectares, ambas em nome da associação. O assentamento no início era constituído de 16 famílias, mas, em 2004 tinha apenas oito. Essa redução está relacionada a uma constante triagem feita com base nas noções de confiança, responsabilidade e compromisso, pelos próprios assentados no interior da associação.

As atividades produtivas no Cauassu se alternam entre lavouras coletivas com o coco, o caju e a manga; lavouras individuais (familiares), com a mandioca, o milho e o feijão; pesca artesanal; e criação de pequenos animais nos fundos de quintais como galinhas, patos e capotes.

O assentamento possui terras propícias para o uso agrícola, mas são aproveitadas com certas restrições. Os solos possuem fertilidade natural reduzida com textura muito arenosa. O relevo é suavemente ondulado, permitindo um bom desenvolvimento dos cultivos. Esse assentamento está atravessado pelo córrego do Macena, possui um açude homônimo e poços profundos, distribuídos em locais distantes ao longo do imóvel. Possui boa rede elétrica, o que tem permitido as práticas de irrigação por gotejamento e por micro aspersor.

Uma ocorrência curiosa da comunidade do Cauassu foi a manutenção dos antigos moradores da fazenda Curral Velho. De acordo

com o grupo de assentados, a explicação estaria no fato de eles não quererem criar conflito com quem não tem terra. Muito embora, os antigos moradores não tenham direito as terras do assentamento nem aos recursos financeiros dos projetos que os assentados conseguem.

## **Assentamento São Felipe**

O assentamento São Felipe se localiza no povoado São Felipe, no município de Acaraú. Fica a aproximadamente 2km, a partir da cidade de Acaraú em direção a Itapipoca. A estrada asfaltada Acaraú-Itarema corta o assentamento ao meio e tem trânsito intenso durante todo o ano.

Esse assentamento foi resultado da organização de pequenos rendeiros e diaristas, moradores da localidade do Buriti e de um bairro periférico da cidade de Acaraú, chamado Paulo VI. A exemplo do Almécegas, do Ana Veríssimo e do Cauassu, os camponeses mobilizados pelo programa *Cédula da Terra*, solicitaram, por intermédio da Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe, a compra do Sítio São Felipe. O imóvel foi declarado apto e disponível para a negociação em agosto de 1998, quando teve a celebração do contrato em nome da Associação Comunitária.

São cerca de 330 hectares comprados através do programa *Cédula da Terra*, em 1998, com capacidade para o assentamento de até 25 famílias. Embora tenha iniciado com 25 famílias, um ano depois oito delas desistiram. O motivo esteve atrelado à questão da introdução do trabalho coletivo. Mesmo assim, o trabalho coletivo tem procurado formas de adaptações e tem continuado. A prática da farinha ocorre com o trabalho de ajuda mútua e tem sido algo frequente no São Felipe.

A comunidade apresentou um relativo grau de organização interna. O modelo de gestão é o participativo, ou seja, toda a comunidade deve se integrar aos trabalhos desenvolvidos no assentamento.

As atividades agrícolas dividem-se entre o cultivo do coco, caju e feijão. A produção da mandioca, do milho e do feijão está

voltada para o consumo individual (familiar), podendo o excedente ser comercializado. Frutas, legumes e pequenas criações aparecem nos fundos de quintais.

O assentamento possui solo com boa fertilidade natural e, em conjunto com os córregos São Felipe e Medeiros, que cortam a área, apresenta uma boa capacidade produtiva. Não há a presença da pecuária bovina no assentamento.

### **Assentamento Campos do Jordão**

O assentamento Campos do Jordão se localiza a 15km da cidade de Canindé, em direção a Quixadá, pela BR-020. Foi resultado da organização de descendentes (filhos e netos) do assentamento Japuara, camponeses que, motivados com o programa *Cédula da Terra*, solicitaram, por intermédio da Associação dos Pequenos Agricultores de Japuara, a compra da Fazenda Salão.

O imóvel foi considerado disponível para a negociação em novembro de 1997, quando teve a emissão do contrato em nome da Associação dos Pequenos Agricultores de Japuara. São 331,05 hectares comprados através do projeto *Cédula da Terra*, e beneficia 15 famílias.

A ocupação da terra se deu pelo programa de compra e venda voluntário, ao contrário, portanto, do que ocorrera com a ocupação da fazenda Japuara, fruto de intenso conflito entre posseiros e o proprietário no ano de 1971. A explicação sobre o caminho seguido pelos descendentes do assentamento foi a não identificação com a luta travada pelos seus pais além do medo do conflito presente na região do sertão cearense. A ideia midiática da luta no campo como sinônimo de morte atravessa o imaginário desses camponeses. Porém, a experiência de conviver com a associação no assentamento Japuara ajudou a organização do assentamento Campos do Jordão. As conversas e reuniões entre os assentados e as decisões em assembleia são momentos importante na associação, que se revelou politicamente dividida.

O assentamento possui solos rasos ou moderadamente profundos. É banhado pelos riachos Salão, Gárzea e Jucurutu, todos intermitentes. O relevo é suavemente ondulado e ondulado. Tem uma vegetação do tipo caducifólia e espinhosa. O clima é quente e semiárido, com elevada temperatura. A mata ciliar da carnaúba presente no assentamento é fundamental para a geração de renda para as famílias.

A atividade agrícola principal é a lavoura de milho, feijão, algodão e arroz. Há, no entanto, criação de gado.

A comunidade do Jordão tem apresentado uma baixa estima, pouca união e uma divisão política bem acentuada com interferência da política municipal nos encaminhamentos das suas questões. Isso ocorre devido ao envolvimento de uma das lideranças com políticos locais.

## **Assentamento Feijão**

O assentamento Feijão se localiza no município de Canindé, a 120km de Fortaleza. O acesso é feito pela CE-257 que liga Canindé a Santa Quitéria. Percorrem-se cerca de 13km até a vila Boa Vista dos Caúlas, entra-se à esquerda, e continua-se por mais 2 ou 3km.

Como os demais assentamentos trabalhados, o Feijão foi organizado por um grupo de moradores de condição e diaristas da localidade dos Caúlas, que, motivados com o programa *Cédula da Terra*, solicitaram, por intermédio da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Boa Vista dos Caúlas, a compra da Fazenda Feijão. A área foi considerada apta e disponível para a negociação em julho de 1998, quando teve a liberação do contrato em nome da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Boa Vista dos Caúlas.

O assentamento possui 297,77 hectares, comprados através do programa *Cédula da Terra*, em 1998, e beneficia cerca de 10 famílias. A ocupação aconteceu bem antes da sua criação oficial, porque muitos assentados já eram moradores da fazenda.

O assentamento é banhado pelos rios Batoque, Camburão e Zé da Silva. Há ainda dois açudes e dois cacimbões, que oferecem nas “terras de baixa” boas condições para as práticas agrícolas. De um modo geral, predominam no assentamento solos rasos e pedregosos. A região possui clima quente e semiárido, com elevadas temperaturas nos meses de agosto a dezembro. A vegetação é caducifolia predominando a caatinga arbustiva e densa. As espécies mais encontradas são jurema, catingueira, marmeleiro, angico, aroeira e cumaru. O relevo é em parte plano e em parte suavemente ondulado.

A primeira associação formada teve dificuldades para manter uma gestão democrática e participativa, porque o presidente apresentou um “comportamento de patrão”. Esse fato contribuiu para que, em 2001, a maioria dos assentados desistisse do assentamento. O presidente, então, entregou o assentamento ao IDACE, que voltou a procurar os assentados para a constituição de uma nova associação e garantir a continuidade do projeto de assentamento. Em 2002, foi criada a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Feijão, que passou a assumir todos os deveres e obrigações da associação anterior.

As atividades agrícolas no assentamento são feitas de forma individual (familiar) com as culturas do milho, feijão, mandioca e capim. Nos quintais e pequenos cercados estão as frutas e verduras, além de plantas para forragem. A comunidade do Feijão quase não trabalha de forma coletiva. Apenas no cultivo do milho é que há uma pequena parcela de trabalho coletivo. Boa parte dos animais são criados soltos no assentamento.

## **Assentamento Juá**

O assentamento Juá se localiza no distrito dos Targino, município de Canindé (120km de Fortaleza). Partindo-se da cidade de Canindé, pela BR-020, após 25km, está o povoado de Campos. Daí se segue à esquerda pela estrada dos Targino, que dá acesso à CE-

456, que liga Canindé à cidade de Choró Limão. O assentamento tem seu acesso principal ligado à CE-456.

À exemplo dos assentamentos citados, o Juá foi organizado pelos moradores de condição da fazenda Nova Olinda. Esses camponeses, motivados com o programa *Cédula da Terra*, solicitaram, por intermédio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Juá a compra da Fazenda Nova Olinda.

A fazenda foi considerada apta e disponível para a negociação em novembro de 1997, quando teve a emissão do contrato em nome da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Juá.

O Juá possui uma área de 922 hectares comprados pelo programa *Cédula da Terra*, e beneficia 18 famílias. Todas essas famílias trabalham e moram no próprio assentamento.

A ocupação do assentamento não foi tranquila, porque o ex-proprietário, após ter negociado o preço e recebido o dinheiro, quis impedir a entrada dos assentados, alegando que não tinha ficado com o dinheiro do pagamento porque estava devendo ao banco. Para não entrarem em conflito com o ex-proprietário, que passaria a ser também vizinho, os camponeses assentados optaram por pagar mais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O assentamento é servido pelo rio Cangati e pelo riacho Logradouro, ambos bastante utilizados com lavouras de milho, feijão e mandioca. O açude dentro da “manga” serve para abastecer a pastagem do gado no período seco e para as “miunças” (cabra, carneiro, bode e ovelhas).

Os solos, geralmente rasos, possuem fertilidade natural de média a alta, bastante utilizados nas “terras de baixa” dos rios e riachos. O clima quente e semiárido, com chuvas concentradas de dezembro a abril, juntamente com o relevo ondulado, suavemente ondulado e fortemente ondulado, favorece a formação vegetal caracterizada com uma caatinga hiperxerófila. Dentre as espécies nativas mais encontradas estão o marmeleiro, a jurema preta, a caatinga e a sabiá, que são bastante utilizadas como alimentação pelos animais

criados nas “terras soltas”, ou seja, terras de uso comum que não estão cercadas.

A comunidade do Juá demonstra união, respeito e amizade. As desavenças são contornadas nas reuniões, em que, geralmente, há a presença de todos.

As principais atividades produtivas encontradas no assentamento são os cultivos do milho, do feijão e da mandioca, de forma individual (familiar), e a criação de “miunças” (cabra, carneiro, bode e ovelhas) de forma coletiva.

### **Assentamento Santa Rita**

O Assentamento Santa Rita se localiza também no município de Canindé, o acesso é feito por uma estrada de terra que liga a cidade de Canindé à fazenda Monte Orebe, com uma extensão de aproximadamente 10km.

O assentamento foi organizado por um grupo de pequenos arrendatários e rendeiros que trabalhavam na fazenda e camponeses migrantes que haviam experimentado a proletarização nas cidades de Canindé e Fortaleza.

Esses camponeses, como os demais, motivados com o programa *Cédula da Terra*, solicitaram, por intermédio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Santa Rita, a compra da fazenda homônima. O imóvel foi declarado apto e disponível para a negociação em novembro de 1997, quando teve a celebração do contrato em nome da associação.

O assentamento possui 633 hectares comprados pelo programa *Cédula da Terra*, e beneficia 10 famílias. A ocupação do assentamento ocorreu de forma paulatina. Alguns camponeses vieram de imediato morar no assentamento, outros passaram um tempo só trabalhando nos cultivos, em razão da falta de escolas e postos de saúde próximos.

O assentamento é cortado pelos riachos intermitentes Mulungu, Sangrador e Sujo. Possui três açudes (Cobra, Manga e Sede),

além dos cacimbões que permitem o abastecimento familiar e a irrigação dos cultivos. O predomínio de solos rasos com textura arenosa é quebrado com o vertissolo, solo bastante argiloso e utilizado, coletivamente, na produção da cerâmica de barro (telhas e tijolos). O clima é quente e semiárido. O relevo é suavemente ondulado e ondulado, ideal para o florescimento da caatinga arbustiva, mantida como reserva de mata e, também, parcialmente explorada com a retirada de lenha para venda nas serrarias e uso em fornos da olaria e nos fogões à lenha das residências.

A comunidade do assentamento Santa Rita tem buscado contornar as dificuldades presentes derivadas da adoção da forma coletiva, através da divisão de grupos de trabalho por afinidades. As principais atividades produtivas encontradas no assentamento é o cultivo de milho, feijão e mandioca, e a criação de cabras, carneiros e bode, realizadas de forma individual (familiar). A fabricação de cerâmica de barro é feita de forma coletiva. O projeto de caprinocultura trouxe esperanças para o fortalecimento e diversificação do trabalho coletivo.

\*\*\*

O livro está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a organização territorial dos assentamentos. Nele emergem especificidades da agricultura camponesa presentes nos assentamentos estudados. Questões como a origem camponesa, a seleção das famílias assentadas e a formação dos assentamentos são reveladas nesse capítulo.

O segundo capítulo explorou as diferentes formas de uso da terra nos assentamentos, o trabalho individual (familiar), o trabalho coletivo, o uso comum da terra e a prática de ajuda mútua e suas articulações no processo de constituição dos assentamentos.

O terceiro capítulo dá relevância à unidade de consumo e produção camponesa e aos diferentes usos da terra litorâneo e sertanejo. Elementos como a família, a casa de moradia, o roçado, a

casa de farinha e a pecuária são considerados importantes na dinâmica familiar.

O último capítulo faz uma análise da participação do Banco Mundial na política de desenvolvimento rural do Brasil.



## A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A SOCIABILIDADE CAMPONESA

### A origem camponesa dos assentados

As origens dos camponeses dos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe apresentaram diferentes formas de sujeição da renda da terra ao capital. Essas relações estão intimamente vinculadas ao domínio da apropriação privada da terra presente na agricultura brasileira.

As histórias de vida dos camponeses estão compostas por relações sociais de trabalho e produção que se revelaram nas figuras do “morador de condição” (parceiros, rendeiros ou ambos), do patrão ou fazendeiro, do “morador de vila” ou diarista e, ainda, de camponeses migrantes temporários, que, após a proletarização nos centros urbanos, retornaram ao campo em busca da terra para trabalhar.

Andrade (1986), ao analisar o trabalho escravo e o tráfico negro ocorridos no Nordeste da primeira metade do século XIX, identificou que a figura do morador de condição se revela nas estreitas relações presentes nos engenhos de cana-de-açúcar na zona da mata nordestina. Essa relação surgiu como uma estratégia dos

fazendeiros para manter por perto mão de obra para o açúcar, mas assumiu também importância nas fazendas de gado, e na cultura do algodão, no sertão. Assim, a economia sertaneja, que se iniciou basicamente com a criação de gado, teve na lavoura do algodão sua maior dinamização e um elemento fixador da população no campo.

Para Silva (1995), a colonização do Ceará se deu a partir das grandes fazendas de gado. Somente após meados do século XVIII, o algodão entrou em cena, favorecendo as bases para uma nova organização do espaço, pautada na relação gado-algodão. A produção comercial do algodão foi deixada aos cuidados de fazendeiros, sitiantes e parceiros. O grande fazendeiro criador de gado permitia a permanência de meeiros e posseiros na propriedade, plantando o algodão. Assim, foi possível uma certa acumulação de bens pelos camponeses, embora seu trabalho estivesse subordinado ao patrão. O pagamento da renda da terra poderia acontecer de diversas maneiras: com pagamento em dias de serviço, em produtos ou, ainda, em dinheiro.

Conforme Sá Júnior (1976), na formação da economia nordestina as atividades comerciais obtiveram sempre as melhores terras, o que favoreceu um processo de concentração de renda e propriedade que resultou na marginalização das atividades de subsistência. As unidades de subsistência que funcionavam dentro das próprias unidades produtivas voltadas para exportação, tinham como condição para sua utilização, o pagamento da renda. Desse modo, nos anos de 1950 e 1960, a expansão de grandes propriedades tornava-se compatível com os pequenos estabelecimentos, que dentro ou, às vezes, fora dela, se desenvolviam e tinham por base relações não capitalistas.

Ao analisar as diferentes formas de renda da terra pré-(não)-capitalista, Oliveira (1986) as concebeu como “produto excedente” que aparece sob formas distintas, como renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro. Para este autor a expressão pré-capitalista, ocorreu devido sua origem histórica que é anterior ao capitalismo. Mas, isso não quer dizer que essas formas de rendas não possam aparecer no capitalismo. Elas aparecem adquirindo for-

mas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo.

Das diferentes formas da renda da terra pré-capitalista, a renda em trabalho seria a mais simples. Ela acontece quando o produtor direto, com os instrumentos de trabalho que lhe pertencem, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio.

Nos relatos dos camponeses sobre o que faziam antes de participarem dos assentamentos rurais (suas origens), são citadas diferentes formas de sujeição do trabalho camponês ao capital personificado na figura do patrão. Dentre essas formas, a sujeição da renda da terra em trabalho.

*Eu mesmo trabalhava com a renda aqui na fazenda. Quando a gente começou a trabalhar aqui, a gente não tinha como ganhar nada. Ai a gente falou com o proprietário. E ele disse que o terreno dele não poderia ser utilizado para plantar, porque ele criava muito e queria forragem. Mas, arrendava as matas para a gente tirar a madeira. A gente dando em troca o roçado feito, queimado no tronco, para ele semear a forragem para os bichos dele. Nós dando a terra preparada para ele plantar, fazer forragem. Então, a gente pegou a desmatação de 1993 até 1997. Nesse período, estivemos trabalhando aqui, para o proprietário. A gente tinha direito só a lenha, madeira-de-obra [tronco da carnaúba] ele não deixava tirar, e não era toda madeira que ele deixava cortar. Trabalhamos praticamente aqui quatro anos. Com cinco anos foi que ele cortou o serviço dizendo que queria vender a terra. A gente não morava aqui, só trabalhava como rendeiro. A gente estava ganhando só o sustento mesmo e dando outra parte, que era a terra preparada (Sr. A. 27a. Santa Rita, 2002).*

No caso, o pagamento da renda da terra ocorreu quando o rendeiro, produtor direto, com os instrumentos de trabalho que

Ihe pertencem de fato, durante alguns anos, cultivou as terras do proprietário, recebendo em troca apenas o direito de retirar madeira dessas terras para si próprio. Dessa forma, o camponês rendeiro deu gratuitamente anos de lida ao patrão, entregando-lhe o terreno preparado. Essa terra trabalhada metamorfoseou-se em renda em trabalho.

Outra forma simples de relação social em que apareceu a sujeição camponesa foi o pagamento da renda da terra em produtos. Segundo Oliveira (1986, p. 81), “a renda em produto origina-se do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra”. Nessa relação a coerção se revela como elemento fundamental da renda em trabalho.

Os depoimentos camponeses que seguem apontam para outra forma de sujeição da renda da terra simples: a renda em produto.

*Eu pagava renda, pagava três dias na semana. A gente pagava renda, o algodão era de meia, se desse dez arroba cinco era meu e cinco do patrão. Aí se a gente desse os dias de serviço, o milho e o feijão era da gente. E se a gente não desse os dias de serviço, a gente dava, também, um bocadinho do milho. E era assim, três dias da semana para o dono da terra. O algodão era de metade e os legumes (milho e feijão) de três um (sr. A. 72a. Juá, 2001).*

O depoimento do parceiro revelou um tipo de sujeição clássica da renda da terra ao capital: a renda em produtos. No caso relatado, o camponês parceiro cedeu parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste ter cedido o direito para que ele trabalhasse e morasse na terra. No caso seguinte a subordinação do trabalho esteve ligada à necessidade de terra para trabalhar.

*Nós morávamos aqui nessa vila [vila dos Caúlas] trabalhando avulso. Nós trabalhávamos aqui nessa fazenda com pagamento de renda, de cinco um (Sr. M. 25a. Feijão, 2003).*

O camponês revelou outra forma diferente de pagamento da renda em produtos: a quinta. Isso quer dizer que a cada cinco sacas de algodão colhidas, por exemplo, uma ficava com o patrão.

De acordo com Oliveira (1986, p. 82), “a renda em produtos, também, conhecida como parceria adquire regionalmente no Brasil, diferentes formas. Dentre as mais conhecidas temos a meação, a terça e a quarta [...]”. No caso específico estudado foi possível observar a parceria em forma de meia, de terça e de quinta.

O que os camponeses rendeiros e parceiros revelaram foi, antes de mais nada, a sujeição da renda da terra ao capital. O fato de não ter a propriedade da terra ou não ter onde morar e trabalhar fez com que esses camponeses durante anos tivessem que pagar renda ao proprietário da terra. Dito de outro modo, a propriedade privada da terra é o motivo fundante da geração e do pagamento de rendas.

As rendas de origem pré-(não)-capitalistas se transformam, em renda capitalizada da terra, a partir do entendimento de que a sociedade camponesa é parte constitutiva da sociedade capitalista moderna. Assim, a renda da terra é parte fundante do processo de produção do capital na sociedade capitalista.

Para Martins (1981, p. 19-20), em seu desenvolvimento, “o capitalismo não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. Não é possível, portanto, concordar com a tese que afirma ser o campesinato um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Do ponto de vista da acumulação do dinheiro, o processo ocorre através de uma relação de troca pautada na lógica da dependência. Assim, de um lado há proprietários de terra que têm por base a extração da renda da terra, com o claro objetivo de transformá-la em capital, portanto, gerar o lucro. De outro lado, há camponeses sem terra que veem o trabalho na terra como a garantia para o sustento da família. Nessa relação, questões como o cativoiro, a sujei-

ção, a violência e a expropriação aparecem na base do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo.

O dinheiro acumulado entre os grandes proprietários de terra dependia da produção que os moradores de suas fazendas realizassem. Daí quanto mais trabalhadores “sujeitados” trabalhassem numa dada fazenda, melhor para o fazendeiro, que assumia e assume, muitas vezes, o duplo papel de proprietário de terra rentista e comerciante.

Uma família assentada explicou o cativo, a sujeição e a exploração do trabalho camponês a partir da relação desigual entre patrão e morador.

*A gente era obrigado a dar três dias por semana ao patrão e, ainda, repartia o legume. O dia que a gente não ia trabalhar, ele achava ruim. Ameaçava de botar para fora, botava os animais para comer o legume da gente. A gente não tinha direito nem a forragem, nem a nada.*

*Esse [patrão], ainda, era um dos patrões bom que, ainda, dava uma rês para você tirar o leite e dava a forragem para você tirar do capim dele. Certo que você estava tratando do gado dele, mas, estava se lucrando do leite. Ele não era muito ruim, não. Mas, tinha outros mais cativo, que castigava mesmo. Você tinha que dar os três dias, se você não desse era expulso do imóvel. Ia embora para outra fazenda (Sr. A.72a. Juá, 2002).*

O cativo aparece como o cerceamento da liberdade do trabalhador. A condição de ser cativo é o oposto da de ser livre, é estar subordinado, numa situação de exploração. Assim, o trabalho no cativo sempre implica uma subordinação, uma exploração que se define numa situação de cativo.

Assim como a situação de cativo da terra analisada por Martins (1981), encontrei camponeses que fizeram referência a um se sentir extremamente explorado. O que pode ser, ainda, uma possível memória do trabalho escravo na terra.

Uma realidade que começou a mudar com a conquista dos assentamentos rurais. Como revelou o depoimento que segue.

*Depois que a gente começou a comprar os imóveis foi que o patrão começou a ficar só, foi e quebrou. Porque o patrão tinha trinta morador, então ele tinha trinta filho trabalhando para ele, produzindo para ele. Quer dizer que ele pagava a diária do preço que ele queria, do jeito que ele queria. Todos os trinta plantavam e cada um deixava lá dentro do roçado de três carreiras ele [o patrão] tinha direito a uma. Se fosse cem carreiras, eu tirava minha parte e o restante era dele. Aí ele recebia de graça sem ter um “pingo” de trabalho. Ele cansou de bater trezentos, quinhentos e até mil sacas de milho sem mover uma palha. E nós recebíamos o algodão de três em, às vezes era de metade, aí quer dizer que ele crescia, porque tinha um bando de filho trabalhando, quando isso acabou, aí ele morreu. Não teve mais a família para trabalhar para ele. Ele ficou só, uma pessoa morta. Ele não tinha mais como se manter.*

*Quer dizer que ele pagava aquelas diárias de serviço, do preço que ele queria, do jeito que ele queria. Quer dizer que aquelas pessoas [os moradores] viviam naquele cativo. O tipo cativo. Aí, agora ele mora bem acolá, se ele quiser um dia de serviço nosso, nós vamos trabalhar do preço que nós quisermos. Se ele disser: “é tanto”. A gente diz: “não, só vou por tanto”. E só vai se quiser, que a gente não é obrigado a ir. E na época que nós morávamos com ele, ele dizia: “você amanhã vai me dar um dia de serviço e eu só pago três reais”. E eu era obrigado a ir e ganhar os três reais, porque eu morava com ele. Se eu não fosse, ele dizia: “pois, amanhã desocupe a minha casa” e eu tinha que desocupar.*

*Aí quando nós “compramos” o imóvel acabou-se isso. Agora se ele disser assim: “amanhã você vai me dar um dia de serviço”. Aí eu digo, assim: “eu não vou!” E quero vê se ele obriga a ir! Obriga não, que eu não devo nada a ele (Sr. F.38a. Juá, 2002).*

No depoimento, a lógica da dependência pautada na troca de favores apareceu como razão do enriquecimento do patrão que tinha nos moradores, considerados pessoas da família, a força de trabalho geradora de renda na fazenda. A possibilidade da conquista de uma fração do território com o assentamento levou ao esvaziamento da fazenda e, com isso, ao empobrecimento do patrão, e aos camponeses, a conquista da autonomia e da liberdade de trabalho.

O cativo e a sujeição indicam uma pista importante para a compreensão da escolha do caminho seguido pelos agricultores. A consciência de classe construída na experiência tem sido de fundamental importância para garantir a reprodução camponesa nos assentamentos rurais.

Nos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe apareceram, também, casos de camponeses sem terra que, sem condições de permanecer no campo, migraram temporariamente em busca de trabalho e encontraram a proletarização nas cidades. Como proletário assalariado ou trabalhador informal, o trabalhador, com sua trajetória de vida, pode não estar camponês, apesar de sê-lo.

Ao comentar sobre o que fazia antes do assentamento, os camponeses revelaram, quadros de pobreza, expropriação, migração temporária e retorno. Como foi descrito no depoimento a seguir.

*Eu morava no Jatobá e trabalhava na terra do finado Pompeu Sampaio. Nessa época eu morava com minha família. Quando meu pai faleceu viemos para o Canindé e no Canindé trabalhei de camelô. Eu como mais velho, fiquei sendo camelô na Igreja, vendia aquelas bijuterias: cordão, fita, santinho, chaveiro. Eu também era diarista de limpa de mato, diarista-servente. Aí foi quando eu conheci o Evandro, ele estava formando essa associação e eu recebi o convite. Meu sonho era viver no campo, era o que eu sabia mais fazer mesmo (Sr. G. 22a. Santa Rita, 2002).*

Nesse caso, o “morador de condição” foi expulso com a família para a cidade, proletarizando-se no emprego informal, mas mantendo relação com o campo, através do trabalho temporário, com recebimento de diárias. O assentamento apareceu como a realização do sonho de vida. Para outro camponês, o caminho foi a migração.

*Eu nasci no município de Cruz, meu pai era agricultor. Fiquei com ele até os dezesseis anos. Em 1975 fui embora para Brasília arriscar a vida, porque meu pai não tinha condições de me dar sobrevivência de vida no interior. Saí da minha terra como peão e vim embora como peão em 1978. Voltei para minha terra e morei como peão na minha terra até 1998. Em 1999 retornei em Brasília depois de 21 anos para falar desse programa.*

*Hoje, se me tirar da minha enxada, da minha foice, do meu machado, da minha galinha, da minha vaca, da minha cabra, da minha porca e meu pé de roça, pode pegar me matar. Eu nasci para ser da roça, eu gosto é da roça. Eu passei três anos em Brasília, tenho irmão lá. Eu não quero nem saber, eu quero é a roça. Eu vou a Fortaleza é mesmo que pegar e me amarrar, eu quero ver amanhecer o dia para eu ver meus pés de pau. Quando dá cinco horas da manhã eu estou no mundo vendo minhas planta. Vendo minha roça, vendo meu feijão. Quem planta mais aqui sou eu. Porque eu gosto do trabalho (Sr. V. 42a. Cauassu, 2002).*

No depoimento, um camponês foi obrigado a migrar temporariamente para a cidade, proletarizando-se como trabalhador na construção civil. Após um tempo retornou à terra natal e o assentamento apareceu como a possibilidade de retornar ao trabalho no campo.

Nos depoimentos anteriores não se observou o pagamento de renda ao patrão, mas o processo de expropriação e exploração do trabalhador. Na cidade esse sujeito vive situações complexas. Ora ele se proletariza parcialmente (mantendo vínculos com o campo), ora integralmente (rompendo com o campo). Porém, de todo modo, foi possível perceber que esse trabalhador-camponês pode ter sua

história de vida, sua identidade camponesa, mas em um determinado momento não está se realizando enquanto camponês.

Conforme as relações sociais de trabalho e produção desenvolvidas com o patrão e suas histórias de vida, os agricultores camponeses, integrantes dos assentamentos, podem ser agrupados em três categorias: camponeses rendeiros, camponeses parceiros e camponeses migrantes temporários.

Camponeses rendeiros, em sua maioria, pagavam a renda em trabalho. Não residiam na propriedade onde trabalhavam e viviam nas pequenas vilas, comumente conhecidas como “vilas rurais”, que se estendem ao longo das estradas. Camponeses parceiros, também conhecidos como “moradores de condição”, constituem a maioria. Moravam na propriedade onde trabalhavam, pagando renda em produtos por diferentes formas de parceria e subjugando-se ao recebimento de diárias com o valor estabelecido pelo patrão. Camponeses migrantes temporários moravam nas cidades e vilas, às vezes, trabalhavam nas fazendas como diaristas e, em sua quase totalidade, passaram pelo processo de proletarização urbana.

A exemplo da origem dos camponeses estudados por Alencar et al. (2002) e Moura (2003), nos assentamentos desta pesquisa, camponeses rendeiros, camponeses parceiros e camponeses migrantes temporários formam os três grupos de camponeses sem terra que integram os assentamentos rurais da “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Ceará.

De uma maneira geral, todos os relatos se referem a quadros em que camponeses sem terra, após a sujeição, o cativo e a proletarização, encontraram nos assentamentos rurais a possibilidade de se tornarem trabalhadores libertos, camponeses assentados.

Esses relatos são entremeados de especificidades, mas expressam uma mesma voz. A voz de um campesinato, que, para Martins (1995, p. 16), “é um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu”. Sujeitos sociais que se diferenciam

na origem, mas que trazem em suas raízes a identidade e a condição camponesa.

Os camponeses assentados são originados de três grandes grupos de camponeses sem terra, que se reuniram no final da década de 1990, para sair do cativoiro e adquirir a posse da terra. Assim como os camponeses dos assentamentos Batalha e Mata Fresca, discutidos por Moura (2003), a maioria dos assentados são provenientes dos municípios onde se formaram os assentamentos e entre eles os vínculos de origem se confundem, muitas vezes, com o de parentesco. Esse parentesco deve ser entendido num sentido amplo, para além da descendência familiar. Para Moura (1978, p. 32) significa dizer que “a palavra ‘parente’ serve para identificá-los num todo, em que todos estão unidos, [...] Significa dizer que as pessoas atuam como parentes”.

*Aqui o que mais tem é compadres uns dos outros. É porque é padrinho dos meninos. Eu sou compadre de quase todos, por causa de apelido. É coisa entre nós mesmos (Sr. J. 34a, Juá, 2002).*

Em todos os assentamentos há parentes e compadres que, além de descendentes, são camponeses sem terra que possuem laços familiares fortalecidos com casamentos, apadrinhamentos, heranças e vizinhanças.

Woortmann (1995, p. 247), ao fazer o estudo comparativo da família camponesa no Sul e no Nordeste e sua importância como instituição que preserva valores culturais, endossa essas ideias, ao considerar que “a linguagem de parentesco joga um papel de esquema organizador, não apenas no seio do discurso desses camponeses, mas também em sua prática”.

Nesses casos, considero que a linguagem de parentesco teve um papel organizador na seleção das famílias. Longe de ser uma relação harmoniosa, a linguagem de parentesco pode se tratar de uma relação conflituosa, cheia de percalços. A sociabilidade, conforme Candido (2001), o compadrio, as relações de vizinhanças presentes

na unidade territorial e social estão atravessadas por uma série de sentimentos que se contrapõem no movimento cotidiano das famílias nas comunidades.

A linguagem de parentesco, enquanto parte da sociabilidade presente na organização do grupo, se substantivou nas constantes vilas presentes nas estradas do campo. Desse modo, considero que as unidades territoriais de origem dos camponeses foram importantes no processo de seleção e organização das famílias assentadas.

Marques (1994, p. 50), ao estudar o modo de vida camponês nos sertões da Paraíba, apontou para o fato de que “agora esvaziada, a fazenda não é mais a principal unidade de sociabilidade. Grupos de vizinhança, povoados e cidades tornam-se os principais centros da vida social sertaneja”.

Para a autora, a importância da fazenda para o estudo da sociabilidade camponesa no sertão está arrefecida. Não é que os camponeses não tenham mais vínculos com a fazenda, mas para entender a comunidade camponesa, o que era antigamente fundamental, ou seja, passar por dentro da fazenda, não é mais. Agora, é preciso ir, também, entender o campesinato nas comunidades que estão fora das fazendas, assentamentos rurais, vilas rurais, povoados e bairros rurais entre outras.

No Ceará, as fazendas são unidades sociais e territoriais elementares para se estudar o sertão. Porém, a principal unidade territorial e social que se revelou como de origem dos camponeses assentados foram as vilas rurais. As vilas, também analisadas por Oliveira (2015), apareceram como o lugar de negação do cativo e da sujeição imposta pelo fazendeiro. Embora, o morador de vila se considere um trabalhador liberto, a pobreza de não ter onde trabalhar o sujeita às diárias oferecidas pelo patrão. Assim, a sujeição ocorrida fora da fazenda se difere daquela ocorrida dentro, contudo, o morador de vila aparece tão sujeitado quanto o morador de sujeição da fazenda.

A sujeição camponesa dentro da fazenda indica uma relação do camponês com o fazendeiro que passa pela lógica da dependên-

cia, da troca de favores, da dívida moral. Quando o camponês está fora, não está totalmente livre desse tipo de relação, porque a lógica da dominação permeia as relações sociais no sertão de uma maneira geral. Coronel é coronel, dentro ou fora da fazenda. Mas, de toda forma, a saída do camponês da fazenda relativizou e diminuiu o poder do coronel.

Nos assentamentos pesquisados as origens camponesas se encontram em unidades territoriais distintas: fazendas, vilas rurais e cidades pequenas. Como já disse, a maioria das famílias assentadas são oriundas das vilas rurais. A outra parte das famílias é proveniente das fazendas e cidades próximas, com distância máxima de 40km, como resume o Quadro 1.

Quadro 1 – Ceará: unidades territoriais de origem dos grupos assentados por assentamento

<b>Assentamentos</b>	<b>Vilas</b>	<b>Fazenda</b>	<b>Cidade</b>
Almécegas	Almécegas		
Ana Veríssimo	Córrego Ana Veríssimo		
Campos do Jordão	Japuaara		
Cauassu	Cauassu		
Feijão	Boa Vista dos Caúlas		
Juá		Nova Olinda	
Santa Rita		Santa Rita	Canindé
São Felipe		São Felipe	Acaraú

Fonte: Oliveira (2003).

As relações de sociabilidade construídas cotidianamente no interior das unidades territoriais foram fundamentais na organização dos grupos e na seleção das famílias a serem assentadas. Descendência familiar, apadrinhamento, vizinhança, religiosidade entre outras foram relações que pesaram na escolha das famílias. Mas, considerando que era preciso arcar com o pagamento da terra, foram convidadas “pessoas responsáveis, direitas e trabalhadoras”.

A formação das vilas rurais está atrelada à situação de proletarização transitória vivenciada pelos camponeses que, negando o cativo, pousam nas vilas, que assim tornam-se lugares de rearticulação da vida no campo.

Algumas das vilas se formaram com a decadência da pecuária no sertão, levando à redução do número de moradores nas fazendas. O fazendeiro passou, então a vender ou doar pequenos lotes de sua fazenda aos moradores, como foi o caso da vila Boa Vista dos Caúlas ou vila dos Caúlas, localizada no povoado dos Caiçaras, estrada CE-257, entre os municípios de Canindé e Santa Quitéria.

De acordo com o grupo do assentamento Feijão,

*[...] a ‘vila’ dos Caúlas é antiga. O fazendeiro vendeu pequenos lotes da fazenda, para o pessoal fazer as casas. Primeiro, fizeram duas casas na beira da estrada e o pessoal foi fazendo as casas vizinhas. Todos eles são trabalhadores avulsos (Grupo, Feijão, 2001).*

Os moradores das vilas, na maioria, são camponeses rendeiros ou diaristas e trabalham nas fazendas próximas. Para poder ter moradia, eles pagam renda da terra ao fazendeiro que lhes libera o chão da casa. No caso das famílias do assentamento Feijão, conforme o camponês,

*[...] todos os moradores daqui, todos eram da vila dos Caúlas. Trabalhávamos mais para doutor Barros dos Santos. Mas, não tinha fazenda certa, não. Trabalhávamos onde desse certo, como diarista. No inverno, nós plantava e pagava renda de cinco uma. No ‘verão’, ele nos arrendava*

*a olaria e nós passávamos o 'verão' fazendo tijolos, pagando renda de cinco um. Hoje não pagamos mais renda (Sr. N. 36a. Feijão, 2001).*

A possibilidade do fim do cativo levou muitos moradores de sujeição a procurar o abrigo das vilas, na busca da liberdade. Lá o crescimento do número de moradores leva a crer que

*[...] hoje poucas são as pessoas que moram em fazenda, moram mais em assentamentos, outras tem uma casinha numa vila, para ficar liberto, trabalhando por aqui e por acolá. Só que não é bom, porque de qualquer maneira, a gente paga renda. Já aqui no assentamento, a gente trabalha e fica com o legume e a forragem (Sr. R. 72a. Feijão, 2002).*

A vila do Cauassu se localiza na estrada velha Acaraú-Itarema. Nasceu com a estrada do Curral Velho, por volta dos anos de 1940. É uma vila extensa que cresceu com o casamento dos filhos dos antigos moradores que, às vezes, vão embora, mas com o tempo voltam. Outras vezes, eles se arrumam em um pequeno terreno, encostado à casa de parentes.

O Cauassu é uma vila rural onde há trabalhadores sertanejos e praianos ou “do seco e do molhado” como costumam falar. Sua proximidade com o mar favorece essa flexibilidade no trabalho com a lavoura e a pesca, embora, no assentamento, a primeira atividade seja muito mais desenvolvida que a segunda.

A carcinicultura empresarial implementada no final dos anos noventa no litoral cearense mexeu com a vila do Cauassu. Quase todos os moradores estão trabalhando nas empresas de camarão. E, hoje, quase não existem mais caminhos de travessia para o mar. Os que havia foram interditados pelas empresas de camarão. De acordo com uma moradora,

*[...] é tudo cheio de portões, com vigias. É todo mundo armado. Os ricos invadiram tudo. O IBAMA proíbe a gente de pegar*

*camarão para comer e não proíbe os ricos de cortar o mangue (D. M. 53a. Cauassu, 2003).*

O depoimento da moradora revela, um pouco, do que está sendo a violência privada do capital industrial e comercial que vem impondo medo e revolta ao cotidiano dos moradores das vilas camponesas no litoral cearense.

A vila da Japuara foi formada a partir da doação de terras de parceiros para filhos agregados do assentamento Japuara. Foi o primeiro assentamento rural de Canindé, desapropriado para 59 famílias a partir da luta pela terra no ano de 1971. Localiza-se na BR-020, na direção Canindé-Quixadá.

No início, a vila era composta por cinco famílias. Depois os filhos se casaram, vieram os netos e sobrinhos e foi aumentando a parentela. Cada família foi cedendo parte do seu terreno para o parente fazer a própria casa. Com o passar dos anos, alguns filhos de parceiros foram para a cidade e venderam suas casas para outros moradores.

Toda a vila da Japuara é rodeada por uma cerca de madeira e arame que contorna as casas e divide os espaços de moradia. De acordo com os moradores, muita gente cerca a casa com madeira para evitar a entrada de animais doentes.

*É porque toda pessoa que faz a casa faz a cerca. Além disso, tem que dividir uma casa da outra, para formar o quintal. Porque se você quiser criar um porco ou outro animal, tem que ser cercado (Sr. B. 37a. Japuara, 2003).*

Há vilas oriundas de fazendas, vilas que surgem ao longo das estradas e vilas que emergem no interior dos assentamentos rurais. As fazendas, as vilas e os assentamentos rurais formam, portanto, unidades territoriais e de sociabilidade camponesa relevantes no sertão cearense.

## A seleção das famílias assentadas

A política de crédito fundiário ou reforma agrária de mercado teve a finalidade de desenvolver um novo modelo de desenvolvimento para o campo com base na descentralização da reforma agrária. A seleção das famílias camponesas esteve relacionada à condição de estarem organizadas em associações, encarregadas de encaminhar uma série de atividades no processo de constituição dos assentamentos.

As associações teriam as finalidades de selecionar as famílias seguindo os requisitos para a participação na política; escolher o imóvel a ser adquirido e discutir a negociação com o proprietário; preencher o formulário da proposta de financiamento da terra; solicitar ao proprietário o preenchimento da declaração de intenção de venda do imóvel e encaminhar os documentos para o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace). O Idace analisaria o financiamento para a aquisição do imóvel e emitiria parecer sobre a transação à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que emitiria os pareceres finais, autorizando o Banco do Nordeste (BNB) ou o Banco do Brasil (BB) a contratar o financiamento. O banco procederia à contratação, liberando os recursos financeiros diretamente para o proprietário vendedor e para os fornecedores de serviços envolvidos no processo.

As associações deveriam, ainda, identificar e priorizar os investimentos necessários, solicitar a elaboração dos subprojetos identificados mediante o preenchimento de uma proposta de financiamento e encaminhá-la à SDR. A SDR emitiria os pareceres finais e prepararia os convênios para o Banco do Brasil. Instituído o convênio de subprojetos, o banco liberaria, através de conta específica, os recursos financeiros diretamente para as associações. Com todas essas atividades, portanto, burocraticamente, não se poderia negar a participação dos camponeses nos programas.

Conforme Melo (1997) e Alencar et al. (2002), com a divulgação da política o que aconteceu de fato foi a formação de

inúmeras associações comunitárias e de pequenos produtores em função exclusiva das exigências dos programas. A forma como foi imposta a necessidade das associações favoreceu um processo de constituição de associação com pouca ou nenhuma responsabilidade de grupo. Porém, a forma como elas se mantêm tem demonstrado, cada vez mais, responsabilidade, empenho e união, que se revelam na representatividade dos camponeses no seu processo de constituição.

Um camponês, explicando sobre a formação de sua associação, indicou estar atrelada, única e exclusivamente, às exigências da política.

*Antes do projeto de “reforma agrária solidária”, nós fazíamos parte de uma grande associação que lutava pela preservação do manguezal. Com as informações do programa de “reforma agrária solidária” (no início ouvimos pela televisão, depois nos informamos melhor em Itapipoca), aquela grande associação se desmembrou formando várias outras associações que ganharam o programa de “reforma agrária solidária” (Sr. G. 67a. Cauassu, 2001).*

A riqueza do depoimento está no processo dado pelos associados à formação das associações. No depoimento, a necessidade de luta por direitos, que poderia ser uma contribuição da associação ao grupo social que a compõe, foi desintegrada para que as pessoas tivessem acesso à terra. Desse modo, ficou notório que as condições impostas pela política não contribuíram para que os camponeses passassem a se reconhecer como camponeses organizados na luta pela superação da pobreza e no exercício da cidadania no campo. Parece faltar clareza do significado político e social contido no processo de construção de uma associação.

As associações, em sua maioria, foram montadas e legalizadas por cabos eleitorais ligados a partidos políticos do governo, que conseguiram atrelar seus parentes e compadres ao projeto político governamental.

Quanto à relação da reforma agrária de mercado com a política no campo, os camponeses revelaram o seguinte.

*Há relação sim. Quando aquela ou essa associação está vinculada a esse ou aquele partido as coisas saem mais depressa ou mais lenta. A associação tem que ter um presidente desenrolado (Sr. O. 37a. Almécegas, 2001).*

Dessa forma, quem não é “desenrolado” ou não tem apadrinhamento político, fica esperando. De acordo com o camponês,

*Em tudo isso há o dedo da política no meio. Os políticos quando querem ajudar, ajudam. Estamos esperando, [...], às vezes os políticos prometem uma coisa aqui, outra acolá. Na propaganda, para o governo a prioridade é a “reforma agrária solidária”. Mas, na prática não tem sido assim. Até hoje não temos energia. Os projetos chegam e são abocanhados pelos políticos locais (Sr. O. 42a. Campos do Jordão, 2001).*

A seleção das pessoas para compor as associações e, consequentemente, a serem assentadas, passou por um caminho estranho aos movimentos sociais. Tratou-se de um processo de negociação “pacífico”, pensado para tirar das mãos dos movimentos sociais, ligados à Igreja, aos STRs (de esquerda) e ao MST qualquer poder de articulação. Nos casos estudados, políticos locais em troca de favores ou proprietários de terra rentistas que queriam vender suas propriedades delegaram a função de líder a um de seus cabos eleitorais ou trabalhadores de confiança com os quais prepararam a documentação necessária para entrar com o pedido de compra da terra junto ao Idace. O Quadro 2 resume as articulações.

Quadro 2 – Ceará: articulação dos grupos para a formação das associações

<b>Assentamentos</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Liderança</b>	<b>Político</b>
Almecegas		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Ana Veríssimo	XXXXXXXX	XXXXXXXX	
Campos do Jordão		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Cauassu		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Feijão		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Juá		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Santa Rita	XXXXXXXX	XXXXXXXX	
São Felipe	XXXXXXXX	XXXXXXXX	

Fonte: Oliveira (2003).

Em todos os casos, encontrei a articulação de um líder local respaldado por um político, por um proprietário de terra ou por ambos. O papel das lideranças foi o de selecionar as famílias para organizar os documentos. Uma seleção que passou por relações de parentesco, vizinhança e afinidades no trabalho com a terra. O papel dos políticos locais e/ou proprietários de terra foi o de incentivar as lideranças, organizar a documentação necessária para o registro da associação e fazer a ponte entre os líderes e o Idace.

Os relatos de duas dessas articulações revelaram os processos a partir dos quais se identifica a prática do clientelismo político através da troca de favores políticos por benefícios econômicos.

*Eu nasci e me criei na agricultura, aqui mesmo na fazenda Feijão. Trabalhava como morador de sujeição e de uns tempo para cá ouvi falar da reforma agrária, que seria mais fácil através da associação. Estudei um pouco e fui atrás do Estatuto e do CGC da associação dos Caúlas, orientado pelo vereador Alvino (PMDB) que deu esclarecimentos. Quando estava organizado os documentos, o patrão falou na venda da terra, colocou sua proposta. Levei*

*os documentos das famílias para o Idace e este se encarregou de mandar a fiscalização. A terra escolhida passou pela fiscalização, pelo valor de R\$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais), e para cada família ficaria na faixa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) (Sr. F. 53a. Feijão, 2001).*

Na articulação para a compra da fazenda Feijão, o primeiro presidente da Associação Comunitária dos Produtores da Boa Vista dos Caúlas revelou o envolvimento político de um vereador do PMDB na orientação sobre os trâmites para a legalização e formação da associação, e consequente compra da terra. Geralmente, o interesse de um político local com a formação de um assentamento tem sido o de arrecadar votos para a sua candidatura. Com a reforma agrária de mercado, esse interesse foi revigorado, reafirmando a disputa política no campo. Conforme o depoimento a relação do programa com a política no campo passou pela articulação do vereador com o proprietário da terra, que, diante do processo de formalização da associação, logo ofereceu a terra para venda.

No caso do Assentamento São Felipe, a articulação partiu da ex-proprietária, que, em conjunto com o técnico do Idace, convenceu o camponês a organizar o grupo para a compra da terra.

*Primeiro teve uma reunião com a d. Mirtes, ela pediu nossos documentos. Foram 24 famílias [...] Eu tenho 34 anos que trabalho aqui dentro. Eu tomava conta dessa terra. Eu era o rendeiro, era o cabeça. Os donos viviam em Fortaleza, e aqui quem mandava era eu, em toda terra. Ai quando foi outro dia a d. Mirtes disse: “José, eu vou vender a terra. Mas, eu vou caçar um jeito de você não sair da terra”. Ai, quando chegou a conclusão foi de comprar, aí veio primeiro o dr. Armando (IDACE). Ele chegou mandou me chamar. Eu morava lá no Buriti, eu vim, cheguei aqui, Dr. Armando disse: “vamos dá uma voltinha”. Eu disse: “vamos”. Ele disse: “sr. José, você alcançou de ouvir falar que vinha um tempo de forrar as terras para a pobreza trabalhar”. Eu disse: “eu ouvi, mas, é uma coisa que*

*eu não tenho fé e nem esperança que possa vir”. Ele disse: “falaram de forrar as terras assim, tirar de quem tinha para dar a quem não tinha. Agora, eles estudaram todos os meios e não encontraram. O meio que encontraram foi o de comprar as terras de quem tinha e fazer os assentamentos e cadastrar as pessoas para botar para trabalhar”. Eu disse: “Eh, doutor, o governo não dá nada a ninguém, não” (Sr. J. 65a. São Felipe, 2003).*

Na articulação para a compra da fazenda São Felipe, o líder da Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe revelou o explícito interesse de venda da ex-proprietária da terra e o interesse do técnico do Idace na orientação sobre os trâmites legais para a legalização da associação e conseqüente compra da terra.

Assim, a organização política dos grupos assentados foi feita com base em um projeto de associação, proposto pelo governo do Estado, estritamente baseado na burocracia. Porém, ao longo do processo, as associações foram ganhando vida, dinâmicas próprias. Elas surgiram forjadas, negando os movimentos sociais na luta pela reforma agrária, dando respaldo político ao governo, aos cabos eleitorais e aos proprietários de terra. Ao longo do processo, entretanto, desenvolveram essa outra face: a face de um campesinato que possui experiências de vida em comum, que lhe conferem uma consciência crítica construída na luta pela terra e pela liberdade no trabalho familiar, e que lhe garantem assumir o compromisso com sua organização política e social.

Em síntese, muito antes de ser uma opção ou uma luta dos pobres, a reforma agrária de mercado foi uma negociação que fortaleceu a aliança entre proprietários de terra rentistas e capitalistas comerciantes com o claro objetivo de desmobilizar os movimentos sociais e viabilizar a apropriação da renda capitalizada da terra.

Essa aliança foi repactuada no momento da implementação da política no estado do Ceará. No caso das terras que constituem os assentamentos em questão, em sua maioria, eram médias propriedades “produtivas”, portanto, se não houvesse grandes propriedades

improdutivas, na região, de acordo com a legislação, o Estado teria agido de forma correta, criando um programa de crédito fundiário para compra e venda de terras. Entretanto, não houve uma preocupação mínima de aplicar a legislação e muito menos um mecanismo que regulamentasse o preço das terras, levando a uma supervalorização dos preços e uma impossibilidade de pagamento pelos camponeses.

O desenvolvimento do capitalismo no campo cearense vai se dando contraditoriamente via acumulação do capital entre os capitalistas e proprietários de terra rentistas e a conquista de frações do território capitalista pelos camponeses assentados.

Nos depoimentos dos ex-proprietários de terra sobre os investimentos feitos com o dinheiro adquirido com a venda das terras, ficaram claros os investimentos na modernização e manutenção da propriedade privada da terra e em atividades como o comércio urbano. Revelando, portanto, que a produção do capital no campo tem se dado a partir da renda capitalizada da terra.

*O dinheiro, apliquei em mais duas propriedades rurais ou três que nós temos. Foi aplicado no plantio e beneficiamento de coqueiro. Como eu estava precisando, ou eu vendia uma, ou ficavam todas as propriedades sem ter adubo, sem eu plantar. Já tinha plantado, os coqueiros estavam pequenos, tinha que comprar pipa para aguar, tinha que comprar insumos que é o adubo químico para colocar, tinha que comprar esterco de galinha que é para adubar e comprar cerca para outras terras que eu tinha que cercar. E todo o dinheiro foi empregado nessas outras terra. [...] também, estou indo criar camarão em cativeiro para ver se melhora a situação (Sr. A. 53a. Acaraú, 2002).*

Segundo esse relato, a renda capitalizada da terra foi convertida em capital nas propriedades fundiárias. O investimento deve gerar rendas diferenciais, ou seja, sobra acima do lucro médio e em novos investimentos empresariais que devem produzir um lucro extraordinário, acima do lucro médio. Outro relato mostrou que o

proprietário rentista vendeu a terra que era mantida como reserva de valor e reserva patrimonial e continuou mantendo investimento na pecuária e no comércio.

*A terra foi comprada pelo meu pai. Há cinco anos venho tentando investir na criação de gado, fiz um empréstimo no banco, mas, não consegui pagar e, por isso, vendi a terra. Com o dinheiro da venda da terra, melhorei o comércio e ampliei o número de cabeças de gado na outra fazenda. A pecuária, é pouca, o gado é para corte (Sr. G. 23a. Canindé, 2002).*

A partir desses depoimentos é possível compreender que a expansão capitalista no campo vem se dando, também, com a acumulação e produção do capital a partir da renda capitalizada da terra entre grupos de capitalistas e proprietários de terra rentistas, residentes na área urbana.

Em resumo, a política do governo do Estado do Ceará em parceria com o Banco Mundial dinamizou o mercado de terras e estimulou o desenvolvimento de assentamentos rurais. Os camponeses foram incentivados a se converterem em proprietários de terras e os proprietários de terras foram convidados a investirem mais em suas propriedades, a se associarem ao capital comercial e a venderem suas terras em condições altamente favoráveis pela especulação imobiliária decorrente da própria política governamental.

Ao retomar as leituras de Martins (1981, 1995, 1999) e Oliveira (1981, 1991, 1998), sobre o caráter rentista da terra no Brasil, constato que a irracionalidade presente na forma de expansão capitalista está justamente na propriedade privada da terra, utilizada para obtenção de subsídios governamentais e para exploração do trabalho alheio que produz renda territorial (apropriada pelos rentistas) e não para produzir alimentos ou redefinir formas de vida. Assim, os proprietários de terra rentistas mantêm com a terra uma lógica de mercado, em que a terra é negócio, completamente distinta da lógica camponesa, segundo a qual a terra é trabalho.

## A formação dos assentamentos

A formação dos assentamentos deve ser entendida no seio do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo no território brasileiro. Um processo historicamente constituído, no qual a terra tem sido mantida como propriedade privada pelos capitalistas rentistas que a utilizam como reserva de valor e reserva patrimonial. Assim, em vez de ser terra de trabalho, ela tem servido para exploração do trabalho alheio, gerando renda para os capitalistas rentistas. Aos camponeses resta, portanto, a luta para entrar na terra e nela ver nascer a possibilidade de construção de uma vida digna no campo. Nesse processo, a posse da terra e a liberdade no trabalho são condições necessárias para a recriação de territorialidades fundamentais na constituição da parcela camponesa do território.

De acordo com Oliveira (1998, p. 5), o processo de construção do território deve ser entendido como

síntese contraditória, [...] produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território.

Para esse autor, as marcas do processo de constituição do território capitalista podem ser sentidas no campo brasileiro. De um lado, está o desenvolvimento da agricultura capitalista, com base no agronegócio, no qual proprietários e/ou capitalistas rentistas estão se apropriando do lucro e da renda capitalista da terra. De outro lado, está o processo de expansão da agricultura camponesa, no qual as ocupações e os assentamentos rurais fortalecem a luta pela reforma agrária. Nesse processo, o capital vem desenvolvendo liames de subordinação para apropriar-se da renda camponesa da terra e transformá-la em capital.

Conforme Oliveira (2001, p. 191), a luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência forjou a construção de um território capitalista que vem sendo contestado. “Os movimentos sociais de luta surgem no meio da contradição presente no desenvolvimento do capitalismo” e são partes fundantes dessa contestação.

Para Fernandes (1996, p. 17), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a principal forma de organização social na luta pela terra e pela reforma agrária em quase todo o Brasil. Sua ação tem levado à conquista de frações do território capitalista, que reafirmam e valorizam o processo de espacialização do movimento e territorialização da luta pela terra. “Os assentamentos são conquistas de frações do território capitalista”. Neles, estão sendo semeadas a liberdade do trabalho familiar e a luta pela construção da cidadania no campo.

Como já visto, nos assentamentos em estudo, a organização social e política dos grupos aconteceu com base no projeto de associação proposto pelo governo do Estado. Foi definido um modelo de organização dos assentamentos constituído de uma representação idealizada da participação dos agricultores camponeses no processo maior de criação de um “novo mundo rural”.

No programa *Novo Mundo Rural* (BRASIL, 1999), haveria a transformação dos camponeses em agricultores familiares, que estariam vivenciando o contexto das transformações do mundo rural, o qual, teoricamente, tem exigido cada vez mais “empresários” para atuar no negócio familiar rural. Para Abramovay (1992), o camponês, ao manter a capacidade competitiva e ter presente a visão da cadeia econômica do produto no mercado, seria um “novo empreendedor” do campo.

O “novo rural brasileiro”, conforme Silva (2001) passaria por uma urbanização do campo sob a lógica capitalista, na qual, de certo, haveria lugar para uma massa de pobres que se proletarizam no campo. A unidade de consumo e produção camponesa seria um resíduo histórico em vias de extinção do processo de transformação capitalista e a agricultura tenderia a ser uma atividade meramente

complementar na renda familiar que passaria pela indústria, turismo e lazer, artesanato e serviços profissionais especializados. Deste modo, a reforma agrária não teria o mesmo sentido, já que o camponês inevitavelmente desapareceria na sociedade capitalista.

É possível afirmar que o projeto de “integração” ao mercado proposto pelo governo aos camponeses foi de encontro à realidade deles. Isto porque no discurso da eficiência da agricultura familiar não há lugar para o campesinato tradicional. E esse camponês, sem inclusão no sistema econômico de mercado, é entendido como um sujeito social de fora do capitalismo.

Ao analisar os aspectos referentes à organização social e política dos grupos assentados, foi possível entender as formas de territorialização nos sete primeiros anos dos assentamentos (1997-2004). Nessa fase, os camponeses organizaram-se na luta cotidiana para fazer valer a conquista da fração do território capitalista.

A organização dos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe se deu com traços próprios do campesinato no Ceará, entre os quais destaco a luta pela posse e uso da terra, a liberdade do trabalho familiar, os laços de parentesco e o que Chandler (1981) denominou de religiosidade sertaneja. A influência significativa desses traços na vida dos assentados fez da organização social, política e econômica nos assentamentos um modelo de comunidade.

Para Martins (1973, p. 40), a noção de comunidade como forma social utópica é o que

estipula a unicidade do caso no estudo da comunidade e, portanto, a consciência que se exprime na utopia comunitária. Aí, a comunidade aparece como forma de consciência do camponês, engendrada pelas contradições da formação capitalista.

A utopia comunitária se constrói na consciência crítica do grupo, ou seja, é a luta pela negação da condição que lhe está imposta, o fundamento da constituição da comunidade camponesa.

Oliveira (1998), ao analisar a recriação do sítio camponês e o movimento sócio-religioso do “Aparecidão” em Mirassol D’Oeste e Quatro Marcos no Mato Grosso, revelou o movimento camponês como possibilidade de rebeldia camponesa. Isso porque as práticas religiosas, ao invés de conservadoras ou alienadas, significavam um momento pelo qual os camponeses restabeleciam relações que lhes asseguravam níveis de sociabilidade, capazes de permitir o enfrentamento com a nova ordem imposta. Portanto, para a autora, o caráter utópico cristão da religião contém a possibilidade da rebeldia camponesa.

Nos assentamentos em estudo, a memória camponesa pautada na religiosidade sertaneja busca entender as desigualdades sociais apontando mudanças na condição de vida dos pobres.

*No começo do mundo não tinha nada cercado. Quando Deus, nosso senhor, criou o mundo ele não deixou terra para ninguém. Ele não reservou terra para seu ninguém, ele não partiu terra para ninguém, era tudo “solto”. Aí quando começou a aumentar o povo do mundo, tinha uns menos e uns mais. Aqueles mais se aproximavam daqui para aí e os menos ficavam para cá. E os mais iam aumentando lá o deles e os menos ficando para trás. Com a continuação do tempo eles [os mais] puxavam mais para lá e iam aumentando lá o deles e os menos ficando para cá. E assim, foi quando formou o patrão e o morador. Se eu tinha terra e o Francisco não tinha, ele vinha me pedir a morada. Se eu tivesse boa vontade de dar, eu dava a morada para ele. Aí ele ia trabalhar para mim, ia ser sujeito a mim, que ele estava morando dentro do que era meu. Aí eu acho que começou assim... É por isso que hoje em dia tem uns mais e uns menos. Eu alcancei, meus tios dizendo: “eh minha filha a coisa tá mudando e vai mudar. Eu não alcanço, mas você vai alcançar”. Aí eu ficava, meu Deus o quê a madrinha quer dizer com isso? Ela dizia: “minha filha vai chegar um tempo dos pobres. Quem for pobre vai possuir as coisas e os ricos vão ficar pobres e os pobres vão ficar rico e a gente vai comprar farinha trepada nas prateleira”. Daquele*

*tempo para cá eu fico pensando os ricos estão ficando pobres. Você repare que tem muita gente rica, mais tem muita gente que já perdeu o que tinha. Nós era tudo pequeno, tudo morador dos outros e hoje em dia nós já mora bem dizer no que é nosso, em terra comprada pelo governo, casa feita pelo governo e o dono daqui não manda mais em nada, não tem mais nada. Eu acho que com a continuação do tempo vai mudar as coisas e se, ainda, tivesse mais ajuda do governo ainda mudava mais (D. M. 58a. Juá, 2003).*

No depoimento, a memória camponesa apresenta um traço de rebeldia em relação às desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que alimentada pela fé cristã, revela melhorias na vida camponesa.

A união de famílias de origens quase sempre comuns, cada qual a sua maneira, com seus interesses e sua religiosidade sertaneja, suas experiências de vida, possibilitou o fortalecimento da construção da utopia de formação de uma nova comunidade na luta pela terra.

*Nós vivemos numa comunidade, a gente chama de comunidade. Porque é assim, tem que estar todo mundo junto para poder dar certo (Sr. A. 72a. Juá, 2002).*

A comunidade como forma de sociedade apareceu como um projeto de todos que surgiu na luta pela terra e pela liberdade do trabalho familiar. Nesse sentido, não há diferença entre as noções de comunidade e associação, ambas encontram-se atravessadas pela utopia camponesa de terra e liberdade.

A comunidade como forma social, também, desenvolve formas de sociabilidades que se territorializam nos assentamentos. Muitas vezes, o assentamento apareceu como sinônimo de comunidade, como na expressão camponesa: “a comunidade do Juá”. Aí, a comunidade também absorve um sentido territorial.

As comunidades se mostraram organizadas a partir de um conjunto de normas e práticas determinadas, muitas vezes, sob a

influência dos técnicos, porém, postas em prática pelos assentados em função de seus objetivos político-estratégicos e das necessidades imediatas do grupo. A vida no assentamento envolve as experiências anteriores de cada um dos assentados no processo de reprodução da unidade camponesa. Assim, os assentados se organizam com base nos princípios do trabalho com a terra, da responsabilidade com a família e da liberdade e autonomia no trabalho familiar.

No processo, a política governamental elegeu as associações como entidades intermediárias na relação governo-assentados. Como entidades com existência formal, jurídica e legal, as verbas são repassadas por meio das associações, que, também, assumem a dívida do financiamento da compra das terras. O acesso à terra via Idace ou Seagri implicou a responsabilização de órgãos públicos pelo grupo. O grupo, vivendo em sua maioria em condições muito precárias, passou a contar com alguma assistência financeira e técnica, representando uma forma de integração dos camponeses à sociedade envolvente e as suas leis.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2004), os assentamentos no estado Ceará, desde meados dos anos de 1980, adotaram o modelo misto de organização e produção. O chamado modelo misto ocorre em um processo de discussão com a comunidade, no qual são definidas coletivamente normas de utilização da terra e de equipamentos coletivos, tais como áreas de aluvião, terras de várzea, açudes, rios, pastagens, tratores, forrageiras etc. A partir da definição da área coletiva e da área de uso individual (familiar), organiza-se o trabalho coletivo e o individual (familiar), com a participação de representantes das famílias assentadas.

Desse modo, a presença da produção coletiva tem sido algo discutido em conjunto ao longo do processo de constituição dos assentamentos no estado.

A assessoria técnica dos assentamentos procurou copiar o modelo misto, porém, valorizando a produção coletiva como uma forma de garantir verbas para o pagamento da terra. É o que mostra o depoimento da técnica da Seagri.

*A experiência tem mostrado que quem tem o coletivo como reserva tem conseguido um dinheiro para ajudar no pagamento das parcelas. Quase todos que pagaram tinha um coletivo como fundo de reserva. A produção coletiva, na orientação é importante, mas, não pode obrigar (D. L. Seagri-CE. Fortaleza, 2005).*

Nos assentamentos, a produção coletiva foi, de certa forma, colocada pelos técnicos como o único caminho possível para o pagamento da terra. Portanto, era preciso ter o coletivo, o que causou muita confusão na cabeça dos camponeses.

Nesses sete anos (1997-2004), de acordo com os técnicos responsáveis pelos assentamentos, havia assentamentos funcionando bem, com boa coordenação e vistos como exemplos de organização a serem seguidos na região. Mas, havia também assentamentos considerados com baixo nível de organização.

As estratégias determinadas pelos estatutos nos assentamentos têm peso de lei e estão atravessadas por uma, denominada por Woortmann (1990), conduta moral. Todo trabalhador rural sem terra ou com pouca terra que desejasse participar do assentamento tinha que ser filiado à associação. A condição de sócio se impôs como uma obrigação. Caso o camponês tivesse algum impedimento para se integrar ao grupo imediatamente, ele poderia permanecer na sua moradia. O importante era ele dar o seu trabalho no coletivo do assentamento.

Há assentamentos nos quais os assentados apenas trabalham. A explicação para essa situação apareceu no fato de o assentamento não ter estrutura para abrigar todas as famílias.

*Eles não estão morando diretamente, indiretamente eles estão morando. Vou lhe dizer a razão: todos os dias eles estão trabalhando. Quando eles não estão trabalhando aqui, eles estão nas casas que eles já tinham. Porque vou lhe explicar a razão, nós viemos conscientes que todos os assentados eram para morar no*

*assentamento. Mas é aquela coisa, quando nós chegamos aqui, fizemos um levantamento: se a curto prazo todos nós fôssemos sobreviver só do que tinha aqui dentro, nós íamos ter alguma dificuldade de vida. Nós íamos comer tudo que tinha para se manter e o assentamento, futuramente, a tendência era se acabar. Então, nós chegamos no bom senso: os que quisessem vir primeiro, vem. Os outros que quisessem vir com o tempo, tudo bem. Todo dia vocês vão e vem. Porque se vierem todas as treze famílias, não vai dar (Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

Assim, os camponeses aguardam um tempo para que haja condições melhores e o assentamento possibilite a sua manutenção como unidade de consumo e produção bem como a reprodução familiar de seus assentados. Tal política interna apareceu como uma estratégia de reprodução camponesa, sobretudo, em assentamentos onde parte dos assentados era parente de minifundiários.

O estatuto, também, impõe limites claros à liberdade de ir e vir do indivíduo, que deve estar subordinada às necessidades do conjunto. O não cumprimento das regras pode trazer ao infrator um simples advertimento ou, num caso mais extremo, a punição com a sua expulsão do assentamento. Porém, qualquer tipo de decisão é submetida à aprovação da assembleia. Já houve casos de expulsão por desrespeito aos companheiros, como mostra o trecho de ata de reunião que segue:

*O grupo deste assentamento se reuniu para julgar uma irregularidade causada por um dos membros que compõe esta associação. [...], que a muito tempo vem desrespeitando seus colegas de trabalho com palavras agressivas. O grupo até agora usou o bom senso aconselhando e dando sempre mais uma oportunidade. Desta vez, ele usou uma teimosia contra todos, queimando com fogo em torno de equivalente a 30 pés de coqueiros produtivos. O grupo se manifestou e resolveu lhe tirar fora do assentamento, ele não compareceu para se defender (Ana Veríssimo, Acaraú, 2001).*

Como se pode notar, o grupo tolerou agressões verbais, mas a causa maior da opção pela saída do assentado foi a agressão que se deu com a queima de parte dos coqueiros produtivos, que também foi vista como uma violência contra todos, já que o coqueiral é a principal produção do trabalho coletivo.

Em outro assentamento, a indisponibilidade dos membros capazes da família de assumir o trabalho no assentamento levou à desistência de uma vaga.

*Estivemos reunidos na sede da associação, para fazer algumas mudanças necessárias e [...] algumas substituições. Neste caso, deixou a vaga a critério da associação, [...] por não ter mais capacidade de trabalho e os filhos não quererem assumir (São Felipe, Acaraú, 2001).*

Para a associação o chefe de família deve assumir o trabalho no assentamento. Se não estiver em condições, cabe aos filhos prezar pela continuidade do trabalho na terra. Se os filhos não assumem, revelam a incapacidade da família em manter o trabalho no assentamento, sobretudo, o coletivo, que, em muitos casos, apareceu como obrigação de todos. Portanto, a força de trabalho determinada pela disponibilidade dos membros da família para o trabalho no campo é mais um componente que define a continuidade no assentamento.

A assembleia é a instância de decisões maior da comunidade. Da mesma forma que ela decide sobre quem sai, ela também libera quem entra. Assim, como nos assentamentos estudados por Moura (2003), sempre que necessário, foi o grupo que selecionou os novos assentados para substituir aqueles que saíram. A admissão de novas famílias na comunidade tem sido algo frequente nesses sete anos dos assentamentos, devido à existência de casos de expulsão e de desistência, também causados pelo temor de não ter condições financeiras para conseguir pagar a terra.

Nos casos em que houve a admissão de novas famílias nos assentamentos, a assembleia encaminhou ao Idace a ata da reunião,

comunicando o fato e apresentando os novos candidatos a parceiros. Como revela o trecho da ata de reunião seguinte.

*Ata da reunião dos associados [...], foram feito as seguintes substituições: saiu o senhor [...], substituiu o sr. [...]. Foram feitas 07 (sete) substituições, [...]. Então, a associação tomou esta decisão de futuramente fazer estas mudanças por que eram pessoas jovens, tinham tudo pela frente e seus familiares não queriam que eles fossem embora para não sofrer e nem se marginalizar em outras cidades ou estados. A associação ficou muito satisfeita com estas substituições, estão todos os familiares satisfeitos na sua terra de origem, assumindo compromissos, responsabilidade, dívidas de Banco do projeto reforma agrária, assumindo todos os trabalhos da associação, direitos e deveres, e obrigações (Cauassu, Acaraú, 1998).*

No processo de substituição, o novo parceleiro fica ciente de seus direitos e deveres, assumindo as regras presentes na comunidade e as obrigações com o pagamento da terra junto ao banco deixadas pelo parceleiro anterior.

A secretaria de agricultura e o órgão de terras do Ceará, oficialmente, selecionam a nova família que será assentada a partir de critérios burocráticos. São encaminhados ofícios da associação à Seagri e ao Idace, documentos de identificação (RG e CPF) e cópia da ata de reunião. Não foi encontrado nenhum caso de seleção realizada pelos assentados reprovada pelos órgãos governamentais.

As reuniões e assembleias são quinzenais e mensais, dependendo das necessidades do grupo. São abertas à participação de todos os membros da comunidade, não importando o sexo e a idade. A prática democrática na condução dos assuntos cabe geralmente ao presidente da associação. As reuniões são realizadas na antiga casa-grande denominada sede ou em barracões da comunidade de fácil acesso para todos.

Rodrigues (1994), ao analisar a (re)criação de camponeses e pescadores no assentamento Maceió, localizado no litoral norte do

Ceará, revelou a importância das mulheres, desde o início do processo de luta pela terra. Foram as mulheres que, reunidas para rezar, resolveram enfrentar os patrões e incentivar seus companheiros a não pagarem a renda da terra. Conforme a autora, no assentamento Maceió, as mulheres vêm ocupando, costumeiramente, cargos de liderança. Como as presidências da associação comunitária e da cooperativa de produção agropecuária, cargos considerados de maior responsabilidade no assentamento.

A liderança feminina no encaminhamento das ações de luta pela terra, também foi analisada por Lima (2002). Para a autora, a disputa pela posse dos terrenos de marinha no litoral cearense, nas últimas décadas, é a raiz dos conflitos entre as comunidades pesqueiras marítimas e os grileiros de terra. Nas comunidades pesqueiras de Batoque, Prainha do Canto Verde e Redonda são as mulheres que estão se organizando e fortalecendo a luta pela terra e o trabalho no mar em resistência aos especuladores imobiliários. Nessas comunidades, as lutas pela terra foram sendo construídas por pequenos grupos de moradores com significativa presença e participação das mulheres.

Diferente do que foi visto no assentamento Maceió e nas comunidades pesqueiras do Batoque, Prainha do Canto Verde e Redonda, a participação das mulheres nos assentamentos estudados é tímida, porém tem sido algo bem aceito, sobretudo quando a comunidade se apresenta como entidade política face ao Estado. Foram encontradas mulheres ocupando cargos de secretária, no assentamento Juá, e tesoureira, no Assentamento São Felipe.

*Eu sou associada e sou a tesoureira. Tem outras duas que são suplentes. As mulheres que participam da associação podem resolver qualquer assunto da associação, seja no centro da cidade, na EMATER-CE, no banco ou em qualquer outra parte. Quando temos algum serviço para resolver da associação, quem trabalha no coletivo somos nós. Naquele dia, não precisa meu marido ir trabalhar no coletivo, eu vou trabalhar no coletivo via serviço da associação (D. H. 36a. São Felipe, 2004).*

Desse modo, a presença das mulheres em cargos nas associações, por um lado, revela a capacidade delas em lidar com os assuntos burocráticos relacionados ao assentamento e, por outro lado, as coloca na responsabilidade do trabalho coletivo.

Na avaliação de uma ex-secretária da associação do Juá, a participação das mulheres nos assentamentos é muito importante, como associada e membro da família.

*Porque a mulher de tudo faz um pouco, elas trabalham em casa, participam das reuniões e trabalham nos roçados. Eu trabalhei muito na associação, mas, hoje estou me dedicando ao Movimento dos Sem Terra. Acho importante porque a gente aprende a cada dia mais e, isso que eu estou aprendendo, estou trazendo para dentro do assentamento para as mulheres, mas seria melhor que elas pudessem participar mais. A mulher tem que buscar conhecer seus direitos. Os homens às vezes querem ter mais. Mas, os direitos são iguais (D. E. 23a. Juá, 2004).*

A participação das mulheres em cargos nas associações está ligada, ainda, ao grau de instrução entre elas. O saber ler e escrever permite às mulheres um rápido entendimento das informações novas e uma maior habilidade de repassá-las ao grupo. Esse é um ponto que alguns assentamentos estão conseguindo trabalhar muito bem.

Ao longo dos primeiros anos (1997–2004), os assentamentos mantiveram fortes vínculos com o Idace. A dependência com relação a esse órgão diminuiu a autonomia do grupo nas decisões internas, em assuntos de interesse exclusivo do grupo. A interferência da institucionalidade na comunidade chegou a afetar os mecanismos de decisão e representação política e de questões referentes à prática cotidiana dos assentados.

Em um dos últimos relatórios sobre o programa *Cédula da Terra* no Nordeste, Sauer (2002, p. 19) revelou o papel secundário desempenhado pelas associações. Conforme o autor, “o papel reservado ao órgão oficial seria apenas de apoio, mas o que ocorre

é exatamente o inverso. O poder de escolha e decisão fica concentrado nos técnicos dos órgãos, impedindo um processo participativo e educativo”.

A análise foi endossada nas críticas contidas no documento apresentado pelos camponeses do assentamento Feijão. Como mostra o seguinte trecho da ata de reunião.

*Associação Boa Vista dos Caúlas, fazenda Feijão, nós do assentamento Feijão. Nós assentados contamos ao técnico do Idace que estamos sendo ameaçados, pelos técnicos da EMATER-CE, em que ele diz a seguinte frase: “não pode sair de dentro do terreno, pois o nome fica sujo e desce para o SPC e quem sair do assentamento não tem direito a se aposentar”. Com isso, muitas pessoas saíram. E também foi dito pelo técnico da EMATER-CE, Dr. V. que pessoas não podem criar uma cabra, nem um outro animal para não comer do capim e houve o caso em que o Sr. J. R. vendeu 16 criações porque o técnico disse que não podia criar se não fosse do projeto, mais 12 porcos, um cavalo, uma égua e um garrote foram todos vendidos porque não eram do projeto. [...]. Dito estas condições a comunidade justifica que tudo isto aconteceu por falta do compromisso do Idace, que não acompanhou o projeto, e [devido] a projetos mal elaborados, fora da realidade do assentamento. Nós confirmamos e assinamos o que está escrito (Feijão, Canindé, 2001).*

Tanto a crítica do autor como a dos camponeses é dura e explícita a atuação de técnicos despreparados que utilizam o poder público para impor, coercitivamente, regras alheias aos assentados. Assim, em vez de propor uma política emancipatória, esses técnicos agem no sentido de fazer uma política opressiva, desrespeitando as reais necessidades dos grupos.

A necessidade imposta da criação de uma associação, entidade juridicamente constituída, para intermediar a relação entre o Estado e os assentados, sobretudo no que se refere ao repasse de recursos, abriu a possibilidade para a ocorrência de uma série de

impactos. Esses impactos tiveram implicações diretas e decisivas na vida das comunidades, sendo, portanto, motivos de inúmeras críticas ao programa em estudo.

Conforme registrado nos assentamentos analisados por Alencar et al. (2002), a centralização do poder na figura do presidente da associação, muitas vezes, o tornou representante oficial do grupo junto às entidades governamentais, trazendo à tona antigas dificuldades. Desde o início da formação das associações, já se encontravam queixas quanto ao desempenho de alguns presidentes. Uns por desonestidade, outros pela tendência a formar grupos de interesse e outros ainda por confundirem a função de chefe/coordenador com a de patrão. Nesse caso específico, houve um assentamento em que, diante da sujeição imposta pelo presidente – que agia como se fosse patrão –, os assentados optaram em conjunto pelo fim do assentamento.

*Então, tinha um presidente. Ele foi uma pessoa que não fez nada. Porque o que ele fez, ele mesmo acabou. Porque ele expulsou o pessoal todo daqui de dentro, aí ficou bem dizer só. Ele queria ficar só, aqui dentro, não sei porquê. Porque nós viemos para cá, para trabalhar e pagar o terreno. Aí passou dois anos foi preciso sair, porque não deu para viver com ele. Porque ele não queria que a pessoa possuísse nada, ele não queria que a pessoa trabalhasse na terra. O último ano, ele ficou aqui com dois moradores e só. Os outros foram todos embora.*

*Esse camarada, ele queria ser o dono, o gerente, ele queria mandar, ele queria ser tudo. Foi aí, onde mais esgotou o pessoal, por que nós viemos para cá [...], nós não viemos para ser morador de ninguém, nem ser sujeito a ninguém, nem ser agregado a ninguém. Nós viemos assim, para trabalhar, mas tudo liberto. Para ninguém ser sujeito a ninguém. Então, ele foi querer mandar na gente, nós voltamos para “vila”, nós não suportamos o que ele queria fazer e nós voltamos para lá. Também, ele não fez nada. O que tem aqui foi o que veio para cá. Essas casas e dois motores.*

*Ele queria que a gente fosse trabalhar para ele, a vida dele era correr para o Canindé. Todo dia ele ia para o Canindé. Na associação o sócio só tem direito de pagar a ficha dele, todos os meses, mensal e nós pagávamos. Aí por que ele não guardava esse dinheiro para fazer as viagens? Não, ia pedir dinheiro para nós, pedia para que nós fôssemos trabalhar para ele. Aí a negrada não concordaram com isso e ele achou que não ia ficar correndo para o Canindé sem ganhar nada e começou a bagunçar.*

*Ele fazia uma reunião, saía todo mundo com raiva. Ele não deixava nada resolvido. Aí pronto não servia de nada. Agora já está diferente. As reuniões são feitas e sai todo mundo alegre e satisfeito. Agora está melhor, porque está sossegado, não tem quem perturbe ninguém e ele perturbava muito a gente. Depois que ele saiu, nós voltamos. Aí foi preciso nós fazermos uma nova comunidade aqui dentro. Ele não deixou ninguém, veio a doutora do IDACE e disse: “rapaz vê se ajeita o pessoal, vê se o pessoal volta, porque já está tudo certo com o nome no documento”. Aí nós voltamos. Voltou cinco, com dois que tinha, ficou sete.*

*Agora nós estamos formando a associação e me botaram como presidente, e estou terminando de ajeitar os papéis. Aí vamos ver o que a gente vai fazer. Vamos se ajeitar para começar a trabalhar. A doutora já disse que vai organizar para prorrogar o pagamento. Tá parecendo que vai dar certo (Sr. R. 72a. Feijão, 2002).*

A associação do Feijão passou por uma crise ímpar entre os assentados e o presidente, que colocou em questão a forma de organização do assentamento. Essa crise levou à desistência do grupo e colocou em xeque a continuidade do assentamento, que se manteve a partir da reorganização de uma nova comunidade. A ação e reação foi um sinal positivo para o futuro desses camponeses, considerando que a saída foi uma forma de dizer não à sujeição imposta pelo antigo presidente, e a volta foi um não à sujeição imposta pela pobreza de não ter onde trabalhar com a terra livre.

Mesmo tendo por base um projeto unificado de associativismo proposto pelo governo, a organização interna dos grupos, desde o início, apresentou-se bastante diferenciada da proposta oficial. Foi o resultado temporário de um processo ao mesmo tempo dinâmico e complexo de constituição de uma nova comunidade. Diferenças relacionadas à procedência das pessoas, à formação política, à não descendência familiar, deram origem a divergências entre os assentados. Porém, o principal ponto de discordância entre eles foi, desde o início, a forma de produção e distribuição das riquezas produzidas nos assentamentos.

As formas de produção e distribuição adotadas nas comunidades seguiram o modelo de comunidade utópica que propõe o uso comum da terra, o trabalho individual (familiar), o trabalho coletivo e a prática de ajuda mútua simultaneamente. Essas formas de uso e trabalho aparecem como razão estruturante da organização camponesa. Embora, também, tenham sido influenciadas pelas relações que as comunidades conseguiam manter com os técnicos ao longo dos sete anos dos assentamentos.

A discussão sobre a organização das associações e das formas de produção nos assentamentos será feita a partir da leitura de dois líderes sobre suas respectivas associações: Sr. V. (Associação da Comunidade dos Moradores do Cauassu) e Sr. F. (Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Juá).

Na leitura dessas lideranças sobre a organização das associações e a produção nos assentamentos, apareceram três formas de trabalho que se apresentam, muitas vezes, em concomitância: o trabalho individual (familiar), o trabalho com a prática de ajuda mútua e o trabalho coletivo.

A organização da Associação da Comunidade dos Moradores do Cauassu ficou por conta de três lideranças. De acordo com um dos assentados, o grupo pensa assim:

*[...] já que é um grupo, então, por que trabalhar separado? Tem que trabalhar é junto para aprender a trabalhar no grupo, porque se não nunca vai aprender (Sr. I. 21a. Cauassu, 2003).*

Para o Sr. V. a forma de organização do trabalho tem sua base no trabalho individual (familiar), na prática de ajuda mútua e no trabalho coletivo. Isso se justifica pelo reconhecimento dos interesses da maioria das famílias assentadas.

*O coco aqui é o principal, trabalha tudo junto. Mas, também, contrata muita gente de fora. Dos assentados, todos os treze vão trabalhar. Os nossos filhos trabalham no individual, se eles forem para o coletivo, vão como diaristas. Nós não temos trabalhador fixo. Treze são os assentados e em média por ano contrata-se dez homens. No fim de semana, só se trabalha em serviço de farinha que é um trabalho individual, de responsabilidade da família.*

*No coco se trabalha de acordo com o serviço que precisar. Nós não temos derrubador, nem descascador do coco, tem que contratar. Por exemplo, nós sócios: aí nós estamos vendo que estamos precisando fazer cerca, aí vai todo mundo fazer cerca. Estamos vendo que está precisando aguar os coqueiros, vai todo mundo aguar, outro vai aradar acolá, outro vai ver o aspensor, de maneira que a gente divide o trabalho.*

*No trabalho individual, cada qual faça a sua. Se eu estou em farinha, e tem que ir para o coco, não tem problema. O coco não vai parar porque eu estou na farinha. Eles não precisam estar, permanentemente, todos os treze trabalhando junto. Se eu estou em farinha, eu saio. Amanhã se o companheiro está, ele tem toda liberdade de sair. Depois se outro companheiro está, ele tem toda liberdade de sair. Mas, fica devendo aquele dia, que pode pagar noutra hora.*

*No começo era assim: no dia que eu não ia, eu tinha que pagar o trabalhador para ficar no meu canto. Nós trabalhávamos assim. Mas, depois nós chegamos no bom senso e vimos que nós não estávamos trabalhando com gente ladrão e nem em quem nós não tínhamos confiança. Então, hoje a gente tem aquela confiança. Aqui se o senhor vier pagar trinta mil real e perguntar, cadê o presidente? - Está aqui não. Mas, todos têm a mesma responsabilidade. Então,*

*hoje nós chegamos a esse ponto [...]. Mas, no começo nós sofremos (porque os dedos da mão não são iguais), nós pegamos um sócio aqui que tentou nos roubar. Aí nós fomos obrigados a tirá-lo. Nós entramos aqui com dezesseis pessoas, tiramos logo três. Três não trabalhava, não assumia, não tinha compromisso. Aí nós chegamos ao ponto de ter sócio aqui que estava era roubando e bebendo cachaça. Então, até esse ponto nós não tínhamos confiança, no dia que não fosse tinha que pagar um trabalhador para botar no lugar. Aí quando a gente fez uma triagem, é que chegou ao ponto da gente ter responsabilidade, de ter uma coisa para resolver e, o presidente não estando, o sócio que tem resolve (Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

Esse depoimento mostra que a organização do grupo, no Cauassu, tem como base as noções de confiança, responsabilidade e compromisso. Sentimentos e acordos que aparecem como resultado de uma triagem constante no assentamento.

O grupo está, relativamente, unido, não apresenta conflitos internos muito acirrados. Além de fortes laços de parentesco, foi um grupo que começou em uma terra onde já havia coqueiros produtivos. Foi considerado pela vizinhança e pelo Estado um grupo forte, um assentamento modelo do programa *Cédula da Terra*, como mostra a avaliação do ex-proprietário do imóvel.

*Quando eu vendi [falando do sítio Curral Velho], até pensei que a comunidade não ia continuar como eu estava continuando, desmatando o mato e plantando. Mas, essa comunidade está explorando e zelando melhor do que eu. Estão plantando bastante coqueiro, já botaram energia numas áreas e plantaram muito mandioca e estão produzindo muito mais coco do que eu produzia, porque vem chegando coqueiro e eles vão plantado. Um ano planta um pé, outro ano planta seis, outro ano planta sete e, vai aumentando [...]. Então eles estão produzindo bem, porque são trabalhador e direito. E eu nunca pensei que essa comunidade ia tão em frente como está indo (Sr. E. 67a. Juritianha, 2002).*

Essa situação tem relação direta com o fato de o assentamento Cauassu ter sido eleito pelo governo um projeto piloto. Na leitura de Tandler (1994) sobre a constituição de projetos pilotos na proposta “reforma agrária de mercado” para a África do Sul, um traço importante abordado por essa autora foi o funcionamento dos pilotos não apenas como geradores de informações, mas também como geradores de pessoas (nos projetos com êxitos), que poderiam trabalhar com outras comunidades para ajudá-las a fazer a mesma coisa. Portanto, o líder de uma comunidade com projetos tidos como “bem sucedidos” seria contratado para trabalhar em outras comunidades. Uma maneira direta de disseminar as “lições” de um projeto experimental exitoso.

A autora parte do princípio de que as comunidades rurais possuem um forte desejo de imitar ou competir uma com as outras. Assim, seria importante que as comunidades soubessem de fato o que outras comunidades consideradas “bem sucedidas” estavam fazendo.

Embora Tandler tenha pensado na África do Sul, é preciso lembrar que a referência teórica para a implementação da política no Ceará foi a mesma proposta para aquele país. A lógica da concorrência entre comunidades proposta pela autora refletiu nos assentamentos em Acaraú, embora o fracasso tenha prevalecido na imitação. E a noção de projeto piloto trabalhada pela autora, ajuda a compreender o papel assumido pela figura do líder na região. Ele participou de uma série de atividades: reuniões em assentamentos para resolução de problemas internos, entrevistas na mídia nacional, recepção do governador e do Presidente da República, viagem à Brasília para falar sobre o programa no Ceará, e exerceu o cargo na Secretaria de Agricultura de Acaraú.

Para o Sr. V. esse sentimento de solidariedade aos outros assentamentos da região está ligado à responsabilidade com o sucesso do programa.

*Aqui nós não temos inveja, nem ciúme. Eu vou para qualquer ponto do Brasil onde o projeto estiver fraco. Sem nenhum interesse de dez centavos, só para que o programa dê certo.*

De certo modo, o Sr. V. se tornou a única referência do programa no município, o que lhe garantiu um certo *status* político na região. Nas últimas eleições para vereador (2004) foi um nome bem cotado para ser candidato, mas se negou alegando “não ter dom para política”.

O assentamento Cauassu absorveu a ideologia do programa de uma forma excepcional. Foi o que revelou o depoimento sobre o objetivo do assentamento:

*É que nós queremos criar um projeto modelo, a partir de uma visão empresarial. Nós não passamos mais a ter uma visão de agricultor. Passamos a ter uma visão de empresário rural. Quando a gente se tornou dono da terra, não tivemos mais visão de trabalhador rural, mas sim de empresário rural. Ninguém veio para cá pedir esmola, a gente veio para ter sucesso na vida. Por isso, é que a gente quer pagar essa terra (Sr. V. 48a, Cauassu, 2002).*

Para Martins (2004) e Oliveira (2012), no discurso da eficiência da agricultura presente na política de “reforma agrária de mercado” e no programa “novo mundo rural”, a transformação dos camponeses em empresários rurais seria a alternativa para sua inclusão no sistema econômico.

Quando questionei de onde veio a ideia de fazer um empreendimento com visão empresarial rural, o líder destacou a lógica da modernidade do programa.

*Nós temos essa visão porque nós fomos visitados pelo mundo inteiro. A gente teve muita experiência, a gente discutiu muito. A gente teve muito curso do SEBRAE, a gente teve muita informação. Ainda, tem um ou dois que tem aquela visãozinha baixa. Tem gente que acha que não vale nada. Hoje ninguém quer ser mais agricultor. Eu tenho a honra e o orgulho de assinar, profissão: agricultor. Meu filho tem é vergonha de dizer: agricultor. Nossa visão hoje é grande. Nós temos a visão de botar fábrica de coco aqui dentro. É*

*nosso sonho. De botar um caminhão para nosso produto ir diretamente para a fábrica e não haver mais o atravessador (Sr. V. 48a, Cauassu, 2002).*

O discurso revela o contraste entre o atrasado e o moderno. O agricultor camponês é atrasado, ele é o pobre coitado que tem aquela “visãozinha baixa”, pequena. Diferente do empresário rural que é moderno, aquele que se dá bem na vida, pensa alto e grande. O curioso é que na sociedade moderna a lógica de acesso a novas tecnologias para o trabalho no campo é algo buscado por todos. A cooperação do Sebrae no campo tem origem em programas de qualificação e atuação da agricultura familiar e sua inserção na agroindústria.

O discurso do camponês se insere na tese clássica de Lênin (1982) sobre a desintegração do campesinato, um processo que se daria com a diferenciação interna provocada pela inserção da produção camponesa no mercado capitalista. No final do processo de integração do camponês no mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes distintas: os camponeses ricos (pequenos capitalistas rurais) e os camponeses pobres (em vias de proletarização). Portanto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura levaria à destruição do camponês, elemento externo à sociedade moderna, e à ascensão social de pequenos capitalistas.

A transformação dos camponeses em empresários rurais nos assentamentos em estudo não tem acontecido. A forma como foi organizado o trabalho possibilitou a acumulação de renda camponesa, que permitiu a compra de terras e tem garantido a posse da terra. O que, diga-se de passagem, ainda, os distancia da condição de capitalistas, empresários rurais.

Ainda, com relação à produção no assentamento, Sr. V. acrescentou.

*Então, nós trabalhamos assim, todo dinheiro do coco que tiramos, nós não compramos um par de chinelos. Porque nós pensa-*

*mos em crescer, nós viemos para cá com uma visão empresarial, nós não viemos para cá para morrer de fome. Nós viemos para cá no sentido de sair de uma casa pequena e ir para uma casa boa. Sair, não para pedir esmola, mas para dar. Então, a nossa visão é essa. Como nós entramos no assentamento já devendo cinco mil reais, depois que nós pagamos os cinco mil reais, nós nos metemos a trabalhar na terra. Então, o que nós tirávamos da terra, a farinha, o feijão, a goma, a batata nós nos alimentávamos. E o dinheiro do coco, nós depositávamos numa conta. E quando nós tínhamos um “pedaço de capital” bom, aí apareceu dois pedaços de terra vizinhos. Pedimos o rapaz para comprar, dos dois lado. No final da história, nós pagamos as duas terras, tudo em nome da associação (Sr. V. 48a, Cauassu, 2002).*

A compra de terras do Assentamento Cauassu foi mais um fato que lhe rendeu o título de assentamento modelo. Também, ele mereceu a promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso de mudanças nos prazos de carência previstos para o pagamento das parcelas do assentamento. É o que mostra o depoimento que se segue.

*Em 2001 o presidente da República Fernando Henrique veio para cá e prometeu a prorrogação do prazo de dez para vinte anos, ou seja, o nosso assentamento que estava enquadrado no Projeto São José (quatro anos de carência mais um) se enquadraria na proposta do Cédula da Terra (três anos de carência mais um). Então, a SDR [atual SEAGRI] falou que tudo que vier do banco deve ser desconsiderado, porque tirou a TJLP e ficou a seguinte maneira: a gente paga os juros de seis por cento ao ano. Se pagar em dias, tem o rebate de mais 50% sobre os juros que daria 3% ao ano, com quatro anos de carência e vinte anos para pagar. Se ele nunca tivesse prometido para nós, nossa prestação se venceria em fevereiro, nós já tinha pago. Mas, a hora que vier a prestação nós estamos preparados ( Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

Com a visita do presidente, os camponeses foram informados das mudanças nos prazos de carência do pagamento das parcelas. Assentamentos como o Cauassu e o Ana Veríssimo, criados sob a vigência do projeto *São José*, foram ao cartório fazer a repactuação do crédito fundiário, passando a ser regidos pelas normas do programa *Cédula da Terra*.

Desse modo, a terra de propriedade comum da Associação do Cauassu tem desenvolvido a função da produção de alimentos a partir do trabalho individual (familiar), da prática de ajuda mútua (farinhada) e do trabalho coletivo, que tem servido para o consumo alimentar das famílias e a geração de renda camponesa. Parte da renda gerada no trabalho coletivo vem sendo investida na manutenção dos projetos no assentamento e a outra parte na compra de terra.

De acordo com Sr. V., a decisão de comprar mais terra esteve relacionada à ampliação do terreno do assentamento e ao investimento na terra para ampliar a renda adquirida com a produção do coco-da-baía.

*Nós estávamos com um capital de 16 mil aplicado no Banco do Brasil e nós tínhamos sete aplicado no Banco do Nordeste. Aí pintou o negócio dessa terra de 10 mil reais, aí achamos por bem comprar porque é emendada com a nossa e não dá para outro entrar. Fomos ver os juros e o dinheiro não tinha juros. Então, para gente estar com dinheiro no banco parado sem ter juros, nós fomos investir numa coisa que tivesse “lucro”. Aí tiramos 10 mil, deixamos o resto. Aí pintou a outra terra, do mesmo dono, o dinheiro estava completamente parado, ele deu um prazo e em janeiro nós pagamos tudo.*

O pagamento da terra apareceu relacionado a um possível controle do assentamento pelo Idace, ao constrangimento de ficar devendo ao banco e à necessidade de buscar a liberdade do grupo.

*Nós não queremos ficar devendo. Nós queremos se libertar. Mesmo sabendo que estamos devendo para o governo. De qualquer*

*maneira nós sabemos que estamos devendo. Nós queremos pagar e ficar livres. Quando a gente pagar, aí nós somos dono de tudo, aí nós faz da nossa maneira.*

Aqui o assentamento se revelou como um espaço de controle dos assentados, porém, ainda com interferências do governo. Ficar devendo ao banco ou ao governo, muitas vezes, cerceia qualquer possibilidade de uma vida digna para os agricultores assentados.

As reuniões na associação do Cauassu acontecem quase todas as noites. Oficialmente há uma reunião mensal e outra trimestral. Mas todo dia, à “boca da noite”, os assentados se reúnem.

Não há alternância de cargos na associação. Quando perguntei se os assentados se alternavam nos cargos da diretoria, Sr. V. respondeu:

*Muda, já fui presidente do conselho-fiscal, já fui vice-presidente e hoje sou presidente. Já vai fazer quatro anos. Agora é o seguinte, eles dizem: “time que está dando certo, não se muda”. Eles não querem mudança. Eu por mim, no cargo que me colocarem, eu assumo. Agora se disserem assim: “é para sair hoje, o presidente vai ser outro”. Eles não querem. Se disser que é para mudar, eles não querem, não. É porque não tem divergências. E todos têm autonomia. Na realidade os treze mandam igual. Não tem desconfiança e nem inveja. O problema dos assentamentos não darem certo é a inveja e a desconfiança.*

O discurso democrático do líder esbarra em uma forte resistência em se afastar do poder. A configuração desse grupo considerado projeto modelo foi resultante de um processo gradativo de seleção dentro do assentamento. Não houve uma avaliação crítica das desistências e substituições. A lógica do individualismo também está posta para o grupo do Cauassu, que sente dificuldades de olhar para os conflitos que atravessam os interesses pessoais e o trabalho no dia a dia de cada um no assentamento.

No caso da organização do assentamento Juá, a Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Juá foi formada por um grupo de “moradores de condição” da fazenda homônima. São famílias com larga experiência na agricultura voltada para a produção de alimentos para o consumo familiar.

O presidente da associação – Sr. F. – é um dos nove filhos de uma família de assentados. Sua liderança se sobressai apoiada num discurso coerente sobre a organização comunitária, fundamentado no componente religiosidade, que atravessa a vida do camponês e sua experiência de luta pela terra.

Para o Sr. F. a organização da associação passou primeiro pela definição do trabalho coletivo e depois pelo trabalho individual (familiar), como mostra no depoimento que se segue:

*Nós tiramos comunitário, cada um tem que trabalhar no pedaço comunitário. E o individual, cada um tem seu pedacinho individual para trabalhar.*

Para eles a vantagem de participar de uma comunidade está, ainda, na ajuda mútua. De acordo com outro assentado do Juá,

*você ir fazer uma coisa com quatro ou cinco é diferente de ser só uma pessoa. Não é ruim, não. É bom. Tem que ter união (Sr. V. 36a. Juá, 2002).*

A relação de sociabilidade fez a contraposição entre o tempo difícil em que trabalhava sozinho e o tempo melhor em que se trabalha em conjunto.

Esse grupo tem sido considerado unido na região. Quase não houve substituições e as que ocorreram estiveram relacionadas a desistências que logo foram preenchidas. As desavenças e os descompassos são contornados pelo diálogo, pela fé e pela amizade, como relatou o presidente.

*Na associação, às vezes, um concorda, outro não concorda. Aí a gente bota a maioria. A maioria é quem ganha. No coletivo, todos vão trabalhar. Às vezes, a pessoa diz: “ah, rapaz hoje eu não queria”. Mas a gente diz: “oh, pessoal isso tem que fazer...” E aí todo mundo trabalha. Aqui a gente é muito unido. Aquelas discussão é levada na brincadeira. Hoje em dia, a família dentro de casa vive com a discussão, com a teima. Aquele que dizer que não tem a teima em casa, eu acho que ele pode mentir. Por que lá em casa, tem três meninos e quando um calça os chinelos do outro, tem briga.*

*Agora imagina que somos dezoito, dezoito cabeça e cada um pensa. Tem que haver aquele pouquinho de desavença, mas depois a gente vem assim com a união. Nós já vivemos num país tão ensanguentado que nós temos que procurar ver se temos uma melhora. Eu pelo menos nunca vi nenhum sair daqui cortado nem nada, por outro. Isso acontece em outros assentamentos. Eu penso e peço ao Pai, lá de cima, que isso nunca aconteça. Mas, também, não posso dizer com firmeza, porque nós somos pessoas falhas. Mas, o que a gente espera é que a cada dia seja melhor para cada um de nós. Eu acho que quando a gente aqui na terra se une, mostra união, eu acho que há alegria lá para Deus. Já quando nós se divide e mostra desunião e parte para a desavença, eu acho que Deus fica um pouquinho triste.*

No discurso, se sobressaem os princípios de organização da comunidade do Juá que tem por base noções de união, diálogo, amizade, religiosidade e respeito aos limites pessoais. Em nenhum momento, o líder revelou preocupação de enriquecimento ou sucesso econômico. A despeito disso não se pode afirmar que eles não queiram melhorar de vida. Só que essa vida melhor passa pela continuidade da ordem moral camponesa. E, ainda, ao somar o seu projeto pessoal, de melhoria da qualidade de vida ao projeto do grupo, mostrou ser o projeto de vida da comunidade. Interrogado sobre o projeto de crédito fundiário no qual está inserido, apontou sua insatis-

fação com a questão do pagamento da terra, propondo um caminho alternativo para se conseguir a terra.

*Essa coisa de comprar a terra, não sei [...] e eu acho que um meio para nós poder ganhar uma terra dessa, vai depender de cada um de nós. Porque o governo, não vai jogar o dinheiro no meio do mundo à-toa, não. Ele tem que prestar conta daquilo.*

*Se ele vê que é uma família que vai ter futuro, que é uma propriedade modelo, aquela família pode ganhar aquela propriedade. Mas, se ele vê que vai jogar dinheiro, e que a cada dia que passa está se dividindo, que não tem união, pronto. O governo não vai dar uma coisa que ele sabe que vai dar hoje e amanhã ele vai ver jogar no mato. Porque eu tiro por mim. Por exemplo: se eu tenho um filho que ele é desmantelado, tudo que eu dou, ele joga no mato e tem outro que tudo que eu dou ele sabe me devolver com “lucro”. Eu vou dar mais a esse do que ao outro que todo dia eu estou dando e todo dia ele está jogando no mato. Aquele que eu dou está mostrando rendimento, produção, gerando renda, gerando emprego. Eu penso que seria justo que o governo venha ver o que está sendo produzido. Se estamos melhorando [...], vem ver esse ano, então diz: “você já não vai precisar pagar essa parcela”. Aí vem no ano que vem e, todo ano, poderia vir aqui fazer uma verificação e ir perdendo as parcelas. Se viu que não está bom, tem que pagar. Apesar d’eu ser analfabeto. Não sei se penso errado.*

Com palavras simples, o camponês disse que seria justo o governo ver o que está sendo produzido no interior desses assentamentos. Ele defende, portanto, uma reforma agrária pactuada entre os camponeses e o governo, na qual a terra deveria ser voltada para a produção de alimentos, geração de emprego e renda e oportunidade de melhorar de vida.

De toda forma, há riscos nesse pacto sugerido pelo camponês. Isso porque a moral camponesa informa como o Estado deveria atuar. Porém, esse Estado sob a lógica proposta, provavelmente,

ampliaria o espaço para o clientelismo político bem como para a corrupção. Mais ainda, porque, quem estaria com o poder de decisão? Seriam os ricos e poderosos como, sabiamente, afirmou um conjunto de teóricos que tem analisado o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro. Portanto, há um conflito exatamente entre a lógica da modernidade, da impessoalidade, da regra igual para todos, na qual quem está nos assentamentos está submetido a um contrato que determina a sua funcionalidade, e a lógica da dádiva, proposta pela ética, pela moral camponesa que acha que o Estado deveria ver o que cada um merece e liberar o pagamento da terra segundo seu merecimento.

O discurso coerente com a ideologia da Igreja Católica e com sua prática fez do Sr. F. uma liderança. A configuração desse grupo considerado coeso tem passado por laços de parentesco e componentes como a religiosidade, o diálogo e a liberdade no trabalho familiar. Assim, antigas relações pautadas na lógica da dependência, da coerção, que marcaram a vida do grupo, são substituídas pelas relações democráticas que garantem a liberdade, o respeito e a autonomia, fundamentais na vida deles.

Em resumo, a comunidade do Juá vê na associação a oportunidade de garantir a posse da terra e a liberdade no trabalho familiar com melhoria nas condições de vida.

De uma maneira geral, as relações sociais travadas nas comunidades pesquisadas e dessas com os outros têm construído o conteúdo desses assentamentos, tidos como unidades territoriais cada vez mais presentes na paisagem dos sertões. No período de sete anos, a organização espacial das comunidades foi definida e apresentada, sobretudo, pelos princípios da unidade da organização e diversidade na produção camponesa. Isto implicou relações de sociabilidade, conhecimento da natureza, do espaço interno, e a construção de um sentimento de pertencimento aos assentamentos.

As associações como instrumentos de organização mantiveram, de certo modo, a unidade nos assentamentos. As diferenças e os conflitos que emergiram no cotidiano dos assentados foram re-

solvidos nas reuniões, nas assembleias, através dos estatutos, que se configuraram em mecanismos de regulação dos grupos assentados.

Os assentamentos, como espaços criados oficialmente pelo governo do Estado, tiveram nesses sete anos a interferência direta do governo em suas formas de organizações e nas formas de trabalho na terra. A dependência do IDACE forçou a necessidade de manutenção de uma forma organizativa como a associação.

A associação é o único canal de comunicação pelos quais os camponeses podem negociar com a Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagri) e com os demais órgãos envolvidos nos programas que constituem a política de reforma agrária de mercado como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Ceará e as prefeituras locais.

A vida dos camponeses assentados vem oscilando entre as condições de ex-sem terra ou com pouca terra e a condição de assentado, entre a instabilidade quanto ao pagamento da terra e a relativa estabilidade de ter a posse comum da terra, entre a sociabilidade familiar e a sociabilidade de grupo. No universo da travessia, para Oliveira (1999) a vida de assentado vai procurando sentido e, na luta pela terra, antigas práticas tendem a ser recriadas, configurando o que Marques (2000, p. 162) chamou de “modo de vida dos assentados [...] onde predomina entre eles um habitus de elevada campesinidade”.

No caso, a autora endossou o conceito antropológico de campesinidade proposto por Woortmann (1990, p. 63), que, ao fazer uma análise do campesinato brasileiro em diferentes momentos e lugares, propõe um elemento qualitativo que o identifica em diversas situações – a campesinidade. A campesinidade como ordem moral, um modo de ser camponês que se diferencia quando contrastado com o modo de vida hegemônico. Nessa ordem moral camponesa, terra, trabalho e família são categorias culturais que organizam o discurso dos sujeitos sociais e se interpenetram, não podendo, portanto, serem pensadas separadamente. Pensar trabalho é pensar terra e família.

Nos assentamentos em estudo, o modo de vida camponês se fortalece no acesso à terra, na liberdade do trabalho familiar, nas experiências de organização e produção dos assentados, na estrutura de sociabilidade dos grupos e na religiosidade camponesa. O ser camponês lhes garante um sentimento de pertencimento às comunidades e, portanto, aos assentamentos.

Na medida em que cada grupo foi definindo seus princípios de organização, as bases nas quais ocorreram as formas de trabalho na terra e a reprodução familiar, parcelas do território capitalista foram sendo apropriadas pelos camponeses assentados. Não se pode esquecer de que esse é um processo que ocorre no contexto da sociedade capitalista e resulta do caráter contraditório, desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Assim, guardadas as devidas particularidades, como nos assentamentos analisados por Rodrigues (1994), Fernandes (1996) e Feliciano (2003) dentre outros mais, os assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe correspondem a conquistas camponesas de frações do território capitalista. Neles, está sendo semeada a utopia camponesa que se assenta na posse da terra, na liberdade com o trabalho familiar, na reprodução da família camponesa e na luta pela reforma agrária.

Conforme Oliveira (2006; 2009) a política de “reforma agrária de mercado” passou a ser entendida como um momento particular do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Segundo Oliveira (1981, p. 7), esse momento deve ser

[...] entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo vai sendo constituído de diferentes, múltiplos e contraditórios movimentos, permitindo, portanto, a articulação da lógica camponesa no seio da lógica capitalista.

## **O trabalho acessório camponês**

Diversas são as ocupações acessórias desenvolvidas pelos camponeses. Mas, conforme Kautsky (1980, p. 198), “o trabalho acessório mais a alcance do pequeno camponês é o trabalho agrícola assalariado”. Isso porque o trabalho acessório tende a ocorrer quando a produção agrícola torna inviável o sustento da família ou quando a produção agrícola adquire um volume tal que o trabalho familiar não consegue dar conta, partindo-se, então, para a contratação de braços, muitas vezes, camponeses.

Para Santos (1984, p. 39), o trabalho acessório, também, ocorre quando se dá a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo pela jornada de trabalho. Isso aconteceu no caso dos camponeses da cultura de uva no Rio Grande do Sul, que, ao realizarem o trabalho acessório, “não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa [...]”.

Assim, o trabalho acessório pode ser visto como um complemento de renda que ocorre quando necessário. O camponês pode liberar membros da família ou contratar outros camponeses, sem com isso perder sua condição camponesa.

De acordo com Shanin (1983) e Oliveira (1991), a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É, pois, derivado dessa característica que a família abre a possibilidade de combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. Dessa forma, para o autor, o trabalho acessório, a prática de ajuda mútua, o trabalho assalariado, a parceria aparecem como relações de trabalho que respaldam a complexidade das relações presentes na unidade de produção e consumo camponesa.

No Nordeste, segundo Andrade (1986), o não conhecimento de técnicas de conservação dos solos e a falta de dinheiro para investir em produtos para melhorar a produção contribuem para uma produção reduzida e uma renda insuficiente para a manutenção da família. O camponês sitiante complementa sua renda trabalhando de “alugado” para os grandes e médios proprietários ou migrando para a área açucareira a fim de trabalhar nas usinas, deixando à mulher na administração da unidade de produção e consumo.

No Ceará, o trabalho acessório ou trabalho “alugado” acontece em razão dos fatores limitantes para se produzir nos solos e da sazonalidade climática e sua interferência na produção agrícola. Portanto, o trabalho acessório é uma forma de trabalho cíclica e tem uma relação direta com o período em que se interrompem as possibilidades no trabalho agrícola.

Nos assentamentos pesquisados, o trabalho acessório tem acontecido quando camponeses trabalham na agricultura de grandes e médios proprietários, e recebem uma diária pela jornada de trabalho. E, ainda, quando os camponeses emigram para os centros urbanos para trabalhar na construção civil e/ou no setor informal. No caso da construção civil, como peões, recebem um salário com carteira assinada e, no setor informal, como camelôs, seus rendimentos dependem do “apurado” no dia.

A explicação dos assentados sobre a opção pelo trabalho acessório apareceu vinculada ao momento em que o trabalho agrícola se interrompe, no período seco – “verão”. A dificuldade para se conseguir projetos do governo, a falta de água e a conseqüente impossibilidade da lavoura, colocam em questão a necessidade de alimentação da família que, sem opção, parte em busca do trabalho acessório como renda ou complemento de renda para sobreviver.

O trabalho “alugado”, enquanto complemento de renda, pareceu ser um trabalho acessório que, após a constituição do(s) assentamento(s), não tem sido comum entre os camponeses assentados. O depoimento que segue comprova esta afirmação.

*Depois que eu entrei aqui, nunca mais cheguei a trabalhar “alugado”, não. Quando não tinha o que comer, a gente ia trabalhar fora. Mas, faz tempo que não tenho tido necessidade de sair para trabalhar fora (Sr. E. 36a, Almécegas, 2003).*

Nesse caso, o “não ter tido necessidade de sair para trabalhar fora” apareceu como sinônimo de “estar produzindo o bastante para o consumo familiar”. Além disso, é uma forma de dizer não à expropriação e à sujeição aos proprietários de terra rentistas.

O trabalho acessório que transforma temporariamente o camponês em assalariado apareceu diretamente relacionado com a safra agrícola, como mostra o depoimento.

*Às vezes, quando o inverno é ruim precisa ir para fora. Mas, se vier um “inverno” bom, que faça o roçado, não precisa ir, não. Mas, aqui só tem alguma coisa para gente fazer no “inverno” mesmo. Eu já saí para Fortaleza, para trabalhar na construção. Tem gente que vai para construção, tem gente que vai para diária. Em Canindé tem uma fábrica, mas é uma “escravidão” (Sr. J. 30a, Feijão, 2003).*

Para o camponês, o trabalho fora do assentamento está relacionado à interrupção do trabalho agrícola. A recusa à proletarianização que seria igual à “escravidão” revelou a luta consciente pelo trabalho livre como camponês.

É importante notar que o campesinato do Nordeste, conforme Martins (1995), luta radicalmente por terra e liberdades: terra de trabalho, liberdade de trabalho familiar autônomo, liberdade de decidir o que plantar e liberdade de deslocamento.

No Ceará, segundo Oliveira e Pereira (2011), o trabalho acessório está ligado à manutenção da família, o que não implica, portanto, na perda da condição camponesa. A atividade acessória, também, tem o sentido da aprendizagem de outras técnicas, formas de organização e trabalho, importantes para os membros da família que

carregam consigo, muitas vezes, a condição transitória de ser e não estar camponês.

Em resumo, com o trabalho acessório, os camponeses dos assentamentos em estudo revelaram a flexibilidade em liberar os membros da família para outras formas de trabalho que não se excluem de modo nenhum. E, assim, esse grupo social maleável, mantenedor de tradições, mas, ao mesmo tempo, criativo e revelador tem conseguido consolidar a unidade de consumo e produção camponesa, inclusive agregando o trabalho assalariado.

## O trabalho assalariado na unidade camponesa

A força de trabalho assalariada é um elemento que pode aparecer no seio da unidade camponesa. Mas, é preciso ter claro que esse assalariamento tem por base o trabalho familiar. Assim, a família camponesa pode contratar a força de trabalho assalariada caso necessite de mais braços para concluir um serviço; contratar um trabalho assalariado especializado caso não consiga desenvolver uma atividade específica ou, ainda, pode liberar um de seus membros para o trabalho acessório. O trabalho assalariado temporário tem, assim, o caráter de complemento da renda familiar.

Para Chayanov (1974), na economia camponesa, o camponês aparece como uma figura ambígua, empregado e empregador. Essa ambiguidade se assenta no balanço do consumo familiar *versus* a exploração da força de trabalho. A relação trabalho *versus* consumo passa pela satisfação das necessidades familiares, que têm seus limites na fadiga. Desse modo, a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades.

Santos (1984), analisando os colonos do vinho do Sul brasileiro, identificou, na colheita de uva, a contratação de trabalhadores temporários, porque os membros da família não eram suficientes para agilizar o trabalho. O assalariado era um pequeno proprietário ou seu filho, não se tratando, portanto, de um trabalhador expropriado totalmente. E o camponês que o contratou não era um capi-

talista, não travou com ele uma relação social de produção especificamente capitalista.

Nos assentamentos cearenses, a relação trabalho *versus* consumo na unidade camponesa tem sido o limite da produção camponesa. Sobre a não contratação de mão de obra paga, um camponês explica a razão de ser na relação trabalho *versus* consumo. Para ele, o limite é o cansaço. Assim, prefere plantar só o quanto a família pode dar conta.

*No individual, planto quatro ou três hectares depende das “costas da gente”, porque, quando a gente tem um recurso a mais, a gente planta mais. Pelo menos acolá dentro tem uns hectares que dá mais de três hectares de terra. Acho que não vou conseguir trabalhar ele todo, não. Porque as coisas estão meio difíceis. Tudo caro, feijão caro. A gente está sem o feijão agora, vamos ter que comprar. A gente plantando muito, não dá para descascar tudo, porque a família não dá. Então, tem que plantar mais pouco para poder descascar (Sr. A. 72a. Juá, 2002).*

Nesse relato, o camponês abordou a relação trabalho *versus* consumo como uma parte do trabalho individual (familiar) no qual a quantidade plantada depende do número de braços na família para colher. A dificuldade de um equilíbrio no balanço trabalho *versus* consumo pode levar à falta de alimento no consumo familiar, a família pode ter necessidade de comprar o produto. E o ter que comprar fora é pagar caro, implicando, portanto, a redução do rendimento familiar.

Para Andrade (1986), o trabalho assalariado na economia sertaneja ocorre como complemento de renda e tem sua especificidade na época da safra. É quando pequenos produtores, que trabalharam na agricultura o ano todo, passam a ter ocupações diversas, nas médias e grandes propriedades: como o “cambiteiro”, que dirige cavalos e burros que transportam a cana para o engenho; o “cortador” de cana, que ganha salário por produção; o “botador” de cana na moenda, dentre outras atividades.

Nos assentamentos, a contratação de força de trabalho assalariada está relacionada, também, à ocorrência de época de safra e, ainda, à especialidade em função desenvolvida no trabalho agrícola, como os “derrubadores de coco”. É o que revela o depoimento seguinte.

*A gente contrata trabalho diarista, quando necessário. No caso o “derrubador de coco” tem que contratar de fora, são os “derrubadores” da Almêcegas. Tem um grupo lá que diariamente só faz isso. Eles não param nem um dia. Só descansam se quiserem. Eles até agendam a vinda. Quando o coco aumenta de preço, eles querem mais dinheiro (Sr. M. 38a, Ana Veríssimo, 2002).*

Na explicação do camponês sobre a contratação da força de trabalho assalariada (temporária) no assentamento, ele firmou a necessidade de braços, para continuar o trabalho específico de derrubada do coco-da-baía. Esse trabalho surge com frequência em função da necessidade dos derrubadores e devido à inabilidade de membros do grupo no desenvolvimento dessa atividade.

O trabalho assalariado nos assentamentos é um trabalho temporário, voltado para a produção coletiva. Neste particular, esse chamado trabalho temporário especializado merece um esclarecimento: trata-se de uma especialização estritamente relacionada com a prática e a tradição.

Conforme Andrade (1986), o principal trabalhador do coqueiral é o “tirador de coco” que, munido de uma “peia de corda” e de uma foice, sobe na palmeira, tira o fruto maduro e corta as folhas secas. O pagamento é feito por cada palmeira em que sobe, desfrutando, em média, 80 coqueiros por dia. O coqueiral dá quatro ou cinco safras anuais, uma em cada dois ou três meses.

No Assentamento Ana Veríssimo, ao comentar sobre a arte de subir no coqueiro para derrubar o coco da baía, o camponês apresentou, exatamente, a continuidade dessa antiga forma de trabalho.

*É assim: eles chegam e se mandam, sem nada nos pés, sobem. E quando chegam, lá em cima, eles seguram na palha com um braço, e com o outro segura a faca na mão e vai cortando os cocos da penca. É bem ligeiro. E quando eles estão cansados, eles deitam o peito na palha (Sr. A. 72a. Ana Veríssimo, 2002).*

No caso dos camponeses que cultivam o coco-da-baía em Acaraú, há o contrato de “derrubadores de coco”, que trabalham por produção, recebendo em dinheiro por palmeira em que sobe, como antigamente. Eles costumam subir em média em 100 coqueiros. Devido à perda, em muitos casos, da arte de subir no coqueiro gigante para derrubar o fruto, o “derrubador de coco” se tornou um trabalhador especializado, ainda, mais importante no coqueiral.

Os “derrubadores de coco” são camponeses sem terra que prestam serviço acessório nas redondezas. Para complementar seus rendimentos familiares, eles se deslocam para os assentamentos vizinhos que estão investindo em projetos coletivos com coqueiros gigantes, seja porque não possuem terra para plantar seja porque seus afazeres agrícolas estão menos intensos no momento.

Andrade (1986), ao analisar as condições de vida dos trabalhadores assalariados no Nordeste, lembrou que estes trabalhadores, prestando serviços por todo o dia, às vezes em jornadas que se estendem por mais de dez horas de trabalho, percebem diárias de acordo com a especialidade e a produção de cada um naquele dia. Salários que não excluem a precariedade nas condições de vida e trabalho no campo.

Na região dos assentamentos, os camponeses contratados com trabalho assalariado temporário recebem salários que variam de acordo com sua produção. O camponês exerce a função transitória de assalariado, diarista, proletário como uma estratégia para garantir a reprodução de sua condição camponesa. É o que indica o relato.

*Aqui na Almécegas a gente faz de tudo. Na diária, a gente recebe R\$ 7,00 (sete reais) de enxada, mas, para brocar o mato é*

*R\$10,00 (dez reais). Em cada pé de coqueiro a gente pede R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos). Mas, pode chegar até R\$ 0,30 (trinta centavos) por cada pé de coqueiro. A média dá para subir em 100 pés de coqueiros por dia (Sr. A. 32a. morador da Almécegas, 2002).*

Por fim, a presença da forma de trabalho assalariado temporário, no interior da unidade camponesa, lança a intrigante questão: até que ponto uma relação social capitalista no interior da unidade de produção e consumo camponesa não transforma esse camponês em um pequeno capitalista? Para Oliveira (1991) o assalariamento em áreas em que seja possível o aumento da renda diferencial pode tornar-se permanente através de um trabalho temporário convertido em permanente. Se isso acontece, configura-se a passagem de camponeses abastados para a condição de pequenos capitalistas.

Nos assentamentos, o trabalho assalariado temporário aparece entrelaçado com o trabalho familiar na produção coletiva. A permanência do trabalho assalariado nos assentamentos Cauassu e Almécegas surge como um indício de uma transição desses camponeses para pequenos capitalistas. Porém, isso não é extensivo à grande maioria dos assentamentos. A acumulação existe porque eles estão inseridos na sociedade capitalista e são influenciados pela lógica capitalista, que é completamente diferente da lógica do campesinato sertanejo, descendente de sociedades negras e indígenas, para as quais a acumulação não é parte constitutiva de suas vidas.

A sociedade capitalista é marcada pela troca de mercadorias, em que o acúmulo de bens, como a terra, tornou-se referência para garantir o enriquecimento. De acordo com Ratts (1996), o fundamento das comunidades de negros e indígenas no Ceará está atravessado por questões de terra, identidade, parentesco, memória, oralidade, repertório estético, divergências internas e relação de alteridade. Contudo, a terra não é somente “terra de trabalho”, ela é meio de reprodução da coletividade e substrato do território da comunidade. O vínculo com a terra informa sobre o grupo, compõe sua identidade e traduz sua trajetória assinalada por marcos, limites,

percursos dos antepassados, divergências internas, relações com os outros. Algo também lembrado por Oliveira (2006), quando revelou que as estratégias como a manutenção da terra de uso comum, entre os camponeses cearenses é certamente uma tentativa de evitar que a terra se torne equivalente de mercadoria.

A discussão sobre a organização territorial nos assentamentos continua ao apresentarmos a articulação entre as diferentes formas de uso da terra camponesa.



## A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE USO DA TERRA CAMPONESA

A discussão sobre as formas de uso da terra ganha sentido no contexto das lutas no campo. Para Martins (1986), as lutas no campo devem ser entendidas numa concepção alternativa de direito. Uma concepção de moral, moral camponesa, na qual o jurídico está enraizado em regras costumeiras.

As formas de uso da terra ou de trabalho na terra nos assentamentos pesquisados são determinadas em função da luta pela terra. Um projeto camponês concebido como alternativa de direitos: direito ao trabalho livre, direito de produzir o alimento para o consumo da família e de pôr um fim na sujeição imposta pelo patrão. Assim, a apropriação camponesa se assenta no trabalho familiar na terra, o que difere sensivelmente da apropriação concebida pelos capitalistas rentistas, que se assenta na exploração do trabalho alheio.

De acordo com Martins (1980, p. 60), “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho”. São formas de apropriação e uso da terra distintas, em aberto conflito uma com a outra no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo.

No contexto da sociedade capitalista, a existência de formas não capitalistas de uso da terra indica uma batalha constante: é a terra de trabalho contra a terra de exploração, contra a terra de negócio. No caso do Ceará, a luta dos camponeses assentados contra o cativo, a expropriação e a exploração imposta pelo mundo dos proprietários de terra rentistas exemplifica essas formas de uso da terra.

As diferentes formas de uso da terra nas comunidades camponesas é uma leitura fundamental no contexto da reprodução do campesinato nordestino. A relação dos camponeses com a terra no Ceará apareceu como uma peculiaridade da economia camponesa. No sertão, a relação com a terra acontece regulada de maneira peculiar, respeitando a simultaneidade de diferentes modalidades de uso da terra: o uso comum da terra, o uso coletivo da terra, o uso individual (familiar) da terra e, ainda, a prática de ajuda mútua.

## **O uso comum da terra**

O uso comum da terra no Brasil se apresenta a partir de diferentes modalidades de uso comum: nas terras de preto, em terras de santo, em terras de índios, em “terras soltas”, entre outras formas. Essas modalidades de uso comum da terra, de acordo com Almeida (1989, p. 163), “[...] designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros”. Tal controle acontece de maneira consensual, estabelecido em torno das relações cotidianas dos grupos que compõem a unidade territorial camponesa.

O desenvolvimento do capitalismo no campo favoreceu uma sensível valorização da propriedade privada da terra, vista como uma mercadoria capaz de gerar renda fundiária em vez de alimentos. Esse processo implicou a redução da quantidade de terras de uso comum no país.

Para Campos (2000, p. 40), o desenvolvimento do capitalismo no campo favoreceu uma quase completa extinção das formas de

uso comum da terra e de bens. Assim, resta pouco dessas terras hoje no Brasil, quando comparado com o que existia no século XIX e nos primeiros anos do século XX. Todavia, conforme o autor, “surtem novas formas de uso comum, ou, recriam-se outras que haviam praticamente desaparecido”. Portanto, apesar do processo de apropriação privada da terra, há resistências, e o seu cercamento não consegue dominar todo o território.

O caso do uso comum da terra no sertão nordestino deve ser entendido como uma dessas resistências. Portanto, ele é de uma relevância ímpar na reprodução do campesinato em foco. De acordo com Garcez (1987, p. 87), essa forma de uso da terra, no Nordeste, “é um costume mais que secular desenvolvido pelo homem do sertão, que lhe vem assegurando a sobrevivência como grupo, com suas práticas agrícolas e seus valores culturais próprios”.

O uso comum da terra nos assentamentos foi analisado a partir de elementos como o costume secular que fundamenta regras instituídas para além dos códigos legais do direito positivo, ou seja, pelo direito costumeiro. A ideia de se conceber a terra como um bem de uso comum é vista como uma estratégia de reprodução camponesa e uma prática de resistência camponesa que se recria no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Nos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe, o uso comum da terra apareceu em duas situações diversas. No primeiro caso, o uso comum conjugando interesses internos e externos ao assentamento; e, no segundo caso, o uso comum da terra ligado aos interesses dos assentados.

No Ceará, o uso comum da terra conjugando interesses internos e externos ao assentamento é uma modalidade de uso que ocorre a partir das pastagens comunais em “terras soltas” no sertão. Essa prática tem sido regra vigente no cotidiano do sertanejo, desde o início do processo de colonização através da pecuária.

A expansão da pecuária favoreceu a visibilidade de práticas costumeiras arraigadas no cotidiano dos fazendeiros e desses com os

camponeses no contexto das relações sociais do sertão. Na leitura de Almeida e Esterci (1977), as regras costumeiras passaram a um estatuto jurídico formal, a partir do consenso dos grandes proprietários de terras em implementá-las. As regras costumeiras refletiram quesitos imprescindíveis para o desenvolvimento da pecuária no sertão.

Os autores chamam atenção para dois pontos importantes na reflexão sobre o uso de pastagem comunal em “terras soltas”: primeiro, a terra, mesmo estando sob o domínio privado, era disposta a um uso comum; segundo, as práticas costumeiras estavam sendo valorizadas pelos fazendeiros, uma vez que passaram ao direito positivo.

Conforme Moura (1988, p. 209), na luta pela terra, “o jurídico ampara e desampara os subordinados. [...] Consegue negar e ser negado. Uma dialética que leva ao reconhecimento cada vez mais do direito dos oprimidos”. Nesse processo, a tendência tem sido a destruição impiedosa dos códigos costumeiros. Eles conseguem se manter porque são parte de uma contradição da sociedade moderna.

Marques (1994), ao analisar o modo de vida camponês e sua territorialidade no Estado da Paraíba, revelou a conservação e a redefinição de antigas formas não capitalistas de uso da terra. O uso comum dos pastos nas “terras soltas” e o cercamento das terras de agricultura são formas de uso da terra que vêm garantindo livre acesso à terra àqueles que pertencem ao campesinato sertanejo em Ribeira. Para a autora, essas formas de uso da terra se revelaram contraditoriamente no território camponês paraibano e passaram a ser mediadas por uma territorialidade desejada pela própria comunidade.

O uso comum de “terras soltas” como prática secular na reprodução do campesinato sertanejo pode ser visto no depoimento da família camponesa que se segue.

*Sr. A.: – Essa coisa de “terra solta” é uma coisa antiga, do começo do mundo.*

*D M.: – No começo do mundo, quando Deus, nosso senhor, criou o mundo, ele não deixou terra para ninguém. Ele não reser-*

vou terra para “seu ninguém”, ele não partiu terra para ninguém, era tudo “solto”.

Sr. F.: – Antigamente, os fazendeiro tinham muita “terra solta”. Uns não cercava tudo, porque eles não tinham capacidade de cercar. Outros era porque cercavam uma parte e deixava outra parte de “terras solta” para todos os animais ter direito de pastar ali dentro. De andar. Quer dizer, nós éramos dois fazendeiros, os seus animais iam lá na minha propriedade e os meus animais iam lá na sua propriedade. Quer dizer, aquela área de terra ali era “solta” para todos os viventes sobreviver dali. Por acaso aquelas pessoas que não tinham terra, que eram moradores, mas criavam os bichinhos deles, todos os animais deles tinham direito de ir lá, naquela “terra solta” e comer. Buscar o alimento dele lá. Comer o mato e tudo, porque já não iam poder entrar lá, naquela outra área que tinha cercado [a “manga”]. Lá era só para animais de engorda, ou o meu gado leiteiro, que todo dia eu tinha que está com ele no curral. Eu entendo que era assim... Hoje tem muita “terra solta”, muita. Aqui para baixo tem milhões de hectares “solta”, nada cercado. Todo animal entra aqui, sai adonde quer e, os de lá, vem de lá e, sai adonde quer. Isso é, aqueles (os pequenos) que são moradores, que criam um rebanhozinho de ovelha, outro criam quatro vacas, outro cria seu cavalo, cria seu burro e não tem como criar só preso, vão ter adonde criar. E aqueles animais dos moradores vão comer em várias fazendas junto com os dos proprietários.

Essas “terras soltas”, umas são de patrão, outros é de morador que tem uma “galhinha” de terra estreitinha. É assim... Porque se todos os ricos cercassem todas suas terras muitas pessoas pobres não iam sobreviver, porque não tinha onde os animais deles fossem buscar o comer. Porque todas as áreas de terra estavam cercadas e se eu quisesse criar o meu, tinha que ser preso e teria que saber conversar com o patrão para que ele deixasse eu tirar comida lá de dentro da “manga” dele, cercada, para botar para o meu animal, ou então, ele aceitasse eu botar meu animal dentro da “manga” dele, cercada (Família camponesa, Juá, 2003).

Os depoimentos revelaram particularidades do cotidiano da família camponesa sobre o uso da terra através das pastagens comunitais em “terras soltas” no sertão. Os detalhes caminham para interpretações que se complementam entre a religiosidade e a consciência social construída na luta pela terra. Na interpretação mística, as “terras soltas” são dádivas sagradas, do começo do mundo; na interpretação crítica, as “terras soltas” são resultantes de acordos feitos entre fazendeiros, entre esses e os moradores e, ainda, entre esses e os pequenos produtores. Tais acordos estão fundamentados nos códigos do direito costumeiro presentes no sertão que, também, são frutos das relações que os grupos sociais estabelecem entre si e com a terra. A terra é concebida como terra de trabalho, na qual pastagens e aguadas são indispensáveis para a subsistência familiar e animal.

A pastagem comum nas “terras soltas”, no sertão, apresentou continuidade, mesmo diante do processo de cercamento das terras, sendo algo usufruído pelos pequenos produtores, moradores, assentados e grandes fazendeiros.

Alcântara e Germani (2005), ao analisarem os fundos de pasto presentes no estado da Bahia, mostraram como essas comunidades vêm ganhando visibilidade a partir do final do século passado, quando os conflitos pela manutenção de áreas de uso comunal levaram ao enfrentamento com os mais diferentes grupos que desejavam apropriar-se delas. A luta conjunta contribuiu para a formação de centrais de fundo de pastos com diferentes polos de atuação na luta coletiva pela terra e a organização das comunidades de fundo de pasto. Conforme os autores, o processo de luta pela terra comunal é dinâmico e, cada vez mais, novas comunidades de fundo de pasto se organizam para reivindicar o direito à terra comunal no semiárido.

Para Almeida (2004), as comunidades de *fundo de pasto* no semiárido fazem parte de um conjunto de novos movimentos sociais que instalaram uma tensão, sobretudo, dentro dos órgãos fundiários oficiais para o reconhecimento de situações de ocupação e uso comum da terra, ditadas por “tradição e costume”, por práticas de au-

tonomia produtiva e por mobilizações sociais, para afirmação étnica e de direitos elementares. O advento dessas práticas e a pressão pelo seu reconhecimento têm aumentado desde o final dos anos de 1980; predominantemente, na região amazônica, com o surgimento de formas associativas agrupadas por diferentes critérios, tais como: raízes locais profundas, fatores político-organizativos, autodefinições coletivas, consciência ambiental e elementos de identidade. Essas formas associativas expressam movimentos sociais, que, no conjunto das práticas de organização e uso da terra, expressam territorialidades específicas, as quais realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. As novas denominações traduzem, ainda, transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização desses grupos, em face do poder do Estado e em defesa de seus territórios.

O Ceará, que, há vinte anos, não registrava oficialmente índios, hoje possui mais de dez povos indígenas, muitos deles denominados de “índios misturados” (ALMEIDA, 2004) que se organizam em razão da demanda por terra. O “aparecimento” desses movimentos sociais tem relação direta com a articulação de agrupamentos negros e a mobilização do movimento indígena regional, que, desde os anos de 1980, vêm reafirmando, na luta pela terra de uso comum, suas identidades e territórios específicos.

O uso comum das “terras soltas” tem sido uma prática sazonal. No “inverno” (período chuvoso) os animais ficam em “terras soltas”, no “verão” (período seco) devem ir para as “mangas”. Assim, a pastagem comunal em “terras soltas” é uma estratégia do campesinato sertanejo, construído na luta pela terra, que vem possibilitando a sobrevivência e continuidade da moral camponesa.

Para Campos (2000, p. 101), o aparecimento da forma característica de uso comum de terras no interior dos projetos de assentamento, como o compáscuo, tem sido algo interessante pelo “fato de tal forma de uso da terra estar sendo reavivada em determinadas partes do país”. A reprodução da pastagem comunal em “terras soltas” dos assentamentos do sertão tem sido um componente conservado e redefinido nas comunidades camponesas. Tal fato foi bem

relatado pelos camponeses assentados, ao abordarem a existência de “terras soltas” nos assentamentos.

*Sr. A.: – “Terra solta” aqui tem, porque nossas terras [...] aqui a cerca era para passar por cima daquele serrote (meia légua), aí para lá estão as “terras soltas”. Não pode cercar a terra toda, não. Eu tenho um terreno, se eu cercar a terra toda, eu não posso soltar bicho. Se eu soltar, ele vai para as terras dos outros.*

*P.: – E por que não pode cercar?*

*Sr. A.: – Isso é desde antigamente, os patrão, não podiam cercar os terreno todo ...*

*P.: – Por quê?*

*Sr. A.: – Porque não pode cercar, não. Ninguém pode cercar o terreno todo. Sempre tem que deixar a “solta” para os bichos comem. Porque para o fazendeiro, para o patrão não pegar a terra dele toda. Ele não pode botar bicho para “solta”, se ele não tem “terra solta”. Se não os outros reclamam.*

*P.: – Quem reclama?*

*Sr. A.: – Os outros fazendeiros [...] ficam dizendo que ele quer ganhar nas terras deles. Tem de todos deixarem. Tem que deixar a “terra solta”, sem cercar, para poder criar. Aí todo fazendeiro tem que deixar, é obrigado deixar.*

*P.: – Quem obriga?*

*Sr. A.: – É obrigado porque se não deixar, não pode soltar bichos para comer nas terras dos outros. Taí nosso terreno aqui, ficou um pedaço “solto”. Os bichos de todo mundo come lá. Antes era mais, a negrada [falando dos moradores] arrumava bichos de fora e trazia.*

*P.: – Quer dizer que quando vocês chegaram nessa terra havia uma extensão bem maior de “terras soltas”? E hoje, ainda, há, porém, em extensões menores?*

*Sr. A.: – É, tem muita “terra solta”, mas aí nós cercamos uma parte [...]. Estão achando ruim como um todo, que já não podem soltar muito animal lá.*

*P.: – Quem está achando ruim?*

*Sr. A.: – Os outros vizinhos [falando dos moradores de fazendas vizinhas]. Porque a “terra solta” lá é boa e eles traziam bichos de fora, arrendavam os bichos de fora, para comer lá (Sr. A. 72a. Juá, 2003).*

No diálogo, o camponês assentado revela a presença de “terras soltas” no assentamento, como uma forma de respeito às práticas do direito costumeiro no sertão, mas também como uma estratégia econômica e consciente da importância do uso comum das terras para a reprodução dos grupos de camponeses sem terra e assentados. O não cumprimento desses “códigos costumeiros” é visto como um desrespeito à moral camponesa, motivo de conflito entre os usuários, embora essas terras sejam alvo de cercamentos no sertão. Esse processo, no assentamento Juá, tem gerado conflitos entre camponeses assentados e sem terra.

No assentamento Feijão, o uso comunal das “terras soltas” tem acontecido em meio a um conflito entre camponeses assentados e grandes proprietários de terras.

*Grupo: – Aqui não tem extrema em toda terra, não. Tem “terra solta”. Nessa testa aqui do Rio Zé da Silva não tinha. Tem cerca agora que nós fizemos.*

*P.: – E por que vocês fizeram essa cerca?*

*Grupo: – É porque os bichos dos outros vinham e entravam para dentro do nosso terreno. Tanto os deles vinham para cá como os nossos iam daqui para lá. Aqui quando está “solto” é porque a gente não tem como cercar. Mas, os grandes cercam... Até o rio que é “datado” eles cercam. É datado, liberado para todos os bichos andarem por dentro. Por exemplo, aqui é um terreno e aqui é o rio e aqui e outro terreno aí os donos cercam. O rio era para ser liberto (Camponeses, Feijão, 2003).*

O assentamento Feijão revelou conflitos no uso das “terras soltas” entre camponeses assentados e grandes proprietários. Acontece que, normalmente, esses últimos possuem mais rebanhos, daí, quando os camponeses assentados veem suas terras sendo mais exploradas pelos grandes proprietários que por eles próprios, partem para cuidar de cercar uma parte, para preservar, como bem relataram.

O uso de pastagens comunais em “terras soltas” se mantém no sertão, porém em proporções, no momento, menores. O cercamento de parte das “terras soltas”, nos assentamentos, apareceu como estratégias de reprodução camponesa. Caso os assentados aumentem o número de rebanhos, certamente aumentarão a quantidade de “terras soltas”.

O uso comum das “terras soltas” no sertão se mantém em função dos códigos do direito costumeiro, vigentes entre grupos de camponeses parceiros e rendeiros, camponeses assentados, pequenos, médios e grandes proprietários. Porém, atualmente, em meio a um processo de cercamento dessas terras, é, também, um pacto muito mais acertado entre camponeses e os grandes proprietários. Isso demonstra uma recomposição social que reafirma o direito costumeiro e o sustenta.

Ao estudar o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense, Almeida e Esterci (1977) entenderam que a criação de áreas cercadas ocorre no momento de refluxo da pecuária, dado o caráter limitado de terras disponíveis. E acrescentam que a organização de um complexo de pastagens cercadas – denominados “soltas” e “mangas” – faz parte das transformações que ocorreram com o advento do cercamento das “terras soltas”.

Se havia consenso quanto ao uso comunal das “terras soltas”, em época passada, hoje esse uso comum é ameaçado, diante das cercas que, cada vez mais, delimitam rigorosamente as propriedades, acentuando seu caráter privado. Assim, as regras do “antigo código” vêm passando por transformações que as redefinem. Mesmo assim, conforme Almeida e Esterci (1977, p. 28), nem todos os proprietários de terras possuem condições de cercar suas terras por completo ou

de ter poços e aguadas em seus limites legais. “Esses impasses contribuem para que eles se reúnam em torno de extensões não cercadas onde pastam seus rebanhos. A estas extensões é que denominam –‘terras soltas’”.

Para os autores, as “terras soltas” persistiam em meio ao desenvolvimento da pecuária, muito mais por uma decisão dos grandes proprietários que dos pequenos. Em parte, essa é uma análise correta. Tradicionalmente a existência de “terras soltas” sempre esteve vinculada a acordos entre fazendeiros e entre esses e os moradores. O que eu acrescentaria é o fato de que o uso comum das “terras soltas”, mais do que persistir, se redefine, enquanto uma estratégia de reprodução acordada entre camponeses e construída na luta pela terra de uso comum e reafirmada com valores culturais próprios.

Ao analisar as “terras soltas” no sertão do Ceará nos anos de 1970, Almeida e Esterci (1977) mostraram que as “terras soltas” se apresentavam segundo duas concepções associadas respectivamente a grandes e pequenas propriedades. Hoje é possível constatar o uso comunal de “terras soltas”, segundo outras concepções associadas às grandes fazendas, às pequenas propriedades e aos assentamentos rurais. Desse modo, o uso comunal de pastagens em “terras soltas” no sertão não é apenas uma prática que persiste, mas, que se redefine à luz da recriação camponesa.

O uso comum da terra ligado aos interesses dos assentados é uma prática de uso da terra redefinida pelos camponeses no interior dos assentamentos. Tradicionalmente, a pastagem comunal em “terras soltas” acontece em terras localizadas nos limites sem cercas, que se encontram com os limites de outras propriedades sem cercas, formando, assim, as “terras soltas” de uso comunal para pastagem. Nos assentamentos, também foi encontrado o uso comunal de “terras soltas”, em terrenos completamente cercados, e o uso comunal nas “mangas” – complexo de pastagem artificialmente produzido e cercado, que serve de abrigo para o rebanho no período seco.

As “terras soltas” ligadas ao interesse exclusivo dos assentados são extensões de terras que se localizam em áreas limítrofes

dos assentamentos cercados, e favorecem apenas os rebanhos dos assentados. As “terras soltas” são espaços de uso comum no assentamento para a criação de animais mantidos soltos.

As “terras soltas” com seu complexo de pastagem original servindo de alimento para o rebanho no período chuvoso tem seu oposto nas “mangas” com seu complexo de pastagem cercada, formada artificialmente com plantas de forragem, selecionadas. Na explicação de um camponês, a diferença das “terras soltas” para as “mangas” está nas suas funções temporárias de abastecimento alimentar para os rebanhos.

*A “solta” a gente deixa para os bichos comer no inverno. Eles comem em todo canto. A “manga” é uma cerca de arame. A gente cerca um terreno ao redor para criar pastos, forragem. E aí fica para os bichos comer no “verão”. A “manga” fica para quando se acabar o mato na “solta”. Quando acaba, a gente pega e bota os bichos na “manga”. Nas “mangas” que a gente faz, nos altos, ninguém planta capim, que não dá, nem maniva. Planta milho, que com seis meses de “inverno”, o milho dá. Aí no “verão” quando seca, roça não dá, capim não dá. E na “baixa” dá (Sr. A. 72a. Juá, 2002).*

De acordo com Almeida e Esterici (1977, p. 34), “as ‘mangas’ [...] eram utilizadas, preferencialmente, pelos grandes proprietários pecuaristas”. A análise dos autores foi complementada com o comentário sobre o fato de terem sido as “mangas” espaços, por excelência, dos patrões. Hoje, nos assentamentos, elas aparecem com utilidades diversas, desde a pastagem comunal até o plantio de roças coletivas ou individuais (familiares) dos camponeses assentados.

*D. M.: – As “mangas” são tipo um curral, só que é bem grande [...] é meia légua. Até na terra toda a gente pode fazer. Para criar forragem, para soltar os bichos no “verão” [período seco].*

*Sr. A.: – Aí no tempo dos patrões que tinha algodão, ficava [na “manga”] a forragem do algodão, ficava palha do milho, fi-*

*cava rama do feijão, ficava tudo para o patrão. Milho, feijão, metade dele. Aí a sorte era que quando a gente ia botar os bichos nas “mangas”, a gente tirava o algodão, aí tinha cercado para botar os bichos dentro. Às vezes, os animais do patrão, não comiam nem tudo, chegava janeiro, a gente botava para fora. Aí ninguém tinha o direito de criar, ele não dava a forragem. Mas, só que a gente criava um bichinho. Tinha cercado para botar os bichos dentro. A gente tirava um bocadinho da palha do milho, do capim. Mas, tinha que deixar lá a maior parte para ele. Se por acaso, o milho era de três um: era três carreira para gente e uma para ele. O algodão era de meia, de dez arrobas, cinco era para nós e cinco para ele. Aí daquelas nossas, a gente tirava um bocadinho para dá aos animais. Ninguém tinha direito, quase bem dizer, a nada.*

*Sr. A.: – Hoje a gente tem um gado na “manga”. A gente está dando o quê comer. A gente só deixa ir para “solta” quando tem água e comida em todo canto. E agora não tem. No “inverno” fica na “terra solta”, porque tem água e comida em todo canto. Mas, no “verão”, não pode [porque água e comida ficam em lugares distantes]. No “verão”, eles [os rebanhos] ficam nas “mangas”. Aqui a “manga” cerca o açude e o capim coletivo, porque os bichos não podem está comendo todo tempo. Esse capim a gente tira no “verão” e mistura com outra comida que tem aí. No “inverno”, ninguém trata de bicho, não. É tudo só fora, solto.*

*D. M.: – Agora se abrir a “manga” na época do “inverno” os bichos invadem. O que tiver dentro, eles comem. No “verão”, bota para comer, no “inverno”, é fechada para os bichos não comer nada do que tiver dentro (Família camponesa, Juá, 2003).*

Apesar de o conceito de “manga” estar ligado a cercados de pastagem artificial para alimentação do gado no “verão”, foi possível encontrar, no caso dos assentamentos Juá e Feijão, a “manga” como um espaço cercado com atividades diversas. No assentamento Juá, a “manga” tem sua essência no conjunto da pastagem cercada. Porém, ela se associa à manutenção de outras atividades produtivas realiza-

das pela comunidade, como o plantio do capim coletivo, os apriscos para criações coletivas e o uso de aguadas. Nesses casos a cerca é parte da relação de produção e consumo da unidade camponesa.

Woortmann (1983), ao estudar o sítio camponês em Sergipe, revelou que, no processo de expansão diferenciada da pecuária no sertão, a criação antes feita nas terras soltas passou a ser predominantemente realizada em pastos divididos em diferentes partes cercadas. As mesmas cercas que, em um estágio anterior, protegiam trechos de roças passaram a proteger o “capim pangola”. Portanto, no processo de expansão da pecuária no sertão sergipano, a mesma cerca que antes serviu à rotação de terras para fins agrícolas tendeu a ser substituída pelo rodízio de pastagem. A função de proteção se manteve, porém não mais com os legumes, mas com a pastagem plantada.

Oliveira (1991), ao analisar a organização dos camponeses posseiros da região do Alto Guaporé-Jauru (MT), discutiu a função das cercas. Ela conseguiu identificar na relação roça e gado a presença das cercas protetoras, e, na divisão dos lotes entre si, a presença das cercas divisórias. Elas são formas de organização da unidade camponesa e do trabalho familiar.

Ao analisar o campesinato no sertão da Paraíba, Marques (1994) evidenciou a ocorrência de diferentes tipos de cercas construídas no processo de apropriação da terra pelos camponeses. Cercas de arame farpado, de varas, mistas (arame farpado e vara) e de pedras, todas erguidas com o cuidado de proteger a lavoura da numerosa criação de animais.

Nos assentamentos pesquisados, as “mangas” são espaços cercados, por excelência. As cercas de composição mista (madeira e arame farpado) têm a função de proteger, no “inverno” (período chuvoso), os pastos artificiais e as lavouras da invasão dos animais, portanto, são cercas protetoras. Porém, as cercas, às vezes, se estendem para além dos espaços de formação das “mangas”. Nesse caso, elas apresentam funções diversas e se revelam como cercas divisórias, não dos lotes entre si, mas dos quintais que são produtivos.

No processo de constituição dos assentamentos as “mangas” e as “terras soltas”, acabaram por adquirir características próprias nas comunidades assentadas, diferente do que ocorria na terra do fazendeiro. Com eles foi possível perceber que o uso da “manga” se abriu para a comunidade assentada, enquanto na sua existência anterior ela esteve fechada, era considerada área de apropriação privada, do fazendeiro. À medida que o uso das “terras soltas”, nos assentamentos, começou a se fechar para as comunidades vizinhas, sua partilha com a vizinhança foi reduzida. Desse modo, com mudanças substantivas nas “terras soltas” e nas “mangas”, os camponeses têm reafirmado e garantido a parcela camponesa do território.

### **O uso coletivo da terra.**

A produção coletiva no Brasil tem sido interpretada como sinônimo de produção comunitária. Rodrigues (1994), ao analisar a relação terra, produção e tradição camponesa no Ceará, mostrou como ocorre o uso das expressões coletivo e comunitário no depoimento dos camponeses do assentamento Maceió.

De acordo com a autora, os camponeses do assentamento Maceió usam tanto a expressão campo comunitário, como campo coletivo. Com isso, a pesquisadora optou por usar a expressão campo comunitário por perceber ser ela usada com mais frequência, e pelo próprio conteúdo ideológico que contém tal expressão no interior das discussões políticas no assentamento.

A ambiguidade presente no depoimento dos camponeses quanto ao uso dos conceitos de coletivo e comunitário é um fato, também, verificado nos assentamentos pesquisados. Mas, acredito que seja necessário atentar para a seguinte questão: o uso frequente desses conceitos como sinônimos esconde conflitos e diferenças fundamentais para o entendimento das formas de organização e produção camponesa. Portanto, é preciso caminhar no sentido de desvendar as diferenças presentes nas formas de organização e produção coletiva e comunitária, tão caras à Geografia Clássica.

Nos últimos anos, Marcos (1996) foi quem melhor contribuiu para o esclarecimento dessas formas de organização e produção e a pista utilizada pela autora para sua análise veio dos Geógrafos Anarquistas.

A discussão acerca das formas de produção coletiva e produção comunitária na terra tem raízes na Geografia do século XIX. De acordo com Andrade (1985) e Oliveira (1998), Elisée Reclus e Piotr Kropotkin foram os geógrafos pertencentes ao movimento anarquista de meados do século XIX e início do século XX que fizeram uma crítica à sociedade da época e apresentaram caminhos para se pensar o movimento contraditório do capitalismo. Numa posição crítica com relação ao Estado, eles mostraram os interesses conflitantes entre as classes dominantes e o povo, contrariando o pensamento geográfico da época, muito comprometido com o poder do Estado. Eles fundamentaram uma visão de mundo com base na dialética e contribuíram significativamente para a discussão em torno das diferentes formas de propriedade da terra e de organização da sociedade utópica.

Nesse debate, travado no interior da escola socialista, a discussão em torno da organização da sociedade futura fez emergirem as divergências entre duas correntes de interpretações que merecem destaque. A corrente anarquista coletivista, que teve como maior representante Mikhail Bakunin, e a corrente anarquista comunista, cujo expoente foi Piotr Kropotkin. A doutrina libertária, por exemplo, é um elemento comum às duas correntes, derivada das raízes socialistas do movimento anarquista. Segundo essa doutrina, haveria “uma busca constante pela liberdade individual e pela conciliação da liberdade e da singularidade individual com as necessidades e interesses coletivos” (LUIZETTO, 1987, p. 29). As divergências viriam relacionadas com a organização e distribuição da riqueza socialmente produzida.

Ao estudar as “Utopias Anarquistas”, Luizetto revelou particularidades que diferenciam as correntes de pensamento anarquista coletivista e anarquista comunista. No debate acerca da organização

e distribuição da riqueza produzida pela sociedade futura, para os coletivistas, o sistema de retribuição individual deveria ser rigorosamente proporcional ao trabalho efetivamente despendido. Disso deriva a fórmula “a cada um de acordo com o seu trabalho” (LUIZETTO, 1987, p. 30). Já para os comunistas, a organização da sociedade utópica deveria se pautar em princípios libertários de solidariedade, cooperação e reciprocidade. Daí vem a fórmula “de cada um conforme as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades” (LUIZETTO, 1987, p. 38).

Esse debate trouxe elementos para analisar, com devida acuidade, as formas de organização, produção e distribuição coletiva e comunitária, que ensejam, também, uma discussão fundamental para o entendimento da organização interna do campesinato no campo brasileiro.

Marcos (1996), ao analisar as diferentes formas comunitárias de produção realizadas pelo campesinato, identificou, no Brasil, formas de organização da produção no campo, a forma comunitária, a coletiva, as práticas de cooperação e ajuda mútua e o uso comum da terra. Para a autora, a discussão acerca da organização e produção coletiva e comunitária realizada no seio do movimento anarquista se estendeu para além desse movimento social, sendo hoje um desafio assumido por partidos políticos e alguns de seus militantes e por religiosos de diferentes igrejas.

A produção comunitária, sobretudo, nas leituras religiosas, vem sendo interpretada como uma espécie de comunismo primitivo, que teria mais proximidade com a concepção comunitária defendida por Kropotkin. A produção coletiva tem sido realizada de acordo com a ideia central proposta pela corrente coletivista defendida por Bakunin. Há, portanto, formas diferenciadas como: os grupos coletivos, aquelas em que a terra e o trabalho são coletivos, as cooperativas de produção, aquelas em que a terra permanece como propriedade individual, e o trabalho é realizado coletivamente e, em menor grau, os grupos semi-coletivos, aquelas em que, embora a terra e o

trabalho sejam individuais, não há autonomia de decisão, por parte dos camponeses.

Na leitura de Marcos (1996), a terceira prática de produção, a cooperação e ajuda mútua, tem estado presente entre comunidades religiosas e em algumas tarefas realizadas pelo MST. Trata-se de uma prática que se desenvolve com base na solidariedade entre as comunidades e tem sido frequente no Nordeste através da troca de dias de serviço. A quarta forma de produção – o uso comum da terra, para a autora, representou uma prática que vigora entre os pequenos camponeses, sendo pensada como um uso imediato sem maiores preocupações com o futuro.

Conforme a autora, estas formas de produção exigem uma prática que extrapola os limites do individual e devem ser consideradas como importantes estratégias desenvolvidas pelo campesinato brasileiro para enfrentar as dificuldades e garantir sua recriação na sociedade moderna.

Os debates feitos pelos anarquistas e seus seguidores serão considerados na análise que se segue, aos quais vão se somar também novos elementos, que apontam novos caminhos de interpretação sobre o uso comunitário e o uso coletivo da terra no sertão nordestino.

O uso coletivo da terra, nos assentamentos em estudo, apareceu como questão central na discussão relacionada com a forma de organização e produção dos grupos e a possibilidade do pagamento da terra.

Na explicação dos camponeses de Canindé sobre o trabalho coletivo no assentamento, ele foi considerado uma atividade construída na luta pela terra, na união, na liberdade e no respeito às diferentes habilidades de cada um.

*Sempre quando vai trabalhar, tem uns mais roceiros e tem os escorões. Porque é o seguinte: eu sou um analfabeto, porque eu não tenho leitura, mas eu procuro um pouquinho entender as coisa, porque todo mundo tem que entender as coisa. Já tem um cabra que pega um boi lá dentro do mato. E, eu não pego. Mas, eu já faço*

*uma coisa que aquele cabra que pega o boi lá dentro do mato não faz. Tem um que se desempenha bem, se desenvolve bem, trabalha mais. E já tem um que trabalha mais fraco, mas acontece que eu na enxada, limpando mato, capinando desenvolvo bem, aquele num desenvolve. Mas, ele já desenvolve outro trabalho que eu não desenvolvo. A gente tem que entender as coisas, porque Deus num deixou todo mundo igual (Sr. F. 38a. Juá, 2002).*

O que os camponeses estão desenvolvendo é um espaço de união, cooperação e respeito à liberdade e aos limites individuais sem esquecer de valorizar as habilidades em meio aos interesses comuns.

Essa é a base da produção comunitária, no sentido da religiosidade sertaneja, que se aproxima da concepção de comunitário defendida por Kropotkin, mas não é. Embora haja, no momento da produção, o respeito pelo que cada um “sabe desenvolver” melhor, a distribuição da riqueza produzida não é apropriada de forma comunitária, e, aí será computada a quantidade de trabalho de cada um. Nesse sentido, essa forma de produção, que parece se aproximar de um comunitário primitivo, é, na verdade, uma produção coletiva com forte influência do catolicismo sertanejo, presente nos sertões do Nordeste.

Em Acaraú, os camponeses apresentaram a opção pelo trabalho coletivo a partir das atividades produtivas. A explicação deles é a preocupação com a continuidade da unidade de consumo e produção camponesa, na busca da união, da liberdade, da confiança e da responsabilidade em conjunto pelos interesses de todos.

*O serviço aqui tem muita mão de obra. Quando não tem serviço coletivo, eles trabalham só para si. Cada associado tem sua planta individual, e tem a área coletiva que é da associação. Então, durante a semana se tira dois ou três dias, dependendo do serviço, para o trabalho coletivo. Eles podem botar trabalhador no lugar se quiser, contanto que ele fique em dias com os serviços dele com a gente. Se ele não colocar ninguém e nem vier trabalhar para as-*

*sociação, ele fica devendo. Depois ele pode pagar trabalhando em dias ou em dinheiro (uma diária R\$ 5,00). Não importa se ele quer trabalhar fora. O importante é poder contar com o serviço dele (podendo ser ele próprio ou um trabalhador contratado por ele). Todo mundo junto para tirar o sustento da associação, o sustento para ela não diminuir (D. H. 32a. São Felipe, 2003).*

Nesse caso, o conceito de coletivo usado converge para o conceito de coletivo proposto pelos anarquistas. Pelo relato foi possível observar que o trabalho ou o uso da terra não é comunitário, mas coletivo. Se fosse comunitário, não seria a quantidade de trabalho que definiria a participação de um membro no grupo e a distribuição das riquezas seria comum. Isso é a base do comunitário. No caso relatado no depoimento, a participação no grupo e a distribuição das riquezas produzidas são definidas pela quantidade de trabalho de cada um. Não há a liberdade de ficar sem dar o trabalho. Se alguém não puder em um dia, precisa ser substituído ou ficar devendo o trabalho. Essa é a base do coletivo.

Como afirmou Marcos (1996), os conceitos de coletivo e comunitário discutidos pelos anarquistas, em parte, não explicam a complexidade presente em nossa realidade, mas nos dão pistas para o entendimento dos desafios assumidos pelos camponeses nos dias atuais.

O uso coletivo da terra, também, pode ser explicado enquanto estratégia econômica camponesa para obter a propriedade da terra, como mostra o depoimento que se segue.

*No coco é coletivo, é o grupo todo. O coco aqui é o seguinte: enquanto não fosse pago todas as despesas, o coco era para pagar a dívida e manter os projetos. Quando pagar a dívida a gente vai tirar, 50% de cada derruba de coco para a gente se manter e, o resto, a gente vai dar manutenção ao projeto que ninguém estará devendo mais nada a ninguém. Mas, por enquanto, ninguém tira*

*dinheiro do coco para se comprar um par de chinelos (Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

O trabalho coletivo tem gerado renda camponesa. Ao entrar no mercado os produtos viram mercadorias, que serão vendidas por dinheiro. Parte desse dinheiro tem sido investido no banco, gerando juros e, outra parte, tem sido investido na manutenção dos projetos coletivos dentro do assentamento, portanto, gerando renda camponesa.

O trabalho coletivo na terra tem sido fruto de consensos construídos pelos camponeses. Desse modo, penso que o caráter coletivo tem sua eficiência sustentada por um pacto. Um pacto que é fruto da decisão em reunião, pela maioria, ou seja, democraticamente. Essa decisão tida como “lei de convivência” hoje tem sua continuidade centrada na unidade camponesa, no fim do cativo e da sujeição, na propriedade da terra e na melhoria da qualidade de vida das famílias.

Na leitura da resistência, o trabalho coletivo apareceu como algo imposto, injusto, motivo de desistências e de conflitos. Na explicação de um camponês assentado sobre a desistência de dois outros camponeses do assentamento, ele revelou a existência de um grupo contrário ao coletivo, da forma como vem sendo assumido.

*As pessoas que saíram daqui, queriam viver “sem querer trabalhar”. Não querer trabalhar, sabe como é? É porque ele quer ficar e botar gente para fazer. Nós até agora estamos aceitando. Mas, eu sou contra. Uma comparação, somos nós quatro aqui, tudo sócio. Nós três sempre vai, e você sempre manda alguém. O dia que você não encontrar ninguém para mandar, sua vaga vai ficar aberta. Aí eu penso que seja assim, ser obrigado, todo mundo trabalhar junto. Aqui já aconteceu da gente ir fazer a limpeza dos coqueiros e o pessoal que contrata diarista não ir e nem conseguir ninguém para mandar, nem hoje, nem amanhã. Aí, semana que vem de novo, passa mais dois dias, às vezes você com o dinheiro e não arranja quem trabalhe, aí fica devendo quatro dias. Aí, eu não sou de acordo.*

*Uma pessoa dessa, no meu entender não tem necessidade de está dentro do assentamento (Sr. A. 47a. São Felipe, 2003).*

O camponês que estiver desenvolvendo a prática de ajuda mútua no dia do trabalho coletivo é liberado. Ele fica, portanto, com a responsabilidade de mandar um trabalhador para o coletivo ou “pagar” seu dia de trabalho noutra ocasião. O conflito se estabelece no momento em que, como mostrou o depoimento anterior, o camponês não vem nem consegue ninguém para cobrir seu dia de trabalho no coletivo. Ficam, portanto, acumulados dias de serviços a serem repostos.

Isso tem levado grupos de camponeses a recriarem estratégias de adaptações para o coletivo. De um lado, as adaptações são de melhor seleção de atividades produtivas para o coletivo. Do outro lado, as adaptações enveredam para a divisão do grupo em turmas menores no trabalho.

Nos casos dos assentamentos Ana Veríssimo e Almécegas em Acaraú, o que existe é uma melhor seleção dos cultivos no trabalho coletivo. Como revelou o depoimento que se segue.

*Numa época nós tentamos fazer a roça no coletivo. Mas, os mais espertos ficavam se escorando nos outros. Mandava um trabalhador, às vezes, esse não vinha, aí a gente partiu o chão baixo, ou seja, a gente individualizou a roça. Agora, no coletivo, só o trabalho do coco, preparação do coco, a limpa, adubação, aguçamento. A roça [mandioca, milho e feijão] é individual. Nós estávamos trabalhando todos juntos, mas tinha caboclo que, se nós fazíamos vinte quilos de saco de feijão, ele fazia dez. Nós morriamos de trabalhar para entregar a esse que não trabalhava. Aí nós dissemos: “cada qual vai trabalhar para si”. Eles estavam acabando com nossa vida. Eu prefiro trabalhar só. Mas, ainda tem trabalho conjunto, se eles não vêm, eles mandam alguém (Sr. A. 78a. Ana Veríssimo, 2003).*

Nesse caso, o conflito se estabeleceu na quantidade produzida e nos tempos gastos com o trabalho coletivo, que é, também, trabalho conjunto. Essas diferenças não agradaram a todos, e a solução foi “individualizar” a roça.

Outro camponês revelou que,

*No início, a gente começou a plantar uma parte junta (coco e mandioca) e uma parte individual. A mandioca era para ser vendida e o dinheiro guardar para associação. Hoje a roça [mandioca] não é mais junta, não. Só o coqueiro que ficou junto. A roça é individual. Passamos dois anos, e não continuou porque os meninos achavam que não dava. A maioria achava que individual seria melhor. Ai deixou de plantar junto. Porque trabalhando junto, uns não trabalhavam nada. Uns faltavam demais o trabalho, aí ficou aquela história. Cada qual trabalhar para si e pronto. Mas, nos coqueiros a gente vai junto, é coqueiro e cajueiro. Coqueiro de sequeiro ou coqueiro gigante que já tinha na terra e coqueiro precoce irrigado, mas tem esse mesmo problema, também. Mas, continua [...]. Tem muitos que passam de três, quatro dias sem aparecer. Isso porque só trabalha duas vezes por semana juntos, na parte que é do grupo (Sr. E. 36a. Almécegas, 2003).*

Os depoimentos revelam a tendência de se manter no coletivo atividades produtivas voltadas para a produção de mercadorias. A mandioca, o milho e o feijão, produtos por excelência da alimentação camponesa no sertão, se mantêm no individual (familiar), porém, o coco-da-baía e o caju, produtos que permitem certa acumulação da renda camponesa, se fortalecem no coletivo.

Outros assentamentos buscam novas formas de adaptação no trabalho coletivo, como a divisão dos grupos.

*A gente planta muito. Temos uma baixa aqui de quatro hectares coletivo e temos um roçado lá dentro de 38 hectares coletivo. Tudo fica em 42 hectares. Nesse coletivo tem a forragem*

*dos bichos, tem o milho, tem a palma, tem tudo, e vários plantios no meio. Roça, milho, feijão, leucemia, ninho (planta verde), juazeiro, sabiá, mororó, tudo é madeira e a rama os animais comem. Antes era todos trabalhando juntos. Hoje a gente divide, por exemplo: dois hectares para cada turma de seis. Por exemplo tem de brocar [cortar os paus finos para melhorar a pastagem], então, os dezoito irão para a broca só que em grupos de seis (Sr. V. 35a. Juá, 2002).*

A divisão do grupo, também, tem ocorrido no trabalho coletivo que vem buscando adaptações, via divisão de atividades por grupos menores.

*Sempre se divide o grupo em outros grupos para realizarem as atividades que precisam ser feitas no terreno. Como, por exemplo, na cerca não precisam estar os treze. Então, fica uma parte nos coqueiros e três ou quatro vai para cerca. Pode, até, optar por ir para onde quiser, não tem problema nenhum. A gente só diz que é para ser feito em tanto tempo. Aí eles têm que se virar.*

*Aqui a gente faz assim, a área desses coqueiros novos [coletivo], foi dividida. Cada sócio tem direito a uma “tira do coqueiral”. Pode trabalhar no meio dos coqueiros, plantar feijão, milho [individual] em consórcio. Porque se cada sócio for limpando sua “tirinha” vai ficando menos serviço no coletivo. No meio dos coqueiros, também, tem reservado uma área coletiva com feijão e milho. Todo mundo colhe, debulha, bota no sol, escolhe e guarda aqui e aí a gente vende para o comércio. Esse dinheiro do legume, a gente deposita ou paga alguma dívida que tiver. Sempre faz assim (D. H. 36a. São Felipe, 2003).*

Nesse caso, o espaço de uso coletivo dos coqueirais tem permitido o consórcio com o uso individual (familiar). Há, portanto, a combinação de lógicas de apropriação diferenciadas. Um acordo que se fortalece sob a égide da moral camponesa.

Também, há casos de tentativas com o trabalho coletivo que fracassaram. A lógica de apropriação individual (familiar) se mantém com resistência.

*Então, nós começamos um coletivo aqui. Aí teve uns que foram um dia, outros foram um dia e meio, outros que foram dia e meio e depois não foram mais [...] Abandonaram [...] Eu não posso entender por que eles não foram. Porque se eles fossem também eles ganhavam mais. Aí não quiseram porque disseram que tinham que fazer o deles. Mas, eu disse: “é obrigação a gente ter o coletivo no assentamento”. Um disse: “basta dá um dia”. E eu disse: “um dia é pouco demais. No coletivo era para plantar milho, para gente guardar, empregar numa coisa. Uma reserva, fazer um pagamento, uma viagem, outra coisa necessitada. No individual é beleza, todo mundo trabalha. Mas, na hora de juntar todo mundo, uns ficam de fora.*

*A gente plantou junto numa “baixa”. Plantamos milho no coletivo. Mas, a gente não tem costume de trabalhar juntos. Eram acostumados a trabalhar tudo para eles ou de metade. Eles não querem trabalhar juntos.*

*Hoje, ainda tem, um pouco de milho no coletivo. Mas, é no individual que planta mais. Milho, feijão e fava. Tem capim, banana e canteiro de verdura (Sr. J. 73a. Feijão, 2003).*

No caso, o trabalho coletivo tem sido visto como algo imposto, “obrigado”. Assim, dizer não ao coletivo é reafirmar a liberdade conquistada com a posse da terra. As confissões revelam a dificuldade em lidar com o coletivo.

*Eu tentei, muitas vezes, trabalhar no coletivo. Só dava era confusão mesmo. Quando eu tentei, teve muito pouco trabalho coletivo. Porque a maioria não queria fazer parte do coletivo. Só queria mesmo lá era cada qual fazer para si. Não queriam fazer parte do coletivo. Eu mesmo é quem tomava de conta da parte coletiva. Mas, quando tocava aquele dia para o coletivo, um dizia que estava*

*doente, outro dizia outra coisa, mas não queriam ir. Aí, uns iam e outros não iam. Aí foi indo, foi indo, aí foi o tempo que eu saí, e aí acabou-se o coletivo lá. Agora o negócio lá está meio feio. Só com o individual. Eu penso que eles não iam porque não querem trabalhar juntos. O pessoal do Jordão que tinha coragem de trabalhar junto saiu todos. Sozinho, cada qual na parte deles, eles vão. Mas, para trabalhar em conjunto, não. Vai uns e outros não. E, nesse negócio de coletivo, tem que ser o grupo todo. Mas, lá não aconteceu isso (Sr. B. 42a. Campos do Jordão, 2003).*

Nos assentamentos Feijão e Campos do Jordão, em Canindé, o fracasso do coletivo está atrelado à luta pelo trabalho individual (familiar), algo arraigado nos valores da cultura camponesa. Mas, o coletivo tem sido colocado como a possibilidade de maior união e a viabilidade da geração de renda para o grupo que busca alternativas para a superação da pobreza no campo cearense.

A exemplo dos assentamentos Batalha e Mata Fresca no Ceará estudados por Moura (2003), a reativação de pequenas fábricas de tijolos – olarias – tem sido uma alternativa de trabalho coletivo via extração mineral que atua com a função de complemento de renda no interior de alguns assentamentos.

*Não tem de que a gente ganhar dinheiro. Aí a gente se vira, um sai para um canto outro sai para outro canto. Porque dentro do assentamento, com planta, não tem. Agora mesmo nós estamos fazendo tijolos na olaria, mas é dentro do assentamento (Sr. N. 37a. Feijão, 2002).*

As olarias são unidades artesanais de produção comum de tijolo, telha ou ambos. Tem como matéria-prima a argila e a madeira. A argila propícia para a produção desse tipo de cerâmica é a encontrada no vertissolo (massapê), solos argilosos que apresentam alternância no volume de sua massa: contraem quando molhados e se expandem quando secos, tornando-se muito plásti-

cos e pegajosos em contato com a água, devido à presença de argilas com alta capacidade de contração e expansão. O vertissolo, em comum, aparece como manchas de solos na área de pediplanos sertanejos, daí ser considerado um tipo de solo raro no sertão. A lenha necessária para os fornos das olarias tem sido fruto do aproveitamento da caatinga feita no próprio assentamento. Essas fábricas camponesas podem ser instaladas em longos galpões ou funcionar ao ar livre.

O fato de nem todos os assentamentos possuírem olarias faz com que alguns assentados se desloquem para outros assentamentos, para lá trabalharem. As relações de vizinhança e ajuda mútua emergem, então, no intercâmbio entre os assentados e, conseqüentemente, entre os assentamentos.

*De vez em quando o pessoal vai trabalhar com a cerâmica (telha e tijolo) na Japuara. Para cerâmica aqui nós temos tudo, temos barro bom das crôas, temos a lenha, temos a carnaúba para fazer o galpão. Mas a EMATER-CE disse que nós não podíamos, porque já tem uma na Japuara. Mas, a cerâmica lá, beneficia a eles, não beneficia a nós. Nós não temos uma fonte de renda. Falei, também, para montar uma fábrica de carnaúba, para derreter cera. Ai a EMATER-CE disse que não, porque já tem uma lá nos Targino (a quase cinco léguas) (Sr. J. 72a, Campos do Jordão, 2002).*

O depoimento indica as condições naturais presentes no assentamento para o desenvolvimento de pequenas fábricas de cerâmica e de produção da cera da carnaúba. Nessa última, a ideia é a de que, com mais trabalho, é possível agregar mais valor ao produto e, assim, conseguir uma melhor renda. Porém, a burocracia tem dificultado a ocorrência das fábricas camponesas.

O relato camponês lembra, ainda, o fato de que no sertão do Nordeste a unidade camponesa necessita, muitas vezes, do trabalho com o extrativismo mineral e em pequenas fábricas de produção. Como nem todos os assentamentos estão providos de unidades ar-

tesanais, a instalação de pequenas fábricas é vista como um projeto que teria sucesso se tivesse investimento.

O trabalho coletivo apareceu, ainda, no espaço de extrativismo vegetal, a partir da atividade de corte da palha da carnaúba. O corte da palha é feito pelos assentados ou com trabalho assalariado.

De acordo com Andrade (1986, p. 161), “a carnaubeira é uma palmeira que recobre grandes áreas dos vales secos do Nordeste [...] e sua grande importância acontece devido à multiplicidade de utilidades que apresentava”. No Ceará, a carnaúba tem seu lugar na cultura camponesa. Os carnaubais no interior dos assentamentos estão sendo mantidos e aproveitados. A prática de arrendamento da palha da carnaúba tem sido uma constante nos assentamentos.

De acordo com Kautsky (1980, p. 217), “no sistema de arrendamento, [...] a agricultura pode revestir-se inteiramente do caráter capitalista”. A prática de arrendamento é uma forma de exploração plenamente capitalista, porque o arrendamento está na base do desenvolvimento do capitalismo no campo.

No depoimento de um camponês sobre o uso dos carnaubais, a prática de arrendamento da carnaúba apareceu como uma atividade que gera renda para a comunidade.

*O carnaubal é da comunidade toda. A pessoa lá de fora vem e compra a palha, compra a palha para utilizar ela. Compra a palha no pé. Aí ele vai derrubar, toda a mão de obra é dele. Eles, que arrendam a palha, têm a base de quantos milheiros dá um carnaubal. Ele olha para o carnaubal e diz assim: “esse carnaubal aqui dá tantos milheiros”. Esse ano não vamos arrendar. Esse ano vamos derrubar a carnaúba. Nós vamos tirar a palha da carnaúba. Ano passado nós arrendamos mas foi muito barato (quatrocentos reais a palha do plantio todo, cem, duzentos milheiros de palha). Saiu na faixa de dois reais o milheiro de palha. Esse ano nós resolvemos não arrendar. Vamos derrubar a palha, cortar na máquina e vender o pó (o pó serve para fazer a cera). Não vamos derreter porque é*

*dispendioso e não temos a prensa. Se nós fôssemos vender a cera já seria outro preço (Sr. F. 57a. Campos do Jordão, 2002).*

Os camponeses arrendam o carnaubal por um curto espaço de tempo: o tempo do corte da palha. A prática do arrendamento, nesse caso, se mostrou invertida, voltada para o favorecimento dos camponeses. Isto porque o capitalista comerciante ou intermediário, ao arrendar a palha da carnaúba, pagou parte da renda da terra capitalista para os camponeses. E, esses, por terem a propriedade comum da terra, puderam apropriar-se também da renda.

Para Kautsky (1980, p. 217), “o sistema de arrendamento oferece, ainda, a vantagem de proporcionar ao proprietário fundiário a possibilidade de escolher, como rendeiros, os concorrentes mais hábeis e com recursos mais consideráveis”.

Nos assentamentos cearenses, essa vantagem tem sido percebida e aproveitada pelos camponeses. E, ela tem contribuído para que, alguns assentamentos, todos os anos, adotem a prática do arrendamento da palha da carnaúba.

*Todo ano a gente arrenda para os proprietários. Parece que está R\$ 50 (cinquenta reais) o milho (Sr. F. 36a. Santa Rita, 2002).*

Os carnaubais são arrendados para grandes e pequenos proprietários de terras que contratam diaristas para fazer o trabalho de corte da palha da carnaúba. A palha seca serve para confeccionar artesanato, serve de forragem para o gado e, quando cortada na máquina, a partir do pó pode ser fabricada a cera da carnaúba.

A prática de arrendamento nesses assentamentos abre a possibilidade da existência de uma relação capitalista. Porém, esse arrendamento está atrelado à lógica camponesa, uma vez que a renda servirá para aquisição de alimentos para o consumo das unidades de produção familiar. Trata-se do fato de que como camponeses proprietários possuem a condição para cobrar do arrendatário capitalista a parte da renda capitalista da terra.

Assim, como no carnaubal, o arrendamento da forragem, do restolho dos roçados, usado na alimentação do gado, tem acontecido.

*Digamos assim, essa baixa aqui, nós arrenda para quem quer botar o gado. Aí nós arrenda aquela parte ali, arrenda a sobra do milho, capim que nós plantamos. Esse ano nós ia arrendar para o filho do ex-dono desse terreno. Nós pedimos dois mil e quinhentos, ele achou caro. Mas, ele está achando caro, e barato nós não vamos dar, não! Disse que quer só a área do açude.*

*Chega uma pessoa lá de fora e diz: “você quer quanto nessa forragem?”. A gente diz: “é tanto”. Se ele der, ele chega e bota os animais dele aqui dentro, só para comer a forragem. Comeu, tirou e acabou. Às vezes a gente não tem o animal e aí arrenda para não perder. Se não arrendar, quando chover acaba tudo (Sr. G. 36a. Campos do Jordão, 2002).*

Portanto, o arrendamento da carnaúba e da forragem são formas que o campesinato utiliza para adquirir dinheiro e, assim, manter a unidade camponesa nos assentamentos sertanejos.

O uso coletivo da terra tem acontecido em espaços de lavouras diversificadas e espaços de extrativismo vegetal. O trabalho coletivo na terra ocorre nos cultivos de mandioca, milho e feijão, nos cultivos das plantas de forragem: capim, cana-de-açúcar e palma, e na produção de mercadorias voltadas para a comercialização: a farinha de mandioca, o coco-da-baía e o caju. No extrativismo vegetal este trabalho é feito com o arrendamento da palha da carnaúba e da forragem do feijão, de milho e do algodão, gerando dinheiro para as comunidades.

Por fim, as diferentes formas de organização da produção vêm configurando espaços diferenciados, mantidos e redefinidos a partir da lógica camponesa no sertão do Ceará.

## **A prática de ajuda mútua**

A prática de ajuda mútua é uma forma de cooperação que ocorre entre os camponeses dos assentamentos como uma prática

antiga das famílias. A troca de dias de serviço entre os donos dos roçados tem a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita a ajuda dos vizinhos, que juntos realizam o trabalho. A fabricação de farinha de mandioca é um exemplo disso. Várias pessoas são convocadas para ajudar na arranca da mandioca e no preparo da farinha.

O processo acontece da seguinte forma,

*Se você quer raspar a mandioca no sábado, então, você começa a arrancar sexta-feira à tarde. Na sexta-feira, à tarde, você já bota a mandioca na casa de farinha, sábado você vai de manhã com os arrancadores, terminar de arrancar a mandioca, o cargueiro leva a mandioca para a casa de farinha e aí as raspadeiras passam a raspar a mandioca. Quando termina de raspar a mandioca, aí o preneiro vai espremer no tanque aquela massa misturada com água que é para dali sair a goma. Espreme um tanque cheio com água. Aí ali se assenta uma goma. Depois que passa três horas ou três horas e meia, aí a goma está assentada todinha no fundo do tanque. Então, as pessoas vêm escorrem aquela manipueira, depois umas começam a botar água e outras passam a mexer a goma, no sentido de desmanchar a goma. Bota água para desmanchar aquela goma toda. Com o tanque quase cheio de novo, deixa novamente a goma assentar. No outro dia o forneiro começa a preparar o forno e as outras pessoas vão escorrer aquela água do tanque. Aí lava por cima, tira aquela borra mole que fica em cima, imprensa a goma e depois de impressada bota em outro tanque. Aí fica a goma pronta para ir para o sol. Essa goma pronta, passa o dia no sol, quando é à tardinha, peneira a goma toda, uma parte faz tapioca e a outra parte bota para secar e torrar, pronto, está feita a farinha. A comida desse povo todo é feita por uma cozinheira (D. H. 32a, São Felipe, 2004).*

De acordo com o depoimento, na produção da farinha de mandioca, há uma divisão de trabalho que reúne vizinho e parente. É comum a presença de adultos no desenvolvimento das atividades, mas

também velhos e crianças participam da farinhada. Entre o plantio e a colheita decorre em média de seis a doze meses. As famílias se preparam para a produção da farinha, negociando com o grupo os dias de trabalho que serão trocados, pois, se iniciado o preparo do produto, não há como parar sua fabricação. Daí ser “regra de todos”, o fato de

*se o dia é do coletivo e o agricultor está na farinhada, ele fica para dá o dia dele depois (Sr. G. 57a. Cauassu, 2003).*

Todo esse trabalho realizado entre vizinhos que, também, são parentes, é permeado pela descontração nas conversas. A retribuição é posta entre a família que recebeu e aquela que ajudou, seguindo o critério da troca de dias de serviço.

A casa de farinha é um equipamento da comunidade onde ocorre a prática de ajuda mútua com a troca de dias de serviço. A farinhada é praticada pelos assentados e as comunidades vizinhas. Assim, a casa de farinha, vez por outra, é alugada para pessoas de fora, gerando renda em dinheiro ou em produtos para o assentamento.

*Quando a casa de farinha está parada, a gente aluga. Eles pagam uma taxa com 30 quilos de farinha. Trinta quilos eu acho que é um pouco exagerado. Porque 30 quilos de farinha vale em torno de R\$ 10 (dez reais). Mas, é justo porque para os de fora é 30 quilos e os sócios pagam 15 quilos. A gente junta os quilos de farinha e vende para pagar a energia consumida, é comprado giranda, é comprado prato, bacia, colher, vaso para botar água, balde, cangalha, comida dos animais, caçua, ajeita as carroça. É para isso que serve a renda da casa de farinha (Sr. M. 48a. Ana Veríssimo, 2002).*

No geral, quem aluga as casas de farinha são famílias de pequenos produtores interessadas na produção da farinha de mandioca. Assim, há uma preocupação por parte dos assentados em não explorar os “de fora”, que, também, são camponeses.

O aluguel da casa de farinha tem sido uma forma de conseguir produtos para o grupo, que são transformados em dinheiro, para cobrir despesas que ocorrem com o desgaste do material utilizado no assentamento e, sobretudo, na própria casa de farinha. Nessas fabriquetas, aos poucos modernizadas, a introdução de máquinas não reduziu a necessidade de braços no trabalho de produção da farinha de mandioca.

Tal qual acontece com os camponeses no Sul do país, estudados por Santos (1984), a prática de ajuda mútua que ocorre nos assentamentos estudados no Ceará cobre uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir somente com o trabalho familiar, e, muito menos, com o assalariado. No Nordeste, a prática de ajuda mútua tem sido fundamental para a reprodução da unidade familiar, ocorrendo frequentemente nos assentamentos devido à alternância no ciclo da mandioca entre as famílias.

### **O uso individual (familiar) da terra**

O uso individual (familiar) da terra ocorre motivado pelo uso da força de trabalho familiar. A importância do trabalho familiar na unidade de consumo e produção camponesa é um elemento que vem sendo alertado há pelo menos um século de história. Shanin (1983, p. 278), ao estudar o campesinato russo do final do século XIX e início do século XX, afirmou “la exploración familiar es la unidad básica de propiedad, producción, consumo y vida social campesinas”. Essa análise trouxe elementos que servem de explicação para o campesinato do sertão nordestino brasileiro, na medida em que ele é entendido como uma classe social presente na sociedade moderna.

Nos assentamentos estudados, a unidade de consumo e produção camponesa se projeta no trabalho familiar. Um trabalho, que, também, é de todos e onde os membros da família possuem uma importância ímbar.

*Trabalha só eu e os meus dois filhos. Mas, dá para gente dar de conta, porque o animal ajuda a gente a cultivar e fica mais fácil. Pelo menos um animal faz o serviço de dez homens em um dia. Aí, fica só uns matinhos no campo livre e a gente dá conta (Sr. A. 72a. Juá, 2002).*

Esse relato aponta para a compreensão de um uso individual na terra alimentado pelo trabalho familiar. O chefe da família, juntamente com os filhos, aparece como a força de trabalho que mantém a unidade de consumo e produção camponesa. As mulheres aparecem como uma espécie de reserva de mão de obra familiar. O espaço de uso individual (familiar) da terra é assumido de fato por toda a família. Daí, o individual ser familiar.

Santos (1984), ao analisar o conjunto de elementos caracterizadores da produção camponesa no Sul do Brasil, apontou particularmente para o fato de que, ao ser envolvida pelo processo de produção em cooperação, a família camponesa incorpora o trabalho na figura do trabalhador. Cada pessoa da família camponesa desempenha uma atividade de acordo com a necessidade do momento, e esse familiar é uma forma mais simples de trabalho de todos. Foi nessa direção, que o autor, amparado em Marx, afirmou ser a família camponesa um “trabalhador coletivo”.

Ao estudar o campesinato russo, Chayanov (1974, p. 48) indicou pistas para pensar a relação do trabalho da família e sua influência na comunidade. Para ele,

la composición de la familia ejercerán su influencia en la organización de la unidade económica, no sólo cuantitativa sino también cualitativamente. [...] para el campesino el concepto de la familia incluye a las personas que comen siempre en la misma mesa o que han comido de la misma olla.

Assim, pensar o trabalho familiar na comunidade é entender o conjunto de relações de vizinhança que fazem uso da linguagem

de parentesco presente na organização camponesa. Nos assentamentos estudados, a lógica de parentesco informa e organiza o trabalho na unidade de produção camponesa. O vizinho é quase um parente, muitas vezes o compadre, isso quando não é irmão ou primo. Considerando que a família se relaciona com o trabalho desde o núcleo familiar estrito, essa cooperação de pai e filhos se estende para a comunidade.

Conforme Godoi (1999, p. 73), entre as comunidades rurais no sertão do Piauí, o “parentesco é revestido de laços de reciprocidade e caracterizado por uma diversidade de obrigações para com os vizinhos que são também parentes”.

Entre os assentados da “reforma agrária de mercado”, para Oliveira (2015), foi a partir da linguagem de parentesco que se formou um forte laço de solidariedade camponesa.

A explicação camponesa sobre a organização da produção e o uso da terra no assentamento mostrou o uso individual (familiar) da terra, sinalizando para a importância do trabalho familiar em consórcio com o trabalho coletivo, ocorrendo na unidade de consumo e produção camponesa.

*Sr. V.: – A divisão básica para o uso da terra são as áreas coletivas: coqueiro irrigado, coqueiro de sequeiro, também, tem área de cajueiro e mangueira irrigados. De certo para o individual tem a vazante. A vazante se divide em pequenas porções de áreas individuais. E além da vazante tem, para uso individual, a área entre os coqueiros sequeiro e irrigado e quando não pode mais, a gente abandona e parte para outro canto, parte para área de mata. Porque no coqueiro, a gente só planta para zelar do coqueiro, quando chega ali com dois ou três anos, ele já não dá mais para plantar mandioca, milho e feijão. Porque ele cresce e faz sombra. Na área irrigada com três anos eles [os coqueiros] já não dá para plantar mais. Na área de sequeiro ele, ainda, dá alguns anos, dá para plantar até de oito a dez anos, não em todos os trechos mas na maioria. Nosso coqueiro irrigado é oito e*

*meio por oito e meio – triangular, em média de 132 plantas por hectares, aí ele fecha ligeiro demais. Quando está com dois anos, ele já está vingando coco. Nós temos área aí que, com dois anos, já abandonamos. Já não dá mais para plantar mandioca, milho e feijão [individual (familiar)]. Fica cuidando só dos coqueiro [coletivo], é uma pena ninguém poder plantar, porque aí de qualquer maneira a gente tem que cuidar dos coqueiro sempre. Cuida perdido, porque não pode plantar consorciado. Quando a gente planta dentro do coqueiro, a gente está aproveitando, limpando o coqueiro e aproveitando a mandioca, o milho e o feijão – consorciado. Mas, quando o coqueiro cresce, aí a gente não pode mais consorciar planta nenhuma, só ele mesmo. Tanto eles [os coqueiros] como a mangueira, como o cajueiro quando cresce não dá mais para consorciar.*

O camponês chama atenção para o uso individual (familiar) que ocorre nas áreas de vazante e nas “tiras dos coqueirais”, onde as plantas de uso doméstico são cultivadas no espaço deixado entre um coqueiro e outro. É uma parceria possível por um tempo determinado pelo crescimento dos coqueiros.

Com relação ao uso das “terras de vazante” o camponês acrescenta.

*Por exemplo, essa terra aqui, 60% dela é área de baixa. Ela é vazante. E o que é vazante? Vazante é uma área que todo tempo que você quiser plantar ela dá planta, todo tempo. Sem precisar irrigar, ela dá planta por natureza. Por exemplo a cana, o capim, a bananeira, nós temos elas aí direto de inverno a verão. Que haja seca ou que haja chuva, ela não depende, ela sobrevive. Porque elas estão numa área fértil, todo tempo molhada. Nessa área de vazante nós temos diretamente a cana, o capim e a bananeira em alguns trechos. Em outros trechos nós plantamos, somente do mês de abril ao mês de agosto, quando nós plantamos batata, feijão, milho, melão, melancia, cebola, tomate, pimentão, mandioca [individual (fa-*

miliar)]. *Essas plantas nós temos que tirar logo que chover, porque quando chove, cria água (Sr. V. 48a. Cauassu, 2003).*

O depoimento revelou o consórcio existente entre a produção individual (familiar) e a coletiva. Revelou, ainda, a produção do espaço das “lavouras de vazante” com cultivos do individual (familiar), como a batata-doce, o feijão, o milho, o melão, a melancia, a cebola, o tomate, o pimentão e a mandioca, formando a chamada “safra de vazante”, e o capim, a cana-de-açúcar e a bananeira, mantidas permanentemente a partir da técnica de canteiros, e o espaço das lavouras de sequeiro com o milho, a mandioca e o feijão, cultivados em sistema consorciado com as atividades coletivas dos coqueiros, cajueiros e mangueiras, formando, assim, a “safra de sequeiro”. Nesses casos, o espaço de uso individual (familiar) adentrou o espaço de uso coletivo.

O trabalho individual (familiar) também ocorre no espaço considerado reserva de mata, chamado, ainda, de “área de destoca” ou “área de raleação”. O trabalho de tirar lenha do mato é trabalho individual (familiar), e ocorre nas “terras soltas”. O trabalho com a retirada de madeira seca para a serraria acontece como uma prática complementar dos rendimentos familiares, conforme a explicação camponesa.

*A gente tira a lenha do mato, rolo de madeira. O rolo de madeira é aquela madeira seca que só serve para fazer a tábua. Ai a gente aproveita aquela madeira seca, para vender na serraria lá em Canindé. O tamanho dela varia, tem de dois metros, de metro, um metro e meio e de meio metro. É um aproveitamento, porque se a gente não cortasse aquela madeira seria perdida porque ela está seca e apodrece aí se acaba e nada. E a gente aproveita ela para não perder (Sr. A. 27a. Santa Rita, 2002).*

Assim, a prática de “rolar madeira” no mato, longe de ser uma prática de desmatamento, aparece como uma forma de aproveitamento da madeira seca presente nas áreas de mata nativa.

Como no sertão do Piauí relatado por Godoi (1999), esse trabalho ocorre entre famílias com poucas condições de fazer a roça. Daí, algumas vezes, a retirada de madeira ser a única opção de trabalho que possibilita condições para o suprimento das necessidades da unidade camponesa.

*Só para se ter ideia, esse ano [2001] não fez uma saca de milho. Algumas famílias desistiram do assentamento por causa das dificuldades de alimentação. Não tem comida, nem leite para as crianças. E, a gente está vivendo da madeira e do arrendamento da carnaúba (Sr. E. 25a. Campos do Jordão, 2001).*

Já a prática de “rolar a madeira” nos roçados é uma atividade cotidiana no processo de plantio e de limpeza dos roçados ou das capoeiras no trabalho individual (familiar).

*A gente pode vir a rolar madeira da seguinte forma. Quando tem o roçado para plantar, primeiro tem que brocar o mato, a gente desgalha o pau e aí o fogo vem, queima os garranchos e o chão fica, assim, escuro. Depois do fogo, a gente vai e corta o pau, aí depois tira a madeira daquele terreno todo para fora e quando chove planta o feijão, milho e a mandioca. Então, a gente fala que vai queimar o roçado e rolar madeira. A madeira (pau-fino) é para vender. Fica só os tocos no terreno. Aí a gente planta, faz a limpa e quando chega o tempo de tirar a roça, aquele toco já está todo verde. Aí, ele brota todo de novo – a gente chama de capoeira (Sr. Antônio, 48a. São Felipe, 2003).*

Na preparação do roçado, a prática de queimar a terra e de cortar a madeira é uma atividade individual (familiar) que se realiza a cada período de plantio nos lotes individuais. A madeira rolada tem sido vendida para serrarias e fornos de padaria e também é utilizada no consumo diário das famílias, em casa, no fogão à lenha, ou na casa de farinha, além de ser útil no conserto das cercas no assenta-

mento. O dinheiro adquirido com a venda da madeira, também, serve para a compra de mercadorias de consumo da família camponesa.

Em outros assentamentos, o espaço de uso individual (familiar) apareceu aliado a cultivos alimentícios voltados, basicamente, para o consumo doméstico. Para o grupo é preciso cercar para separar as lavouras dos animais.

*Grupo: – Aqui tem cerca fazendo roda por todo canto. Essas cercas separam os animais dos legumes. O que são cercados são os legumes. Onde você vai plantar, onde você vai criar um animal você passa a cerca, para ele não entrar nos legumes nem sair. Ai fica tudo cercado.*

*As plantas do coletivo e do individual ficam separadas. Áreas separadas. Milho no coletivo e no individual milho, feijão e fava. E quem pode mais planta capim, bananeira, canteiro de verduras, batata-doce. Quem pode plantar outras coisa, planta (Camponeses, Feijão, 2003).*

*Sr. A.: – No coletivo é só coletivo: milho, capim e planta para forragem. Ai, nas “baixa”, também, planta milho e capim, mas é individual, para nós mesmo. Para cada qual dar de comer para os bichos que a gente tem. Agora o coletivo é para todos. No individual, planta cana, feijão, milho, mandioca, planta tudo no mundo. O milho e o capim são plantados tanto no individual como no coletivo. Porque o individual a gente pode ir quebrando para comer e o outro [coletivo] ninguém pode, só pode quando colher tudo, não reparte, ninguém bole. No individual a gente vai comendo logo, se a gente quiser vender, a gente pode vender. E o outro [coletivo] a gente não pode vender, só quando parte. A história do agricultor é essa só sabe plantar milho e feijão. Agora a gente está plantando só mais, nas “terras baixa”. As “terras do alto” é para pastagem (Sr. A. 72a. Juá, 2003).*

Nos casos relatados, os camponeses nos revelam que o uso individual (familiar) na terra se divide no espaço de lavouras em

“terras de baixa” e no espaço de pastagem em “terras do alto”. No primeiro, espaço de lavouras em “terras de baixa”, o cultivo do milho, feijão, fava, mandioca, bananeira, canteiro de verduras, batata-doce, capim e cana-de-açúcar formam as denominadas “lavouras de baixa”. A fertilidade dos solos e a presença de animais criados soltos nos assentamentos fazem do espaço das “lavouras de baixa” um espaço cercado, diferente do espaço de pastagem onde ocorrem as “terras soltas”.

No segundo, espaço da pastagem em “terras do alto”, o uso individual (familiar) apareceu em meio às terras de uso comum. Nessas, dentre os animais encontrados, foi frequente a presença do gado bovino, das criações (bode, ovelha), do cavalo, do porco, do jumento e do burro. Ao longo dessas terras denominadas “soltas para pastagem”, encontrei, também a mata nativa composta pela caatinga com sua diversidade florística, o marmeleiro, a jurema, o sabiá, o pau-branco, o pereiro, a aroeira, o juazeiro, os cactos, o cumaru e a imburana.

Nos assentamentos Juá, Feijão, Santa Rita e Campos do Jordão, o uso individual (familiar) na terra apresentou também os conceitos de “lavoura em terras de baixa” e “pastagem em terras do alto”. As denominações “baixa”, “crôa”, “altos”, “capoeira”, aparecem como uma linguagem peculiar da agricultura camponesa feita nas áreas de pediplanos sertanejos, onde a geomorfologia do terreno e os elementos naturais – água, solo e vegetação – têm relação direta com a utilização da terra. As “lavouras em terras de baixa”, também conhecidas como “agricultura de vazante”, e as “lavouras em terras do alto”, ou áreas de capoeira, são atividades produtivas que ocorrem em terrenos que combinam solos diferentes.

Na explicação do camponês sobre a diferença entre as “terras de baixa” e as “terras do alto”, ele revelou o movimento do terreno e a influência do relevo nas condições dos solos.

*Ave Maria, é diferença muita. Na “baixa”, tudo é verde e, no alto, tudo é seco. A “baixa” é plana, tem mais facilidade de tra-*

*balhar. O “alto” é cheio de pedra, carrasco, é seco. A “baixa” é mais molhado. A “baixa” é 100%. No “inverno”, mesmo sendo o “inverno fraco”, na “baixa” dá planta e nos “alto” não (Sr. J. 41a. Feijão, 2003).*

As “terras da baixa”, também conhecidas como “baixa”, “crôa” ou “área de várzea”, são terras localizadas nas áreas de inundação dos rios – áreas de várzea –, onde pode haver o domínio do solonetz solodizado ou do regossolo, solos que permitem acumulação de água na maior parte do ano. Por serem áreas mais rebaixadas, quando ocorrem as chuvas, o material mineral de menor textura é carreado para essas áreas, formando um material arenoso e rico em nutrientes para as plantas. Por conter o lençol freático raso, essas terras são mais úmidas que as outras e também mais ricas em termos de fertilidade natural.

O contrário são as “terras do alto”, também conhecidas por “alto”, “área de capoeira”. Nessas terras há o domínio dos solos litólicos, solos rasos e pedregosos com afloramento de rocha sob a vegetação de caatinga. O relevo suavemente ondulado contribui para uma maior suscetibilidade à erosão. Por outro lado, a caatinga, que deveria proteger o solo, perde as folhas e, com as chuvas, sem as folhas, a erosão é maior. A deficiência de água na área poderia também ser considerada um fator de impedimento de maior uso desses solos.

Nos assentamentos Cauassu, São Felipe, Almécegas e Ana Veríssimo as expressões “lavouras de vazante” e “lavouras de sequeiro” são denominações típicas da linguagem utilizada na agricultura feita na planície litorânea. Na explicação de uma camponesa sobre a diferença dos solos, ela apontou a razão de ser nos tipos de terrenos presentes no interior do assentamento.

*No córrego fica as “terras de baixa” (um terreno argiloso) onde pode plantar feijão, batateira [batata-doce]. Na área depois dos coqueiros novos, ficam as “terra do alto”, área de capoeira. Área de capoeira (terra alta), área da beira do córrego (terra baixa). A diferença é o ter-*

*reno. Porque na “baixa” o terreno é argiloso, é brejado. E lá na “capoeira” o terreno não é brejado, é um terreno, assim, seco. Terreno arenoso que precisa de adubo e muita água (D. S. 56a. São Felipe, 2003).*

Esse depoimento revelou a presença, no assentamento, das “terras de baixa”, também chamadas de “área da beira do córrego” ou “terras de vazante”, e das “terras do alto”, áreas de sequeiro ou de capoeira. Nas primeiras, a concentração das chuvas nos primeiros meses do ano, de janeiro a junho, denominado período chuvoso, regionalmente chamado de “inverno”, juntamente com o afloramento do lençol freático, contribui para o encharcamento das terras, ricas em solo areno-argiloso, deixando-as com o aspecto de brejo. Daí também serem conhecidas como terrenos brejados. No restante do ano, período seco, há deficiência de água. O contrário ocorre nas “terras do alto” ou “áreas de sequeiro”, com seus terrenos arenosos e secos compostos de solos podzólico vermelho-amarelo distrófico, de baixa fertilidade natural, porém em conjunto com o relevo plano, torna a mecanização possível nessa área.

As características físicas revelaram ambientes distintos que existem simultaneamente no campo cearense. O primeiro, caracterizado pela área de pediplanos sertanejos, representando o município de Canindé, e o segundo caracterizado pela área da planície litorânea, com ocorrência no município de Acaraú. Tais compartimentações da natureza são fundamentais na relação dos camponeses com as diferentes formas de uso da terra, relações que passam pelo respeito aos limites e à valorização, culturalmente estabelecida, das potencialidades de cada ambiente.

Assim, o uso individual (familiar) está configurado em espaços de lavoura e de pastagem. O trabalho familiar, presente em sua plenitude, leva a crer que a unidade camponesa tende a optar pela diversidade de cultivos e criações como uma estratégia de reprodução,

*mesmo que seja um pouquinho de cada para não faltar tudo de vez (D. M. 54a. Feijão, 2002).*

Enfim, foi possível compreender o uso comum, o uso coletivo, a prática de ajuda mútua e o uso individual (familiar) como formas de uso da terra que têm se constituído na base da luta pela posse da terra camponesa no sertão nordestino. Uma batalha travada entre a terra de trabalho contra a terra de exploração do trabalho alheio.

Para Martins (1986), as muitas e variadas experiências de resistência e de organização dos camponeses na produção só podem ser entendidas como tentativas de encontrar um caminho que organize a exclusão econômica e política do trabalhador rural, como força e não como fraqueza, e que a organize em torno daquilo que constitui o cerne da sua práxis, que é o trabalho.

As experiências de resistência e organização discutidas no sertão do Ceará são formas de uso, e trabalho, da terra, e na terra, que precisam ser mantidas por causa das virtudes essenciais construídas. Primeiro, porque a agricultura camponesa tem passado por um enaltecimento na região. Segundo, porque a família camponesa tem encontrado uma vida de trabalho com autonomia e regularidade, o que tem permitido sua recriação social. E terceiro, porque a utopia camponesa tem permitido acreditar que a vida sonhada, muitas vezes, tem se realizado na parcela camponesa do território.

De acordo com as formas de uso da terra mencionadas, as diversas atividades e estratégias desenvolvidas para a sobrevivência dos grupos assentados assumem articulações diferenciadas. Ao tomar como referência os arranjos encontrados, foram constatados casos que indicam a existência dessas formas de uso da terra conjugadas atuando no sentido de manter a reprodução da unidade de consumo e produção camponesa.

Em síntese, as características dos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Cauassu, São Felipe, Campos do Jordão, Feijão, Juá e Santa Rita em quase nada os diferenciam de um programa de reforma agrária, via desapropriação de terras feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Porém, há componentes que refletem a política de compra e venda de terras no mercado.

O primeiro é a constituição dos assentamentos em terras produtivas. Como visto anteriormente, na reforma agrária, terras produtivas não podem ser desapropriadas. No caso da reforma agrária de mercado, isso aconteceu, favorecendo os proprietários de terra rentistas.

O segundo é a forma compulsória como se deu a constituição da associação e do trabalho coletivo. Forma de trabalho imposta que, aos poucos e com muitos conflitos, tem vingado nos assentamentos de forma mista, isto é, agregando coletivo e individual (familiar). A intervenção do Estado no processo produtivo existe na forma compulsória como está posto o trabalho coletivo. E essa é uma especificidade dos assentamentos da reforma agrária de mercado que dificilmente conseguirá se firmar sem conflitos.

Tem sido um trabalho coletivo diferente, portanto, do ocorrido nos campos comunitários do assentamento Maceió no Ceará, pontuados por Rodrigues (1994), que nasceu na luta pela terra e foi fortalecido pelo trabalho de evangelização da Igreja Católica, através das comissões eclesiais de base com alianças políticas e estratégias de sobrevivência. Ou ainda do projeto cooperativista implementado pelo MST no assentamento Promissão em São Paulo, apresentado por Simonetti (1999). Projeto construído pelo MST e pelos camponeses no processo de luta pela terra e pela reforma agrária e que teve como objetivo a produção e cooperação coletivizadas. A cooperativa nasceu em 1992, com um grande número de famílias e findou dois anos depois, por causa da divisão dos resultados da produção terem sido distribuídos aos associados de acordo com as horas de trabalho. E, também, diferente das tentativas de experiências com trabalho coletivo entre os camponeses dos assentamentos Retiro e Velha em Goiás, revelados por Marques (2000), que, devido a problemas de ordem administrativa, não conseguiram vingar.

O trabalho coletivo nos assentamentos da reforma agrária de mercado tem sido uma forma de intervenção do Estado em parceria com o Banco Mundial, que tem imposto relações de produção

alheias ao campesinato, visando unicamente a apropriação da renda capitalizada da terra para o pagamento da terra.

A coletivização do trabalho na terra, para esses camponeses, está atravessada pelo controle à liberdade e pela obrigação do trabalho. Essas relações remetem ao tempo do cativo, hoje aparentemente superado com a liberdade no trabalho familiar e a posse da terra. Portanto, uma vez mais, o campesinato demonstra sua capacidade de se adequar às mais variadas situações que lhes são impostas, sem perder sua dignidade expressa em uma lógica de vida própria – a camponesa.

Outra especificidade dos assentamentos da reforma agrária de mercado é a compra e o pagamento da terra. Sobre isso, em um programa de reforma agrária, o tempo de retorno do assentamento é muito mais longo, dez, vinte anos a serem negociados com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. No caso dos assentamentos estudados esse tempo foi reduzido para três e quatro anos, teoricamente, sem negociação com o banco financiador.

Assim, a constituição dos assentamentos em terras produtivas, a forma compulsória da associação e do trabalho coletivo e a questão da compra e do pagamento da terra são especificidades presentes nos assentamentos pesquisados que ocorrem como reflexo de uma política de contrarreforma agrária.

No debate sobre o uso comum da terra, uso coletivo, prática de ajuda mútua e uso individual (familiar) em assentamentos da reforma agrária de mercado no Ceará, foi possível identificar que os assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe possuem nas unidades de consumo e produção camponesas atividades apoiadas no trabalho familiar. Essas atividades ocorrem sem a preocupação de vender sua força de trabalho, tampouco de comprar a de terceiros, a não ser esporadicamente. As unidades familiares se apropriam da terra, com todos os recursos naturais nela entranhados, combinando as áreas onde ocorrem diferentes formas de apropriação das riquezas produzidas: a apropriação familiar, representada pelas lavouras do in-

dividual (familiar) e pela área do quintal da casa de moradia, a área de apropriação comum, representada pelo uso das “terras soltas” e das “mangas”, e a área de apropriação coletiva, com as lavouras e criações do coletivo.

Essas formas de produção e apropriação têm gerado relações próprias de direitos e deveres como a livre escolha do local para a formação de lote, a obrigação do coletivo, ou ainda o acesso e usufruto das “terras soltas” e das “mangas”. Mesmo assim, o trabalho investido em uma dada área não implica a aquisição de direitos particulares de propriedade em caráter definitivo.

No período de cultivo das lavouras do individual (familiar) cada família se organiza para escolher o local mais apropriado para seu roçado. No caso dos assentamentos onde ocorre a criação de animais soltos, existem as cercas que protegem as diversas lavouras do individual (familiar), dispostas de forma contígua dentro de um grande cercado. Essas lavouras cultivadas são chamadas de roçados do individual. E são justificadas pela possibilidade de o camponês colher o alimento quando quiser, não depender da permissão da turma.

No coletivo, as famílias se organizam em grupos para escolher a melhor área para as lavouras e para a pastagem. Esses cultivos e criações são chamados de roçados do coletivo e criações do coletivo ou, ainda, apenas área do coletivo. Essa área se justifica pela necessidade de manter os “projetos produtivos” dentro do assentamento. A distribuição das riquezas produzidas por essas atividades, mantidas pelo trabalho coletivo, são divididas pelo tempo de trabalho de cada membro envolvido, apropriadas coletivamente pelos camponeses assentados.

A autonomia dos grupos camponeses se manifesta do ponto de vista do controle dos meios de produção e do processo de trabalho, mas também algumas vezes, na comercialização dos produtos, quando eles podem escolher para quem vender seus produtos. De uma maneira geral, a subordinação dos grupos ocorre no momento da comercialização com o intermediário da produção, na existência

de uma dívida com o banco e, ainda, na compra das mercadorias de que necessitam no dia a dia.

Um traço marcante das regras de uso da terra e da lógica que organiza a produção desses camponeses são as expressões da linguagem: terras de uso comum, terras do individual e terras do coletivo. O significado dessas expressões pode ser visto no não parcelamento do assentamento em lotes individualizados, o que permite às unidades familiares a livre escolha de onde trabalhar o seu roçado.

Em resumo, o assentamento como parcela camponesa do território indica uma categoria que abarca um conjunto de articulações com diferentes formas de usos e distribuições e apropriações da terra, que se definem na relação família, terra e trabalho, sendo a liberdade parte constitutiva desse componente. A razão dessa relação está no sustento da vida camponesa. Um sustento que se define tanto na garantia do pão de cada dia como na recriação da ética e da moral camponesa.



## A UNIDADE CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

### A unidade de consumo e produção camponesa

A unidade camponesa nos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Cauassu, Campos do Jordão, Feijão, Juá, São Felipe e Santa Rita têm sua base na relação casa e roçados (individual-familiar e coletivo). A casa é concebida como o lugar do consumo, da recreação familiar, e o roçado como o lugar da produção, do trabalho familiar.

De acordo com Heredia (1979), ao estudar os pequenos produtores na zona da mata pernambucana, a unidade camponesa contém a especificidade de ser, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, porque os membros que a compõem estão ligados ao processo produtivo, mediante laços de parentesco.

Nos assentamentos em estudo, essa especificidade se revela no cotidiano do trabalho feminino (mulheres e meninas) na casa, e no trabalho masculino (homens e filhos) nos lotes.

Para Chayanov (1974), a economia camponesa se assenta no balanço consumo familiar *versus* exploração da força de trabalho. Assim, a relação trabalho *versus* consumo passa pela satisfação das necessidades familiares, que tem como limite a sobrevivência. Desse

modo, a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades, diferente, portanto, do que ocorre no processo de produção capitalista cujo objetivo sempre é a obtenção do lucro médio. Assim, é na base da estrutura interna do campesinato que se encontra a distinção entre produção camponesa e produção capitalista.

Oliveira (1990) apresentou essa distinção da seguinte forma. Na produção capitalista, estamos diante do movimento de circulação do capital na versão ampliada, no qual a circulação da mercadoria se faz na geração de lucro que deve ser apropriado para a riqueza do capitalista. Na produção camponesa, a forma simples de circulação das mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de obter meios para adquirir outras mercadorias necessárias à satisfação da família.

Desse modo, no trabalho familiar da unidade camponesa, parte da produção agrícola entra no consumo direto da família e, a outra parte, quando se forma, o excedente, pode vir a ser comercializada sob a forma de mercadoria. Configura-se, assim, uma unidade camponesa com atividades econômicas de origens não capitalistas, embora estejam subordinadas ao modo capitalista de produção.

Nos assentamentos em estudo, a relação de subordinação do trabalho camponês ocorre claramente na produção da farinha de mandioca, com o trabalho de ajuda mútua. Depois de fabricada, parte dessa farinha é estocada para o consumo familiar, o restante é comercializado para a compra de outras mercadorias não produzidas pelos camponeses. No processo de comercialização, o comprador, dono do mercadinho na cidade, geralmente, é um ex-patrão, que, juntamente com outros comerciantes da cidade, monopoliza o preço da farinha, praticamente, inviabilizando a concorrência na região.

Assim, como no assentamento Maceió, estudado por Rodrigues (1994) e nos assentamentos Retiro e Velha, analisados por Marques (2000), as famílias se organizam com base na estrutura da unidade de produção e com estratégias de recriação desenvolvidas pelo grupo doméstico.

A família é, por excelência, a base da constituição e reprodução social da unidade camponesa. São as relações estabelecidas entre família, terra, trabalho e liberdade que permitem a recriação

da cultura, das técnicas e da identidade camponesa. No caso das famílias assentadas em estudo, a posse da terra e a liberdade no trabalho e na vida formaram as condições necessárias para a recriação de práticas próprias do campesinato nordestino no processo de conquista da fração camponesa do território.

Cada casa é composta basicamente pela família nuclear (pais e filhos solteiros), excepcionalmente, os netos estão agregados. Quanto mais jovem o casal menos filhos costumam ter. Casais com mais idade costumam ter filhos maiores de 18 anos, que, em muitos casos, já estão casados e assumindo lotes individuais. Os filhos, quando casam, passam a compor um novo grupo familiar. A maioria dos chefes de família possui em média 35 anos, ou seja, são pais de família que assumiram o lote, muitas vezes, com filhos menores de dez anos. As crianças têm começado a trabalhar entre cinco e seis anos, ajudando em tarefas leves como o plantio. Para os pais essa é a idade de aprender a trabalhar, viver do campo.

A casa é dividida em salas, quartos, cozinha, banheiro e alpendre, e o espaço livre nos fundos é o quintal produtivo. Por serem resultados de investimentos da política, a maioria das casas se encontra em forma de agrovilas, outras se encontram dispersas, sem apresentar nenhuma ordem de disposição, com a distância entre elas, em média, de 300 metros. A falta de um centro no qual possam se agrupar é consequência do processo de constituição dos assentamentos.

Na organização interna da unidade camponesa, cada família, no cotidiano, se divide entre a casa e a parcela de terra que se destina ao cultivo dos roçados, nos lotes. A inserção de cada membro do grupo nas atividades desenvolvidas varia de acordo com sexo e a idade.

Moura (1978), ao estudar as regras de herança entre camponeses em Minas Gerais, apresentou como um ponto central de sua análise a diferenciação da esfera de trabalho quanto ao gênero e suas implicações. A mulher atua na casa – unidade de consumo – onde desempenha um papel complementar ao do homem, que atua no âmbito da unidade de produção. Tudo aquilo que se liga ao trato com a terra é atribuição do homem. Tudo o que se liga à preparação para o consumo do que esta terra produziu é atribuição da mulher.

Assim, o trabalho feminino (trabalho na casa) é radicalmente separado do trabalho masculino (trabalho na roça). Isso é considerado pela autora como uma regra de herança que tem como implicação a exclusão feminina da propriedade da terra.

Heredia (1979, p. 79) analisou entre os pequenos produtores de Pernambuco a ocorrência da oposição casa-roçado. Para a autora, o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no roçado ou na casa. São os produtos fornecidos pelo roçado que asseguram o consumo familiar que se materializa na casa. Consequentemente, é o roçado que dá condições de existência a casa como lugar de consumo. Nesse contexto, as atividades no roçado são consideradas trabalho pesado, em oposição às ligadas à casa, não reconhecidas como tal. “A oposição casa-roçado delimita a área do trabalho e não trabalho, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão”.

Nos assentamentos em estudo as relações de trabalho e gênero são fortemente marcadas pela separação trabalho feminino (casa e quintal) e trabalho masculino (roçado), no individual (familiar) e coletivo. Cabe às mulheres (mães e filhas) o cuidado com a casa varrer, limpar, espanar e fazer a comida, colocar os alimentos na mesa e servir aos homens, que passam o dia a serviço do roçado. Saem por volta das cinco da manhã retornam às onze e meia e voltam novamente depois das duas da tarde, retornando no final do dia. O trabalho feminino pode extrapolar o espaço da casa e ir para o da associação. Ao trabalhar na associação, a mulher dá o trabalho coletivo pela família, porque o coletivo deve ser dado por um dos membros da família.

A separação trabalho feminino e trabalho masculino é notória na ocupação dos espaços e na recriação da unidade camponesa. Uma herança da sociedade paternalista que vem sendo contestada na crescente participação política das mulheres na luta do dia a dia nos assentamentos.

Rodrigues (1994) verificou a unidade familiar organizando sua produção de duas formas: a “comunitária”, realizada nos “campos comunitários”, e a “individual”, que se realiza nos quintais e roçados. Nos “campos comunitários”, a produção cultivada pelo grupo é di-

vidida em partes iguais, de acordo com a quantidade de famílias que participam do trabalho. Os quintais como extensões das casas são, ao mesmo tempo, o local do lazer de crianças e adolescentes, e como extensões dos roçados, o local do trabalho masculino com o cultivo de milho, feijão e mandioca, além das fruteiras. Os roçados, normalmente localizados distantes das casas, ocupam qualquer lugar no assentamento, porque, devido à ausência da titulação individual da terra, não há impedimentos na escolha do lote para a preparação do roçado.

Nos assentamentos em estudo, cada grupo familiar se divide entre as tarefas da casa, na prática da farinha, no trabalho nos roçados e no cuidado com as criações. Existe uma separação espacial evidente entre a casa e os roçados. Mesmo nos casos em que há roçados próximos ao quintal, há sempre lotes com roçados em terras mais distantes.

Marques (1994), analisando a organização da produção camponesa em Ribeira na Paraíba, revelou sua base no sistema agrícola, formado pelo tripé pecuária, roçado e alho. De acordo com a autora, com base no calendário agrícola da região, o “inverno” ou estação chuvosa corresponde à época do trabalho no roçado. O “verão”, período de estiagem, é a época do cultivo do alho e dos cuidados com o rebanho. Nas unidades camponesas em Ribeira, esse tripé forma diferentes domínios: o da casa de moradia, o da lavoura e o da pecuária, que se encontram submetidos a diferentes regras de apropriação, porém sob o controle direto da unidade familiar.

As atividades nas unidades camponesas em estudo se organizam a partir de quatro itens: casa de moradia, roçados, casa de farinha e pecuária. O trabalho realizado nesses espaços pode ser configurado em diferentes modelos de uso da terra, denominados de litorâneo e sertanejo. A exemplo da comunidade em Ribeira, ambos estão submetidos a regras de trabalho e apropriação de domínio total da unidade familiar.

## **Usos da terra litorâneo e sertanejo**

A unidade camponesa nos assentamentos da “reforma agrária de mercado” é uma unidade de consumo e produção estruturada pela força

de trabalho familiar, possuidora dos meios de produção e de experiências que variam segundo influências de origem histórico-culturais, políticas, socioeconômicas e ambientais. Com base na lógica camponesa, as unidades familiares constituem usos da terra estritamente vinculados à região de moradia. Esses usos da terra litorâneos e sertanejos são entendidos como sendo a articulação de diferentes práticas e instrumentos da unidade de consumo e produção camponesa. No Ceará, as atividades agropecuárias estão intrinsecamente relacionadas ao ano agrícola do estado.

No Ceará, de um modo geral, o ano agrícola se define em dois períodos bem distintos o “inverno”, período chuvoso, que vai de dezembro a junho, e o “verão”, período de estiagem, que vai de julho a novembro. A organização da produção camponesa segue esse calendário, respeitando as especificidades das condições geoambientais do litoral e do sertão.

Nos assentamentos litorâneos, geralmente, é no mês de outubro que o camponês inicia a limpa nas “terras de várzea”. Ao mesmo tempo em que, nas “terras de sequeiro”, tem começado a segunda colheita do ano de mandioca, milho e feijão, e a quarta derruba do coco-da-baía do ano. Em novembro e dezembro há a continuidade do preparo e da limpa nas “terras de baixa” e a continuidade da colheita já iniciada. O mês de janeiro mantém o trabalho de limpa e começa o plantio de mandioca, milho e feijão do ano e, ocorre, ainda, a primeira derruba do coco. Em fevereiro, se mantém o trabalho da limpa e o plantio nas “terras de várzea”, e se inicia a adubação dos coqueiros. Em março, há só o trabalho de limpeza das várzeas. Em abril, ocorre a primeira colheita do feijão e milho, plantados no início do ano, e da mandioca, plantada no ano anterior. Há nesse mês a segunda derruba do coco, seguida da adubação que prossegue até maio. Ainda em maio e em junho, mantêm-se a limpa das “terras de várzea” e a colheita do roçado. Em julho, realiza-se a terceira derruba do coco-da-baía e o segundo plantio de milho, feijão e mandioca do ano. Em agosto, continua o plantio do roçado, e, em setembro, inicia-se a segunda colheita do ano de milho, feijão e mandioca, que prossegue até o mês de outubro, quando novamente se inicia o calendário agrícola. O Quadro 3 resume esse calendário.

Quadro 3 – Ceará: calendário agrícola no litoral

<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>
Início do tempo de brocar a terra e preparar as queimadas; Continua segunda colheita de mandioca, milho e feijão; Quarta derruba do coco-da-baía.	Tempo das queimadas e início da limpa nas “terras de várzea” e da colheita nas “terras de sequeiro”.	Início do plantio das “plantas de rama” melancia e jerimum.	Limpa nas “terras de várzea”; Começa o plantio da mandioca, milho e feijão. Primeira derruba do coco-da-baía.	Continua limpa nas “terras de várzea”; Inicia-se adubação dos coqueiros.	Continua limpa nas “terras de várzea”.
<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>
Continua limpa nas “terras de várzea”. Inicia-se a primeira colheita de feijão, e milho plantados no início do ano e da mandioca plantada no ano anterior. Segunda derruba do coco.	Continua limpa nas “terras de várzea” e colheita de milho, feijão e mandioca. Adubação dos coqueiros.	Continua limpa nas “terras de várzea” e colheita de milho, feijão e mandioca.	Terceira derruba de coco e segundo plantio de milho, feijão e mandioca.	Continua plantio de milho, feijão e mandioca.	Inicia-se segunda colheita do ano de milho, feijão e mandioca que prossegue no mês seguinte.

Fonte: Oliveira (2003).

O calendário agrícola no litoral se inicia em novembro com a limpa nas “terras de várzea”, que prossegue até junho. Os plantios ocorrem em janeiro e fevereiro, julho e agosto, contribuindo para que o ano agrícola ofereça duas colheitas. A primeira entre abril e junho e a segunda entre setembro e dezembro. As atividades de limpa, plantio e colheita estão atravessadas pelas quatro derrubas de coco-da-baía, que acontecem nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Todas essas atividades configuram um ano de muito trabalho nos assentamentos. No caso de ano de seca, os plantios dos roçados e as derrubas do coco-da-baía ficam completamente comprometidos.

No caso dos assentamentos sertanejos, o camponês normalmente começa a preparar as queimadas em novembro, prosseguindo até dezembro. Nesse mês, inicia-se a limpeza das “terras de baixa” e o plantio das “plantas de rama”. Em janeiro e fevereiro, a limpeza das “baixa” continua e há o início do plantio de milho e feijão, podendo haver colheita da mandioca, plantada no ano anterior. Em março, ocorrem as primeiras colheitas do milho e do feijão e o plantio da mandioca. Em abril e maio, continuam a limpa nas “baixa” e a colheita de milho, feijão e das “plantas de rama”, plantadas em dezembro. Nos meses de junho, julho, agosto e setembro o trabalho no roçado é a manutenção, com limpeza nas terras de baixa, e a colheita de milho, feijão e mandioca. O quadro em outubro se modifica com o reinício do calendário agrícola a partir da broca ou arranca do mato-fino para novamente se fazer a coivara. Esse calendário está resumido no *Quadro 4*.

Quadro 4 – Ceará: calendário agrícola no sertão

<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>
Início das queimadas.	Continua as queimadas e inicia-se a limpeza nas “terras de baixa” para o plantio das “plantas de rama”.	Continua a limpeza nas “terras de baixa”. Inicia-se o plantio de milho, feijão e a colheita da mandioca plantada no ano anterior.	Atividades anteriores se mantêm.	Primeiras colheitas do milho e feijão e plantio da mandioca.	Continua limpeza nas “baixa” e colheita de milho feijão e das “plantas de rama”.
<b>Mai</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>
Continua limpeza nas “baixa” e colheita de milho e feijão.	Continua limpeza nas “baixa” e colheita de milho e feijão.	Continua limpeza nas “baixa” e colheita de milho e feijão.	A limpeza nas “baixa” e a colheita de milho e feijão continua ficando cada vez mais escassa.	A limpeza nas “baixa” e a colheita de milho e feijão encerram-se.	Inicia-se a broca, arranca do pau-fino para novamente dar procedimento à coivara.

Fonte: Oliveira (2003).

O calendário agrícola do sertão tem seu início em outubro com o preparo da terra para os primeiros cultivos. A limpeza das terras de baixa prossegue por um longo período, que vai de novembro a setembro. O plantio, que ocorre somente uma vez no ano, entre janeiro e fevereiro, garante a colheita nos meses de março, agosto e setembro. Se o ano for de “inverno ruim” – seca –, a broca e a limpa só começam em janeiro, prosseguindo até março. Caso chegue o dia 19 desse mês e a chuva não apareça no sertão, a solução, de acordo com os camponeses, é esperar serviço nos programas do governo.

É importante ressaltar que os calendários agrícolas estão atravessados pelo calendário religioso, portanto, o respeito aos dias Santos, as experiências e simpatias para saber do “inverno” são práticas culturais que atravessam as atividades de produção agropecuária, como revela o depoimento que se segue.

*O dia oito de dezembro, uns dizem que é feriado, mais para mim é dia Santo. Porque é dia de Nossa Senhora da Conceição. Feriado que eu conheço é o do governo. Dia da República, Dia do Tiradentes, agora o dia dos Santos, como o dia 08 de dezembro que é a festa de Nossa Senhora da Conceição, dia 19 de março de São José e 13 de dezembro Santa Luzia, então, é o dia Santo chamado. A maior parte do pessoal respeita esses dias que, antigamente, era chamado dia Santo e hoje o pessoal quer falar de feriado. O dia 13 de dezembro é um dia onde os roçados já devem está todos queimados que quem quiser plantar sementes, planta no seco. Ai aquela semente aguenta debaixo do chão até o período de chover. Planta as “plantas de rama”, a melancia, o jerimum, o milho, o feijão no dia 13 de dezembro tudo isso pode plantar.*

*Quando é do dia 12 para o dia 13 de dezembro a gente pega, conforme os meses do “inverno”, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho são seis, seis pedrinhas de sal, pega e bota arrumadinhas na janela. Dizem que a gente reza uma salve-rainha e deixa lá. No outro dia, dizem que as pedras de sal correspondentes aos meses que forem bom de “inverno”, mais chuvoso, escorrem aquela água*

*que emenda umas nas outras. E as pedras de sal que correspondem aos meses que tiverem as chuvas menos, aí faz só molhar ali um pouquinho. Essa é uma experiência boa (D. S. 62a. São Felipe, 2004).*

O respeito ao calendário católico é parte da religiosidade camponesa e a realização de experiências para previsão do “inverno” são práticas culturais mantidas, sobretudo, pelos mais velhos. A experiência descrita é conhecida como “experiência do sal”, uma das mais respeitadas no saber popular. Conforme os camponeses, também há a “experiência das rolinhas”. Dizem que, quando as rolinhas fazem ninhos trepados, o “inverno” será bom, pode plantar nas “terras do alto”. Mas, se os ninhos estiverem no chão, o “inverno” será ruim, melhor plantar só nas “terras de baixa”. Quando o milho de cobra aflora e enche a espiga toda é “inverno” bom. Se, em dezembro, o camponês quebrar o cupim e dentro tiver formiga de asa, significa “inverno” bom – é a “experiência do cupim”.

As unidades camponesas nos assentamentos pesquisados se organizam em espaços articulados no processo de produção agrícola e em sua relação com a natureza, configurando usos da terra litorâneo e sertanejo, divididos, *grosso modo*, nos espaços de moradia, das lavouras, da casa de farinha e da pecuária.

O desenho espacial dos usos da terra litorâneo e sertanejo nas unidades camponesas pesquisadas está representado a partir de diferentes domínios. O uso de cada espaço tem suas raízes nas experiências anteriores no trabalho agropecuário, nas condições geoambientais e nas práticas desenvolvidas sob a condição de camponês assentado nesse programa específico, que, por um lado, está livre do cativo, da sujeição imposta pelo patrão, mas, por outro lado, encontra-se “obrigado” a trabalhar no coletivo. Nesse contexto, foi possível distinguir dois usos da terra, o litorâneo e o sertanejo, predominantes, que revelam seus domínios com suas respectivas divisões.

*Uso da terra litorâneo*

- 1) domínio da casa de moradia, formado pela casa e o quintal;
- 2) domínio das lavouras divide-se em plantas do individual (familiar) e plantas do coletivo;
- 3) domínio da casa de farinha;
- 4) domínio da pecuária.

*Uso da terra sertanejo*

- 1) domínio da casa de moradia, formado pela casa e o quintal;
- 2) domínio da pecuária corresponde ao pasto natural, espaço de “terras soltas”;
- 3) domínio das lavouras divide-se em plantas do individual (familiar) e plantas do coletivo.

A integração entre esses domínios de atividades agropecuárias está submetida a diferentes formas de apropriação da terra nos assentamentos. De maneira geral, a terra nos assentamentos é de propriedade comum da associação dos assentados, e o trabalho camponês tende a ser individual (familiar), coletivo e via prática de ajuda mútua, ocorrendo simultaneamente. Vale ressaltar que o trabalho coletivo é compulsório, porque está posto como aquele que vai gerar renda para o pagamento da terra.

O domínio da casa de moradia e da lavoura individual (familiar) se encontra sob controle direto da família camponesa. O domínio das lavouras coletivas controlado, sobretudo, pelos chefes-de-família, pode, também, ser assumido pela mulher e pelos filhos. O domínio da pecuária ocorre nas terras de uso comum ou terras de pastagem comunal. E, por fim, o domínio da casa de farinha aparece de forma expressiva, ganhando importância também para as comunidades de fora dos assentamentos.

Todas as formas de produção desenvolvidas possuem vínculos com a(s) unidade(s) de consumo e produção camponesa(s), organizadas nas frações do território conquistadas com os assentamentos rurais. Assim, a mesma terra, que, para o proprietário capitalista

rentista possuía valor de troca, foi instrumento de exploração do trabalho de parte desses camponeses, passou a ter valor de uso, a ser instrumento de organização, produção e vida camponesa. Isso tem dado resultados bem diferentes.

## Uso da Terra Litorâneo

### Domínio da casa de moradia

A disposição das casas em forma de agrovila é explicada pelo fato de a energia elétrica ter, a princípio, se restringido àquele trecho da estrada. Conforme dito antes, as casas possuem, em média, seis cômodos, distribuídos entre dois quartos, uma cozinha, uma sala, um banheiro e o alpendre. O tamanho e o limite da casa de moradia variam a depender do consenso entre os vizinhos.

Nos assentamentos pesquisados, as mulheres e crianças executam o trabalho na casa e no quintal produtivo. Esse trabalho compreende desde limpeza dos móveis e utensílios domésticos até o cozinhar e cuidar das pequenas criações, como galinha, porco, pato, peru. Os quintais não estão cercados e possuem atividades diversas, desde cultivos de fruteiras e hortas até criação de pequenos animais, muitas vezes, em cercadinhos. Mesmo não havendo a propriedade privada da terra, há a apropriação “privada” da casa de moradia com seu quintal.

O depoimento que segue revelou como têm se dado os limites de separação entre as casas de moradia de camponeses presentes no uso da terra litorâneo.

*Aqui não separou nada, ainda. Eu plantei desse pé de mamoeiro para cá. Aqui todos têm o respeito ao que cada um plantou. As mangueiras e os coqueiros velhos, que já estavam na terra, nós não respeitamos. As plantas que estavam na terra é de todos. Eles vêm e tiram o coco aqui na minha cozinha. Mas, as que eu plantei depois, eles respeitam. Aqui a gente respeita uns dos outros (Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

Nesse caso, as plantas, além de utilizadas no consumo familiar, têm a função de delimitar os quintais. O respeito a esses limites se dá via práticas costumeiras e aparecem como consenso entre os vizinhos. As plantas cultivadas são, na maioria, plantas de “fundo de quintal” para uso doméstico. O coco-da-baía é a mais usada por fornecer a água de coco verde. Porém, as fruteiras de um modo geral fazem parte das plantas de “fundo de quintal”, como muito bem foi posto no relato seguinte.

*Olhe ali no meu quintal eu tenho acerola, tenho manga, tenho banana, tenho abacaxi, tenho ananais, tenho tomate, tenho pimentão, tenho cebola, tenho a graviola, tenho a ata, tenho a goiaba, tenho saputi, milho, tenho o feijão, tenha a batata, tenho a goma, tenho a borra, tenho a farinha d'água, tenho a farinha branca, tenho a banana de diversas qualidades. Tudo eu tenho. Tenho a cana, tenho o capim, tenho a vaca, tenho o porco, tudo eu tenho. Até galinha de granja, agora eu estou com cem frango de galinha de granja (Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

Esse depoimento favorece uma interpretação da casa de moradia como sendo um espaço de trabalho individual (familiar), voltado, basicamente, para o uso doméstico, onde as lidas domésticas são da alçada feminina. A família camponesa cultivava fruteiras, verduras, legumes, plantas para forragem, todas aparecem como plantas de “fundo de quintal”. Mas, também, no quintal criam-se pequenos animais considerados criações de “fundo de quintal”. Cultivos e criações que servem, praticamente, só para o gasto da casa, mesmo.

### Domínio da casa de farinha

A casa de farinha é um equipamento comum dos assentados onde ocorre, com mais frequência, a prática de ajuda mútua via troca de serviço entre vizinhos.

A casa de farinha tem passado por uma modernização. Antigamente todo o equipamento era manual (a roda, a prensa) e feito com a madeira e a palha da carnaúba. Hoje, a maior parte do equipamento funciona à energia elétrica, embora poucas sejam as casas de farinha mecanizadas. Mesmo assim, não foi possível reduzir o número de mãos no trabalho da farinhada.

Na casa de farinha, também, ocorre a divisão do trabalho. No trabalho de produção da farinha de mandioca, para um hectare de mandioca, são necessários, no trabalho masculino, dois arrancadores, um preneiro, um forneiro e um cargueiro. E no trabalho feminino, quatro raspadeiras e uma cozinheira. No final, são dez pessoas para trabalhar em dois dias de farinhada.

As casas de farinha, nesses assentamentos, são espaços de uso comum da associação em que se reforçam as relações sociais, sendo um dos principais pontos de encontro, de bate-papo, de trabalho e aprendizagem. As casas de farinha funcionam o ano todo, embora o número de farinhadas aumente no “verão”.

### Domínio da pecuária

O domínio da pecuária tem pouca representatividade no uso da terra litorâneo. Embora haja uma diversidade de pequenas criações nas unidades camponesas, os animais de grande porte são raros e, quando ocorrem, são criados em cercados ou currais. A criação de pequenos animais é bastante desenvolvida nos assentamentos e são fundamentais no consumo alimentar diário de ovos e carne. Na unidade de produção e consumo familiar, os lugares, as formas e os tipos de criações se diferenciam no trabalho de uso da terra. Como se observa no quadro que segue.

Quadro 5 – Ceará: uso da terra litorâneo - principais criações

Criações	Lugar de criação		Formas de produção		Tipos de criação	
	curral	quintal	indiv. familiar	coletiva	subsistência	comercial
gado	+	-	x		x	
aves	-	+	x		x	

Fonte: Oliveira (2003).

Obs. : (+) criação intensiva; (-) criação menos intensiva; (x) criação exclusiva.

## Domínio das lavouras

De um modo geral, as lavouras se situam nas melhores terras próximas aos recursos hídricos, rios e cacimbões. Além das plantas cultivadas no roçado individual (familiar), no domínio das lavouras, encontram-se as plantas do coletivo.

A explicação do camponês sobre a razão da importância do lote individual (familiar) passa pela autonomia de plantar o alimento para o consumo familiar e pela liberdade de, em qualquer momento, poder pegar o alimento, como mostra o depoimento que segue.

*Agora você chegou quase em um ponto que muita gente quer. Porque nessa área aqui você planta o feijão, planta o milho, planta a roça, planta a batata-doce, planta o que você quiser plantar. Você faz o plantio de tomate, cebola, pimentão. Aí você tira água dali. Quando o feijão está maduro você vai e diz: “rapaz, hoje eu vou almoçar o feijão maduro”, não tem outro para dizer nada. Se tiver uma fruta, ananais ou banana, você tira e não tem quem diga nada. Fica uma área perto de casa, que você tem como ir buscar, sem ter que todo mundo ir junto. Aí aquela área é só sua, o que você fizer lá, de tudo, que você plantar, quando você sentir vontade de comer uma*

*fruta, você vai pega, leva, come, dá para alguém que você queira dar (Sr. A. 47a, Almecégas, 2003).*

O domínio das lavouras revelou diferenças nos lugares, nas formas e nos tipos de cultivos presentes no uso da terra litorâneo. Essa distribuição está resumida no Quadro 6.

Quadro 6 – Ceará: uso da terra litorâneo - principais cultivos

Cultivos	Lugar do cultivo		Formas de produção		Tipos de cultivos	
	roça	quintal	indiv. familiar	coletiva	subsistência	comercial
mandioca	+	-	+	-	+	-
milho	+	-	+	-	+	-
feijão	+	-	+	-	+	-
coco-da-baía	+	-	-	+		x
fruteiras		x	x		x	
verduras		x	x		x	

Fonte: Oliveira (2003).

Obs. : (+) cultivo intenso; (-) cultivo menos intenso; (x) cultivo exclusivo.

No caso do uso da terra litorâneo, os cultivos do roçado plantados no lote individual (familiar) são constituídos pelos legumes e pelas “plantas de rama”, melão, melancia, praticamente, para o consumo familiar e estão sob os cuidados do chefe da família. Assim como as plantas do coletivo, como o coqueiro, o cajueiro e a mangueira, produzidas para o mercado regional.

## Uso da terra sertanejo

### Domínio da casa de moradia

As casas, em alguns assentamentos, foram construídas próximas às estradas carroçáveis já existentes, dispendo-se em forma de agrovilas. Porém, houve assentados que optaram pela disposição das casas em diferentes pontos. Essa forma é vista como uma estratégia

para que todos possam cuidar do terreno e criar seus animais. De uma forma ou de outra, as casas são bem ventiladas e possuem a mesma divisão dos assentamentos do uso da terra litorâneo.

Nesses assentamentos, as mulheres executam o trabalho na casa, que envolve desde os afazeres domésticos até a alimentação dos animais criados no quintal produtivo. Os quintais estão cercados e possuem cultivo de frutas e hortas, além da criação de pequenos animais. Conforme já dito, as cercas são protetoras, como mostrou a camponesa.

*Aqui toda casa tem seu quintal cercado, todas têm. Para não deixar os bodes, as cabras e os jumentos entrar para comer. Para não deixar os bicho invadirem. Porque essa área que nós moramos, é uma “mangazinha”. Aí você, vem de viagem com o animal e não quer soltar para ele ir para longe, quer pegar ele de manhã cedo, aí solta ele nessa área das casas (d. Val, 22a, Santa Rita, 2002).*

As cercas nos quintais produtivos têm a mesma função posta nas “lavouras de baixa”, ou seja, proteger as plantas da invasão dos animais. Mesmo, no caso de assentamentos onde parte das casas se encontra dentro das “mangas”. Porém, a possibilidade de ter animais por perto leva ao cercamento dos quintais e, por vezes, das casas.

*E existem casas que são cercadas, por causa dos bichos soltos, para que eles não entrem dentro de casa (D. M. 58a, Juá, 2003).*

Nos quintais produtivos das casas de moradia, encontram-se, além do cultivo de fruteiras e canteiros de hortas, as plantas para forragem, a cana-de-açúcar e o capim elefante, como revelou o depoimento que segue.

*Tem bananeira, seriguela, urucum, cana, acerola, pé de mamoeiro e frutas para a nossa necessidade. Tudo a gente tem, aqui no quintal, só para o gasto da casa, mesmo. Tinha uns canteiros de verdura, mas eu fui inventar de criar umas galinhas, as galinhas acabaram, aí*

*pronto. Mas, nós [assentados] estamos com plano de plantar uns hectare de cana. Cana no 'verão' é melhor que o capim como comida para gado, porque ela é rica em ferro e proteína (Sr. A. 27a, Santa Rita, 2002).*

O domínio da casa de moradia apresentou a casa como um espaço de reprodução familiar e o quintal como lugar de criações e cultivos de fruteiras, hortas e plantas para forragem. Em ambos, o trabalho das mulheres e das meninas é fundamental na recreação da unidade familiar camponesa.

### Domínio da pecuária

O domínio da pecuária apresenta a diversidade de criações presentes nas unidades camponesas. A criação de animais de pequeno porte tem sido fundamental no sustento doméstico, sendo, portanto, uma forma de produção que tem favorecido a reprodução da unidade camponesa. Na unidade de consumo e produção familiar, os lugares, as formas e os tipos de criações se diferenciam no interior do uso da terra sertanejo. É o que se observa no Quadro 7.

Quadro 7 – Ceará: uso da terra sertanejo – principais criações

Criações	Lugar das criações			Formas de produções		Tipos de criações	
	curral	quintal	solto	indiv. familiar	coletiva	subsistência	comercial
gado	-	-	+	x		x	
cabra/ bode/carneiro	+	-	+	-	+	-	+
cavalo/ jumento/égua	-		+	+	-	x	
aves				x		x	
porco	-		+	x		x	

Fonte: Oliveira (2003).

Obs. : (+) criação intensiva; (-) criação menos intensiva; (x) criação exclusiva.

Os tipos de criações domésticas são bem diversificadas. O rebanho de gado leiteiro e as aves são acompanhados do rebanho de cabras, carneiros e bodes e, ainda, jumento, égua e cavalo. Boa parte desses animais é criada em “terras soltas”, diferente do que ocorre no litoral. A forma de produção que predomina é a produção individual (familiar). A exceção ocorre na criação de cabras, carneiros e bodes, que tem se firmado no interior dos assentamentos enquanto um projeto do conjunto.

Os projetos de caprinocultura têm sido introduzidos em alguns desses assentamentos através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A). Os caprinos apresentam maior resistência a períodos de seca e são mais vantajosos para a comercialização. Porém, a introdução desse rebanho tem requerido aumento da quantidade de forragem, nem sempre possível para esses assentados. Assim, mesmo com a possibilidade de comercialização dos caprinos, o tipo de criação que predomina é uma criação praticamente voltada para o uso da unidade familiar.

O gado, quando existe, permanece em “terras soltas”, constituídas de pastagem natural que servem de alimentação para o rebanho no “inverno” (período chuvoso). Nessas terras são criados gados solteiros, além de porcos, jumentos, cachorros e cabras. As vacas e os bezerros ficam em cercados próximos à casa de moradia.

O pasto natural é constituído de variedades de caatinga, plantas resistentes à seca, porém, de má qualidade. Para manter o rebanho bovino que, quando muito, se constitui de duas ou três cabeças de gado, a unidade camponesa cultiva plantas forrageiras como a palma, o capim elefante e a cana-de-açúcar. O restolho do roçado (milho, feijão e mandioca) é, também, utilizado como ração.

Godói (1999), ao analisar a reprodução camponesa no sertão do Piauí, revelou que muitas famílias que não possuem gado alugam seus pastos nos meses de agosto e setembro. Em troca do pasto alugado, elas ficam com o leite da vaca. Esse pasto não é necessariamente o capim, podendo ser a palha do milho e do feijão.

A exemplo dos camponeses no Piauí, nos assentamentos pesquisados, quando não se tem o gado, costuma-se pegar vacas

para criar em troca do leite para a alimentação familiar, relação conhecida como “a vaca pelo leite”, como bem relatou no depoimento o camponês.

*A gente pega a vaca para cuidar pelo leite. Fica com ela tirando o leite, quando aparta entrega e assim vai. Eu mesmo entreguei uma agora, semana passada. A gente tem a forragem, aí se não botar o animal para comer o vento carrega, quando chove apodrece, vira estrumo. Aí a gente arruma uma vaca bota para comer e fica tirando o leite (Sr. G. 37a, Campos do Jordão, 2002).*

Essa é uma relação, como dito antes, mantida entre os assentados e os “de fora”, médios e grandes proprietários de terras que não possuem pasto suficiente para alimentação do gado bovino.

### Domínio das lavouras

O domínio das lavouras do individual (familiar) e do coletivo possui uma importância fundamental na agricultura sertaneja, embora haja diferenças quanto ao tratamento dado a elas pelos camponeses. Assim como no uso da terra litorâneo, foi possível identificar uma sensível predileção pelos cultivos do individual (familiar). Isso acontece, porque, de acordo com o camponês,

*a gente sabe que é nosso e, assim, se interessa mais (sr. A., 72a, Juá, 2002).*

Nos assentamentos de uso da terra sertanejo, os lugares, as formas e os tipos de cultivos se diferenciam, como se observa no Quadro 8.

Quadro 8 – Ceará: uso da terra sertanejo - principais cultivos

Cultivos	Lugar do cultivo		Formas de produção		Tipos de cultivos	
	<i>roça</i>	<i>quintal</i>	<i>indiv. familiar</i>	<i>coletiva</i>	<i>subsistência</i>	<i>comercial</i>
mandioca	x		x		x	
milho	+	-	-	+	-	+
feijão	x		x		x	
cana-de-açúcar		x	x		x	
capim	-	+	-	+	-	+
fruteiras	x		x		x	
verduras	x		x		x	

Fonte: Oliveira (2003).

Obs.: (+) cultivo intenso; (-) cultivo menos intenso; (x) cultivo exclusivo.

As plantas do individual (familiar) cultivadas são de responsabilidade do chefe da família e se diversificam entre os legumes e a mandioca, além das plantas de forragem, como a palma e a cana-de-açúcar, produzidas, praticamente, para o consumo familiar e alimentação de animais. Frutas e verduras são plantadas em pequenos cercadinhos, compostos de cebolinha, coentro, tomate, pimentão, beterraba e repolho, quase sempre próximos aos lotes e distantes da casa, ficando sob os cuidados do filho mais novo. As mulheres se responsabilizam pelas criações nos fundos de quintais produtivos, embora possam ajudar nos cuidados das hortas. As plantas do coletivo são, basicamente, o milho e plantas de forragem, como o capim elefante, produzidas para os animais de engorda.

Nos assentamentos houve uma forte constituição do domínio da pastagem. As lavouras nas “terras de baixa” se encontram cercadas e os animais soltos. É comum o cercamento do leito dos rios intermitentes com a construção de grandes “mangas” para plantar as

conhecidas “lavouras de baixa”, constituídas, sobretudo pelo roçado feito no consórcio de feijão, milho e mandioca. Porém, é possível encontrar, ainda, cana-de-açúcar, capim elefante, palma, mamoeiro e bananeira.

Nos usos da terra litorâneo e sertanejo, o trabalho familiar orienta o consumo e a produção de animais e de lavouras. Embora haja a comercialização de criações (caprinos), de lavouras, como o coco-da-baía, ou de ambos, é o uso familiar que comanda o processo, uma vez que a venda é destinada à obtenção de outras mercadorias, também, necessárias à reprodução da unidade camponesa, como o pão, o sal, o açúcar, o óleo, em alguns casos, a farinha de mandioca e a rapadura. Assim, a produção comercial acontece tendo por base a lógica de uso familiar, não se constituindo, portanto, como interesse de lucro.

Todos os domínios apresentados com suas combinações constituem usos da terra desenvolvidos pelos camponeses como forma de encontrar caminhos de resistência e organização da unidade de consumo e produção camponesa. Caminhos que organizem econômica e politicamente os camponeses em torno daquilo que, como disse Martins (1986), lhes é próprio: o trabalho familiar. É nessa terra de trabalho familiar com suas atividades diversas e cotidianas que os camponeses assentados da “reforma agrária de mercado” estão caracterizando seu modo de vida.



## CAPÍTULO FINAL

O impacto dos assentamentos no meio rural brasileiro tem sido evidenciado em um conjunto de pesquisas. De acordo com Leite et al. (2004) as transformações aconteceram em diferentes dimensões da vida e da economia do camponês. Nos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe implicou mudanças que passam pelo caminho escolhido para o acesso à terra, que favoreceu o fim do cativo e o início da conquista da liberdade e da autonomia no trabalho.

O acesso à terra os coloca à frente de uma nova condição de sujeição ao governo. As melhorias ocorridas estão atravessadas por uma nova situação, a de estar assentado em um programa de crédito fundiário que contém como condição o pagamento da terra.

Para as lideranças, o pagamento da terra na “reforma agrária de mercado” se confunde com a reforma agrária feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o que se expressa em mal-entendidos. É o que revela o trecho seguinte.

*Tem uma lei que a reforma agrária não se paga. Nós estamos enquadrados na reforma agrária, reforma agrária não se paga. Nós sabemos disso. O dinheiro é da União. Mas, nós vamos pagar,*

*porque tem assentamentos que não vão pagar, porque eles não têm renda (Sr. V. 48a, Cauassu, 2002).*

O camponês se refere à reforma agrária feita a partir do processo de desapropriação por interesse social de latifúndios improdutivos, acreditando que nesse caminho não tem que se pagar pela terra. Não é bem assim, ao ser desapropriada, a terra passa a ser incorporada ao patrimônio público e seu retorno ao patrimônio privado envolve, necessariamente, custos adicionais. Em termos práticos, isso significa a criação de vínculos de dependência entre o assentado e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até que a titulação definitiva seja expedida e o pagamento quitado, portanto, no final das contas, eles terão de pagar.

Marques (2000), ao analisar a luta pela terra em Goiás, fez referência à situação na qual o Estado toma a terra sob o seu controle para a realização da reforma agrária, visando retirá-la temporariamente da influência do mercado e do domínio do sistema de poder que nela se sustenta, conferindo-lhe um *status* especial, condição em que é vendida aos beneficiários. No processo, que se inicia com a desapropriação e segue com a imissão de posse, cadastro para classificação e seleção dos beneficiários, há a firmação do contrato de assentamento entre os assentados e o INCRA. Nesse contrato, de um lado, o INCRA se compromete a medir e demarcar a parcela; implantar infraestrutura necessária, dentre outras obras previstas no projeto de assentamento, hoje limitadas à construção do sistema viário; conceder créditos de implantação e realização da titulação da terra em nome do assentado, caso ele cumpra as condições do contrato. Do outro lado, é dever do assentado residir com a família na parcela, explorando-a diretamente e pessoalmente; atender à orientação dos técnicos; ressarcir a esse órgão as despesas com a demarcação dos lotes, pagar os créditos de implantação e o valor da terra nua.

Poderá haver rescisão do contrato por parte do INCRA, caso o assentado não cumpra suas obrigações. Assim, o INCRA regula a relação dos assentados com a terra, que fica sob o seu controle até

que haja o pagamento das parcelas. A titulação das parcelas abre caminho para que se efetue a emancipação do assentamento.

Nos assentamentos pesquisados, perpassa a ideia de que na reforma agrária não há o pagamento da terra. Assim é preciso esclarecer que a reforma agrária por meio da desapropriação também carrega a relação de compra da terra prevista na Lei de Terra de 1850, porque, ao final do processo, o assentado vai ter que pagar para obter o título da terra, nem que seja uma taxa irrisória. A forma de pagamento vai considerar outras questões além do preço da terra, mas de toda maneira não é uma doação, não consiste em uma distribuição de terras sem nenhuma contraparte. Atualmente, há muitos assentamentos com mais de dez anos de existência, mas que não estão emancipados. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária quer torná-los independentes, autônomos, mas esse processo implica a titulação das terras. Esse título tem valor. São calculados os gastos com instalação de infraestrutura, e isso pode até ser parcelado em anos, mas o assentado tem que pagar.

De toda maneira, no processo de desapropriação ou na “reforma agrária de mercado” está posta a questão do pagamento da terra. Embora sejam diferentes as formas do pagamento, o tempo de carência e a lógica que envolve a terra. No processo de desapropriação, sob a lógica do Estatuto, a função social da terra é protegida, na medida em que a desapropriação vai ser paga em títulos de dívida agrária, o que acaba penalizando o grande proprietário improdutivo. No caso da “reforma agrária de mercado”, sob a lógica do mercado, o princípio da função social da terra é negado e o proprietário rentista acaba sendo premiado com o pagamento da terra com juros de mercado.

O caminho seguido por esses camponeses está também aliado à imagem que a mídia construiu do MST, como um movimento de “criminosos” ou de “invasores” de terras.

*A gente vê no jornal, gente invadindo as terra, aí é tiroteio, morre gente. Eu penso que a escolha desse caminho foi por causa de medo.*

*Medo de represália dos próprios proprietários, o que acontece da gente vê muito por aqui. Em Itatira [município próximo], um proprietário rico botou um helicóptero em cima dos agricultores e saiu muito gente ferida. Um rapaz, amigo meu, disse que o helicóptero veio bem baixinho, com o vento esbagaçando tudo que era de barraco e meu amigo mostrou a perna toda rasgada de correr no mato (Sr. A. 26a. Santa Rita, 2002).*

Para o camponês o caminho da ocupação esbarra no medo da violência privada dos grandes proprietários de terras que vivem da impunidade presente no sertão cearense, onde a “lei dos proprietários” é temida. Esse é mais um motivo para se optar por um programa de acesso à terra visto como pacífico.

Para outros camponeses o caminho percorrido pelos movimentos sociais é correto e digno.

*Essa gente que aparece no jornal “invadindo” terra, eu penso que quando eles vão atrás da terra, eles não estão errados, não. Quem não tem terra, tem que ir atrás de terra mesmo. Porque quem não é assalariado, não tem um emprego bom, tem que ir atrás de terra, mesmo, para sobreviver. Porque na cidade não dá, o sujeito vai para cidade, mas vai sofrer mais do que aqui. Porque lá não tem sossego, e aqui tem. Aqui você pode dormir com a porta aberta, não tem perigo, pode andar por esses caminhos de noite, não tem perigo. Na cidade, Ave Maria, dentro da cidade ninguém pode andar. Na cidade tudo é comprado. Lá se dorme desassossegado. Se não tiver dinheiro para comprar [...], é o gás, se não for o gás e o carvão tudo tem que ter dinheiro para comprar. Aqui tem a lenha para queimar, tem a água de graça, vai buscar ali bem pertinho, não paga nada. Aqui a gente está pagando só a energia (Sr. R. 72a . Ana Veríssimo, 2002).*

Para o camponês, o caminho trilhado pelos movimentos sociais é digno, porque se faz em nome da sobrevivência da família, garantindo o mínimo de dignidade social.

Outra explicação para o caminho trilhado está no exemplo de assentamentos que estariam dando certo.

*Eu conheço a experiências do assentamento da Oiticica. Lá tem trabalho coletivo e, no “verão”, eles brocam o roçado. Tudo em “terra alta”. Lá não tem “terra baixa”. Eles brocam um roçado de cem litro de milho, quando é no “inverno” eles plantam, eles trabalham juntos. Mas, também, tem o roçado individual. No roçado coletivo, quando é na colheita, eles colhem, debulham e entubam. Eles armazenam tudinho e deixa lá na sede, quando é no fim do ano, quando o preço está bom, eles vendem. Aí aplicam o dinheiro no banco. Botam em uma conta do João Silvino [presidente da associação]. Quando chega o tempo de pagar crédito, financiamento, vão pagando as parcelas. No “verão”, ficam trabalhando cercando, cuidando do gado. Penso que eles encontraram um caminho (Sr. N. 43a. Feijão, 2002).*

O assentamento Oiticica I, localizado em Canindé, foi criado pelo projeto *Cédula da Terra* em 1999, e tem mostrado boas condições para o pagamento da terra.

É possível afirmar que o sonho de vida dos camponeses passa pela criação de estratégias que viabilizem a geração de renda para o pagamento da terra e melhorias de vida.

A exemplo dos assentamentos Sítio Jatobá/Raposo, fazenda Mata Fresca e Cacimba Nova/Rancho Alegre, analisados por Alencar et al. (2002) e dos assentamentos Batalha e Mata Fresca, estudados por Moura (2003), nos assentamentos em questão a maioria dos camponeses declararam, naquele momento, não ter nenhuma condição de pagar as parcelas do financiamento da propriedade adquirida.

*Não tem nem um tostão para pagar o terreno até agora. Esse ano já tem uma prestação, nem sei como vamos fazer. Mas, pela vontade da gente aqui é se unir e ficar para pagar o terreno (Sr. R. 58a. Feijão, 2002).*

No entanto todos têm esperanças de pagar essas parcelas e acreditam que, com a ajuda do governo, trabalharão para honrar o compromisso assumido quando da compra da terra. É o que expressa o depoimento que se segue.

*Meu sonho hoje é o pagamento da terra e que saia os projetos de irrigação dos coqueiros que estão por sair. Se o coqueiro tiver um preço bom, a gente termina de pagar a terra e ainda terá uns bons hectares de coqueiros botando coco. Ai dá para arrumar mais dinheiro, contratar trabalhador, explorar mais terra. Porque hoje a gente não explora nem a metade dela (Sr. E. 35a, Almecégas, 2003).*

O pagamento da terra está condicionado à ajuda do governo e à valorização do produto coco no mercado. O coco-da-baía é um produto muito consumido no estado, por isso apresenta uma variação de preço bastante flexível. Em um ano o preço do coco chega a variar de R\$ 0,30 (trinta centavos) até R\$ 0,80 (oitenta centavos) o quilo. Porém, é importante ressaltar que o futuro aponta para uma maior exploração da terra relacionada com o trabalho familiar.

Para outro camponês, a melhoria das condições de vida passa pela aquisição de projetos governamentais que venham contribuir para o aumento da produção no assentamento.

*Trabalhando só no roçado não dá para pagar o terreno não. Não paga nem as contas, quanto mais o terreno. Se Deus quiser, vamos conseguir um projeto para fazer uma área irrigada para plantar milho e feijão. Pelo menos milho e feijão verde agora tem valor. Se a gente tiver condição de plantar e vender em Canindé [...] O feijão velho, seco está de um real e tanto e o feijão maduro o preço é melhor. Ai nós vamos aproveitar, se Deus quiser (Sr. J. 67a. Campos do Jordão, 2003).*

A esperança de honrar o compromisso de pagar a terra está posta. Para isso, cada assentamento procura construir caminhos

para saldar as parcelas do financiamento da terra. Nos assentamentos litorâneos, o caminho está ligado ao aumento da produção e um melhor preço para o coco-da-baía, já nos assentamentos sertanejos, a esperança aparece atrelada ao projeto de caprinocultura e ao aumento da produção de milho e feijão. Apesar de cada região ter sua peculiaridade, as atividades que irão possibilitar melhorias econômicas para o pagamento da terra estão ligadas a um projeto de produção coletiva.

O pagamento da terra também está relacionado à necessidade de ficar livre, como revelou o depoimento.

*Nós estamos pensando da seguinte maneira: se o coco passar dois anos ou três, com esse preço oitenta centavos, noventa centavos ou até um real em três anos, com esse preço, nós liquidamos essa dívida em três, quatro anos. Ninguém vai esperar quinze anos para pagar, não. É, porque nós queremos se libertar. Nós não queremos ficar devendo. Nós queremos se libertar. Mesmo sabendo que estamos devendo para o governo, de qualquer maneira nós sabemos que estamos devendo. Nós queremos pagar e ficar livre. Quando a gente pagar, aí nós somos donos de tudo, aí nós faz da nossa maneira. O pobre tem medo de dever, a esperança nossa agora é pagar. Se libertar (Sr. V. 48a. Cauassu, 2002).*

De acordo com Sr. V. a meta é pagar o que se está devendo para o governo e se libertar. Porém, é importante notar que esse pagamento da terra ainda não foi feito devido a transações burocráticas que estão pendentes nas novas condições de financiamento do assentamento Cauassu, conforme dito antes, e devido ao fato de o pagamento estar condicionado ao mercado do coco, que é intermediado na região pelos comerciantes e proprietários de terra rentistas.

Alguns desses comerciantes negociaram com os assentados, antes da venda de suas terras, a compra das futuras produções de coco, como mostrou o depoimento do ex-proprietário do sítio Córrego Manoel Luiz, hoje assentamento Ana Veríssimo.

*Lá eles só me vendem a produção do coco, eles vendem porque eu tenho uma produção pequena e compro. Quando eu vendi a terra, perguntei se eles podiam ficar me vendendo a produção do coco, sem compromisso. Eles disseram que nas condições de que quando eles precisarem de algum dinheiro, adiantamento para a própria terra, eu adiantaria até chegar o tempo de tirar o coco. Aí, eu fiquei adiantando um dinheirinho pouco para eles mil reais, dois mil reais, sem cobrar juros, o preço que correr no mercado eu pago a eles, mas agora não tenho nenhuma relação com a terra, não (Sr. A. 56a. Acaraú, 2002).*

O dono de supermercado, atacadista e proprietário rentista garantiu a continuidade de relações de subordinação da produção camponesa a partir da compra do produto “na folha”, ou seja, vários meses antes de ser derrubado e por um preço mais baixo do que prevalece na época da colheita. Nesse caso, acordado o negócio, o comerciante nem precisa se deslocar até o assentamento, manda alguém pegar a encomenda e depois os assentados vão até a cidade receber o que lhes couber, quando há.

Também, há casos em que a relação de subordinação a um intermediário específico está superada e a lógica da comercialização é definida pelo preço de mercado.

*A venda aqui é para quem dá o maior preço, mesmo que seja um compadre. O compadre às vezes, ele vem atrás de meio saco de farinha. Ele não vem atrás de um saco, nem de cinco, nem de seis sacos. Ele vem atrás só do saco para o consumo de casa. Para os compadres, às vezes a gente vende, muitas outras a gente dá. É desse jeito. Mas, os mercadinhos da cidade, já vêm negociar aqui no assentamento. Às vezes a gente manda só o recado para os comerciantes e eles logo vem aqui negociar, muitas vezes, a gente já sabe do preço. Comparação o Vigário está pagando R\$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) pelo quilo da farinha, o Araújo R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos), ofereço ao Vigário. Ele vem aqui e nós vendemos*

*a ele. No individual do mesmo jeito, na hora de vender juntamos, quem tem um saco trás, quem tem cinco trás e, assim, vai até ver quantos sacos dá para vender no total (D. H. 35a. São Felipe, 2003).*

No depoimento, o grupo vende para quem oferecer o maior preço, mesmo que esse sofra uma variação pouco expressiva devido à monopolização do preço realizada entre os comerciantes. A figura do compadre apareceu atrelada ao intermediário, mas, também, como um outro camponês que necessita de alimento para o consumo familiar. O não negociar com o primeiro, “compadre rico”, apareceu como uma forma de se rebelar da situação de subordinação que a relação de parentesco os condiciona. Já a atitude de doar para o segundo, “compadre pobre”, trata-se de uma questão de solidariedade presente no campesinato, se é para o consumo familiar, tem como arrumar um pouco e doar. O assentamento também demonstrou prestígio na cidade, uma vez que os comerciantes se dispõem a negociar.

A visita de intermediários para negociar a venda de fertilizantes e a compra de produtos se tornou frequente com a constituição dos assentamentos, configurando um quadro de pessoas estranhas que oferecem de tudo aos assentados, que acabavam sendo ludibriados por charlatões. É o que exemplifica o depoimento que se segue.

*Com relação a compra e venda de produtos e fertilizantes, gente aqui está mais esperto, no começo todo vendedor que aparecia aqui e oferecia alguma coisa nós comprávamos, tinha dinheiro, vamos comprar. Agora a gente se junta, escolhe uma pessoa de responsabilidade para a gente vender e comprar, porque tem vendedor que não tem responsabilidade. Teve uma semana aí que nós fizemos umas cinco reuniões só em uma semana, para resolver os problemas na hora que eles se apresentassem (Sr. F. 36a. Juá, 2004).*

Outro fato importante com relação aos comerciantes e intermediários é o controle que eles exercem nos preços do coco-da-baía,

do milho, do feijão, da farinha de mandioca, e dos produtos para adubação, como mostra o depoimento seguinte.

*O pessoal assentado por aqui são meus amigos, tenho muita relação com eles. Eles me compram adubação. Adubação eles compram a mim. Ai eles pedem para eu assinar o papel, para tirar a nota, tudo direitinho. Eles compram sessenta mil quilos de adubação, setenta, oitenta, é assim. Eu vendo é para vários assentamentos, vendo para o Carlim lá no Tucunzeiro, vendo aqui para o Almêcegas, vendo para o Cauassu, vendo para outra associação na lagoa da Mangabeira, eu vendo muita adubação. Eu vendo para umas cinco fazenda, tudo terreno que foi comprado, negócio de associação. Eu vendo sempre, eu compro e vendo, compro e vendo. Ai a gente ganha um dinheirinho (Sr. E. 72a. Proprietário de terra e comerciante. Acaraú, 2002).*

A relação dos ex-proprietários de terra com os assentamentos rurais se mantém forte. Os ex-proprietários se aproveitam das relações de parentesco e amizade para controlar não só a comercialização da produção, como a dos fertilizantes da terra. É importante colocar, ainda, o fato de eles serem poucos e parentes entre si. Enfim, não só os preços dos produtos agrícolas, mas dos fertilizantes e adubos (esterco de galinha e de gado) ficam amarrados a um grupo de comerciantes, proprietários de terra rentistas, que expropriam parte da renda camponesa.

Com relação ao pagamento da terra, a maioria dos assentamentos está inadimplente ou encontra-se em processo de repactuação do financiamento. Os assentamentos São Felipe e Juá foram os únicos que, em 2004, haviam pago a primeira parcela e estão prorrogando uma parte da segunda, como mostra o depoimento.

*Com relação ao pagamento da terra, em 2002 veio a primeira parcela, foi sete mil e pouco com o desconto pagamos menos de sete mil. Essa nós pagamos. No ano passado, 2003, nós*

*não pagamos a parcela completa. O que nós arrecadamos com o dinheiro do coco foi R\$ 2.751 (dois mil setecentos e cinquenta e um reais) ficou faltando cinco mil, este dinheiro fica acumulado nas outras prestações. Este ano 2004, a prestação é de quinze mil e alguma coisa, também, não vamos pagar tudo, não (D. H. 32a. São Felipe, 2004).*

Helena colocou a complexidade do pagamento da terra. Ele está condicionado a uma data fixa, o não pagamento na data prevista implica um crescente endividamento, em vez de aumento na renda líquida dos camponeses. Isso gera um total descrédito quanto à possibilidade de quitação das dívidas.

No caso do assentamento Juá, o caminho também tem sido o da prorrogação de parte das parcelas, como revelou o depoimento a seguir.

*Com relação ao pagamento da terra, pagamos uma parcela e tem outra atrasada para nós pagarmos. Nós vamos prorrogar elas mais para frente. Vários assentamentos estão prorrogando. É porque houve um pequeno dismantelo no começo, tem uns que dizem que o culpado foi a gente, mas tem outros [...] É que o recurso que chegou para nós pagarmos esse terreno aqui, chegou muito atrasado. Na época o gerente do banco (Dr. Oliveira), disse: “eu vou emprestar esse dinheiro para vocês comprarem esse imóvel, mas em seguida vou liberar recursos, também, para vocês gerarem renda que possa pagar esse imóvel”. Mas, o recurso só saiu mais ou menos de três anos depois, aí nós mesmos só com a nossa força, nós não tínhamos como poder pagar. Agora que nós estamos com rebanho [caprinos], é que estamos pelejando. Se Deus quiser é com essas criações, que irão dar uma renda muito boa, que nós iremos pagar essas prestações (Sr. C. 32a. Juá, 2004).*

No caso do assentamento Juá, o camponês revelou o atraso do banco na liberação dos recursos para financiamento do projeto de ca-

prinocultura e anunciou a inserção do Juá no movimento de prorrogação do pagamento das parcelas composto por alguns assentamentos.

O movimento de prorrogação das prestações, em Canindé, tem sido uma decisão dos camponeses em conjunto com o MST e o sindicato dos trabalhadores rurais do município, como mostrou o relato do camponês.

*Aqui no Canindé as lideranças estão entrando em acordo para não pagar o assentamento. Os meninos do Movimento [MST] estiveram aqui, eles falaram que podia entrar em acordo para adiar o pagamento da terra. E nós estamos fazendo assim, quando nós vamos para o Banco, não vamos mais só. A gente se junta de dez a quinze presidentes e vamos lá e chamamos o gerente para conversar, ele atende a gente bem ligeirinho. Eu tenho visto que agora ele conversa mais, porque ele tem medo, se o cara não pagar eles estão ferrado. Presidente de associação calado sofre nas mãos de gerente. Primeiro, ele atende o cara que chega com dinheiro, depois atende o amigo dele. Outro dia nós éramos seis, quando nós chegamos, ele já deixou de lado o que estava fazendo e atendeu nós (Sr. C. 32a. Juá, 2004).*

A maioria dos assentados da reforma agrária de mercado não tinha experiência alguma com a política de organização. O diálogo com representações camponesas como os movimentos sociais e os sindicatos rurais tem contribuído decisivamente na organização política dos assentados. Como uma forma de amenizar a situação de endividamento, em Canindé, há um indicativo, encaminhado pelos camponeses, sindicato e MST, de prorrogação do pagamento das prestações.

Em Acaraú, o movimento de prorrogação do pagamento do financiamento para a compra da terra tem sido encaminhado pelo representante da secretaria de agricultura do município, que, em conjunto com os representantes das associações do programa no município, redigiu um documento encaminhado à Secretária de Agricultura e Pecuária do Ceará – Seagri, no final de 2003.

O documento teve o objetivo de solicitar às autoridades envolvidas com a reforma agrária de mercado soluções para os graves problemas vividos nos assentamentos municipais. Problemas como queda no preço do coco, custos da produção dos coqueiros, falta de recursos para a implantação de culturas, repactuação de crédito fundiário, não aprovação de projetos nos assentamentos e cortes de energia elétrica por atraso no pagamento foram amplamente comentados. No documento, os assentados também sugeriram soluções como a liberalização de custeio agrícola para o coco e o cajueiro, a suspensão do pagamento do crédito fundiário e a prorrogação das prestações já vencidas, a intervenção do governo junto à companhia de eletricidade do estado para redução do custo de energia nas áreas dos assentamentos. No final do documento, os camponeses reafirmaram que estão lutando “não por esmola, [...] mas por recursos para trabalharmos e assumir nossas responsabilidades, melhorando nossas vidas e a vida de nossas famílias, enfim sustentar o homem do campo no campo que é seu lugar”.

Assim os camponeses passam a revelar uma consciência política que oscila entre uma expectativa da ação paternalista do Estado e a emergência de uma consciência de classe. A expectativa da ação do Estado centra-se nas medidas de políticas econômicas que possam vir a ser favoráveis ao camponês, como “o governo deve discutir com quem de direito como melhorar o preço do coco”.

Essa frase revela uma situação de subordinação na estrutura social. Uma atitude com origem na consciência construída em uma sociedade, na qual para as classes subordinadas o Estado teria uma dívida social para com esses sujeitos.

Por isso, espera-se que o Estado aja na fixação dos preços mínimos de seus produtos, que libere projetos, que amplie prazos de investimentos, que intervenha junto à companhia de eletricidade e que prorrogue pagamento de dívidas. Ao lado dessas expectativas de ação intervencionista do Estado em seu favor, os camponeses da reforma agrária de mercado passam a expressar o reconhecimento dos sindicatos rurais, das associações e do Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra como instituições que representam os seus interesses de modo conjunto, configurando uma alternativa ao isolamento que as condições de vida e produção no campo lhes impõem.

*Porque aqui nós aprendemos uma coisa, não adianta querer resolver as coisas só, que não resolve. Só resolve, se for junto, tudo junto, com reunião. Se não tiver reunião, não resolve. Não adianta, eu sair daqui e resolver sozinho lá na frente. O trabalho com o MST começou via Sindicato e tem sido muito gratificante, eles conversam bem com a gente e sobre tudo (D. E. 26a. Juá, 2004).*

As associações, o sindicato, a secretaria de agricultura e o Movimento dos Sem Terra são os mediadores entre os camponeses e o Estado. Essa articulação revela alguns componentes de ação política nas regiões, cuja trajetória completa ainda está por ser estudada.

Mesmo assim, as situações apresentadas indicam uma posição política construída pelos camponeses da reforma agrária de mercado. Eles começam a se identificar como participantes de uma situação social na qual seus interesses particulares, diante da sociedade moderna, passam a ser definidos como interesses específicos dos camponeses envolvidos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária.

Nessa perspectiva, um conjunto maior de camponeses passa a eleger as associações, os sindicatos rurais, as secretarias de agricultura, os movimentos sociais e outras instituições como representantes de seus interesses específicos. O desenrolar desse processo tem indicado a presença de novas frentes de luta pela terra e pela reforma agrária com participação política dos camponeses na sociedade capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Unicamp, 1992.

ABREU, C. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira, 1976.

AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Revistas Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. Fundo de pasto: espaços comunais em terras baianas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. p. 336-360. (Publicado em CD-ROM).

ALENCAR, F. A. G. de et al. *Programa cédula da terra: o caso do Ceará*. Fortaleza: Abra, CPT, APR, Fian-Brasil, MST, REDE Brasil: [s.n.], 2002. 52 p.

ALMEIDA, A. W. B. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de*

construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. p. 163-172.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: HÉBETTE, J.; CASTRO, E. *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1989. p. 163-196.

ALMEIDA, A. W. B.; ESTERCI, N. *Terras soltas e o avanço da cerca: sobre o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: MN/UFRJ/IPEA, [s.n.], 1977. v. 2, p. 25-36.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.

ANDRADE, M. C. (Org.). *Élissée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985. 200p.

BANCO MUNDIAL. *Brasil: crescimento, redução da pobreza e estabilidade fiscal no Estado do Ceará*. [s.l.], 1999. v. 1.

BÓRQUEZ, L. C. Ajuste estructural, políticas de liberalización y mercado de tierras en México. In: BASTIAAN, P. R.; RAMOS, P. (Org.). *Mercado y políticas de tierras*. São Paulo: Unicamp, 1996. p. 213-250.

BRANDÃO, W. A reforma agrária solidária do Ceará. In: LEITE, P. S. et al. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/MDA/NEAD, 2000. p. 317-327.

BRASIL. Governo Federal. *Programa novo mundo rural*. Brasília: DF, 1999.

CAMPOS, N. J. *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas cidades: Ed. 34, 2001. 376 p.

CARVALHO, J. *O nordeste semi-árido*. São Paulo: Unicamp, 1985.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vison, 1974. 262 p.

CHANDLER, B. J. *Lampião: o rei dos cangaceiros*. Tradução de Sarita L. Barsted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 289 p.

D'ALVA, O. A. *O extrativismo da carnaúba no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

ESPLAR. *Quadro recente da Agricultura e trajetória dos movimentos sociais no campo do Estado do Ceará*. Fortaleza, 1991.

FELICIANO, C. A. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. 2003. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, B. M. *Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 285 p.

GARCEZ, A. N. R. *Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo*. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987. 107 p.

GODOI, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Unicamp, 1999. 165 p.

HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Plano Regional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Fortaleza, 2004.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. *Dinâmica das áreas de assentamentos de reforma agrária no Ceará*. Fortaleza: Iplance, 1998. 136 p.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta, 1980. 329 p.

LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Tradução de José P. Netto. São Paulo: Victor Civita, 1982. (Os Economistas).

LEITE, S. et al. (Coord.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/Nead; São Paulo: Unesp, 2004. 392 p. (Estudos Nead, n. 6).

LIMA, M. C. *Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: Território, costumes e conflitos*. 2002. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LUIZETTO, F. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense. 1987. 98 p.

MARCOS, V. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. 1996. 400 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARQUES, M. I. M. *De sem-terra a posseiro, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO*. 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARQUES, M. I. M. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARTINS, J. S. *A imigração e a crise no Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973. 222 p.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980. 181 p.

MARTINS, J. S. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986. 172 p.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: LECH/USP, 1981. 157 p.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 230 p.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta*. 2. edição. São Paulo: Hucitec, 1999. 174 p.

MARTINS, M. D. (Org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004. 224 p.

MELO, F. T. Reforma agrária para o latifúndio. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 12 ago. 1997. (Caderno Opinião, p. 7A).

MOURA, A. M. P. *A porteira está aberta: o programa de reforma agrária solidária: cédula da terra no Estado do Ceará*. 2003. 63 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003.

MOURA, M. M. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, M. M. *Os herdeiros da terra parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978. 100 p.

OLIVEIRA, A. M. *A participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no Mundo*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

OLIVEIRA, A. M. A política de contra-reforma agrária do banco mundial no Ceará. *Geosp*, São Paulo, v. 19, p. 151-175, 2006.

OLIVEIRA, A. M. Crédito fundiário e mercado de terras: contrar-reforma agrária do Banco Mundial no Ceará – Brasil. *Agrária*, São Paulo (Online), v. 8, p. 177-186, 2009.

OLIVEIRA, A. M. Formas de sujeição e sociabilidade camponesa no semiárido. *Boletim Goiano de Geografia* (Online), v. 35, p. 273-288, 2015.

OLIVEIRA, A. M. Os camponeses tecendo saberes no sertão: o uso das terras soltas no Ceara. In: SILVA, J. B. et al. (Org.). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 95-105.

OLIVEIRA, A. M.; PEREIRA, R. C. M. Campesinato e uso da terra no semiárido cearense. *Geografia*, Rio Claro, v. 36, p. 237-250, 2011. (Impresso).

OLIVEIRA, A. M. de. *Trabalho de campo*. Canindé/CE, 2003.

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. 164 p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 58, p. 5-64, set. 1981.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1999. 128 p.

OLIVEIRA, A. U. *As transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. São Paulo: [s.n.], 1998. p. 1-28.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990. 88 p.

OLIVEIRA, A. U. Renda da terra pré-capitalista. *Revista Orientação*, São Paulo, n. 7, p. 77-86, 1986.

OLIVEIRA, B. C. *Os posseiros da Mirassolzinho*. 1991. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, B. C. *Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa*. 1998. 209 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

POMPEU SOBRINHO, T. *Pré-história cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1995.

RATTS, A. J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. 1996. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RODRIGUES, M. F. F. *Terra camponesa como (re)criação: genealogia do lugar e da paisagem*. 1994. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SÁ JÚNIOR, F. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. In: *Estudos Cebrap III*, 2. ed. São Paulo: Brasiliense: Cebrap, 1976. p. 79-34.

SANTOS, J. V. T. dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SAUER, S. *Projeto cédula da terra. A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil*. Washington: [s.n.], 2002. 26 p.

SHANIN, T. *La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo: Rusia 1910-1925*. Tradução de Fernando A. Tápia. Madrid: Alianza, 1983. 328 p.

SILVA, J.B. *O algodão na organização do espaço*. In: SOUZA, S. (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 81-92.

SILVA, J.G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. p. 37-50.

SIMONETTI, M.C.L. *A longa marcha a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

TENDLER, J. *Impressions on the proposed South African agrarian reform*. Massachusetts Institute of Technology/Department of Urban Studies and Planning. Cambridge: Massachusetts 02139: [s.n.], 1994. 43 p.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995. 336 p.

WOORTMANN, E. F. *O sítio camponês: anuário antropológico/81*. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1983. p. 164-203.

## A AUTORA

**Alexandra Maria de Oliveira** possui doutorado em Geografia Humana (2005) pela Universidade de São Paulo, mestrado em Geografia (1999) pela Universidade Federal de Sergipe e licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Atua como Professora Associada no Departamento de Geografia da UFC (Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado). Pesquisa nas áreas de Geografia Humana e Ensino de Geografia, atuando principalmente em temas relacionados à Questão Agrária, Camponato, Luta pela Terra e Ensino de Geografia.



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC  
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará  
[imprensa.ufc@pradm.ufc.br](mailto:imprensa.ufc@pradm.ufc.br)

**A** Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

